

## Dilma: o impeachment

“ Impeachment é um pouco como vacina: muitos podem não gostar e pode até ter efeitos secundários. Mas vacinas desse tipo são absolutamente necessárias à profilaxia da saúde da democracia e de todo o ambiente no qual vivemos. De vez em quando é preciso afastar vírus e bactérias. O PT é bem pior do que isso: por isso mesmo precisamos de uma vacina democrática.”

Paulo Roberto de Almeida

O art 86 da CF esclarece. Quando o Presidente da República comete um crime comum ou um crime de responsabilidade (art 85 CF) se propõe na Câmara dos Deputados a abertura de processo. Se aceita por 2/3 esse processo irá para o STF se for crime comum ou para o Senado se for crime de responsabilidade. Me parece que em ambos os casos a Câmara também precisaria autorizar a abertura de investigação, seria mais ou menos o que diz o art 14 e seguintes da Lei 1079/50. (...) Se houvesse prova contra a Dilma, poderia sim investigar mediante autorização da Câmara.

Joelson Campos- <https://www.facebook.com/joelson.campos.125?fref=ufi>

### **FATORES DE IMPEACHMENT NO MUNDO NOS ULTIMOS ANOS**

***Carlos Pereira - GLOBONEW***

***\*Medidas Restritivas***

***\*Perda de Popularidade***

***\*Escandalos de Corrupção***

***\*Perda de Maioria no Congresso***

**. NÃO VAI HAVER IMPEACHMENT NENHUM.**

<http://cbn.globoradio.globo.com/.../IMPEACHMENT-DILMA-SO-PODE...>



# Impeachment: Dilma só pode responder por crimes de responsabilidade deste ano

Entrevista com Carlos Ayres Britto, jurista e ex-presidente do STF.

CBN.GLOBORADIO.GLOBO.COM

## INDICE

### 1. Lei do Impeachment

### 2. Tarso Genro – 1999

### 3. Impeachment é golpe? – Renato Janine Ribeiro

### 4. CHANCES em fevereiro 15

Chances de ~~Dilma sofrer um processo~~ ~~impeachment~~ ~~de~~ ~~Mandado~~ ~~de~~ ~~20% a 30%,~~

### 5. A marcha pelo impeachment: entre a fórmula mágica e a preguiça – G.Winnick

### 6. O que acontece se a Dilma sofrer um impeachment?

### 7. O Manifesto pró Impeachment

### 8. O impeachment sem culpa –

### 9. DALLARI FAZ PICADINHO DO PARECER DE GANDRA E FHC

### 10. PALAVRA LIVRE — DAVIS SENA FILHO

### 11. Bochicho pró-impeachment cresce, mas Dilma consolida aposta na retranca - Mário Magalhães

### 12. Sem essa de impeachment - Eliane Cantanhêde

### 13. O Impeachment - Roberto Tardelli

### 14. Cristovam diz que governo precisa ouvir clamor das ruas.

**15. Crise política e econômica destrói blindagem de Dilma que tem a pior avaliação da história do PT**

**16 - Eduardo Cunha, candidatíssimo ao Planalto em 2018, comanda ...**

**17. Impeachment, oportunidade de resgate - Sergio Ferraz**

**18 Impeachment? Por quê e para quê? Por Sergio Araujo**

**19 . Carlos Pereira: os custos da falta de impeachment**

**20. Exclusivo: advogado protocola pedidos de impeachment de Dilma - Claudio Tognolli**

**21. Video Convocação**

**22. Impeachment, oportunidade de resgate - Sergio Ferraz**

**23 – Renuncia Já! – Miguel Reale Jr.**

---

**1. Lei do Impeachment - Lei 1079/50 | Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950**

Publicado por [Presidência da Republica](#) (extraído pelo JusBrasil) - 64 anos atrás

19

Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. [Ver tópico \(8988 documentos\)](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta eu sanciono a seguinte Lei:

#### PARTE PRIMEIRA

**Art. 1º** São crimes de responsabilidade os que esta lei especifica. [Ver tópico \(24 documentos\)](#)

**Art. 2º** Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou Ministros de Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o Procurador Geral da República. [Ver tópico \(365 documentos\)](#)

**Art. 3º** A imposição da pena referida no artigo anterior não exclui o processo e julgamento do acusado por crime comum, na justiça ordinária, nos termos das leis de processo penal. [Ver tópico \(97 documentos\)](#)

**Art. 4º** São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra: [Ver tópico \(73 documentos\)](#)

**I** - A existência da União: [Ver tópico](#)

**II** - O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados; [Ver tópico \(5 documentos\)](#)

**III** - O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais: [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**IV** - A segurança interna do país: [Ver tópico](#)

**V** - A probidade na administração; [Ver tópico \(18 documentos\)](#)

**VI** - A lei orçamentária; [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**VII** - A guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos; [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**VIII** - O cumprimento das decisões judiciais (Constituição, artigo 89). [Ver tópico \(20 documentos\)](#)

#### TÍTULO I

##### DOS CRIMES CONTRA A EXISTÊNCIA DA UNIÃO

**Art. 5º** São crimes de responsabilidade contra a existência política da União: [Ver tópico \(54 documentos\)](#)

1 - entreter, direta ou indiretamente, inteligência com governo estrangeiro, provocando-o a fazer guerra ou cometer hostilidade contra a República, prometer-lhe assistência ou favor, ou dar-lhe qualquer auxílio nos preparativos ou planos de guerra contra a República;

2 - tentar, diretamente e por fatos, submeter a União ou algum dos Estados ou Territórios a domínio estrangeiro, ou dela separar qualquer Estado ou porção do território nacional;

3 - cometer ato de hostilidade contra nação estrangeira, expondo a República ao perigo da guerra, ou comprometendo-lhe a neutralidade;

4 - revelar negócios políticos ou militares, que devam ser mantidos secretos a bem da defesa da segurança externa ou dos interesses da Nação;

5 - auxiliar, por qualquer modo, nação inimiga a fazer a guerra ou a cometer hostilidade contra a República;

6 - celebrar tratados, convenções ou ajustes que comprometam a dignidade da Nação;

7 - violar a imunidade dos embaixadores ou ministros estrangeiros acreditados no país;

- 8 - declarar a guerra, salvo os casos de invasão ou agressão estrangeira, ou fazer a paz, sem autorização do Congresso Nacional.
- 9 - não empregar contra o inimigo os meios de defesa de que poderia dispor;
- 10 - permitir o Presidente da República, durante as sessões legislativas e sem autorização do Congresso Nacional, que forças estrangeiras transitem pelo território do país, ou, por motivo de guerra, nele permaneçam temporariamente;
- 11 - violar tratados legitimamente feitos com nações estrangeiras.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS CRIMES CONTRA O LIVRE EXERCÍCIO DOS PODERES CONSTITUCIONAIS**

**Art. 6º** São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos poderes legislativo e judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados: [Ver tópico \(41 documentos\)](#)

- 1 - tentar dissolver o Congresso Nacional, impedir a reunião ou tentar impedir por qualquer modo o funcionamento de qualquer de suas Câmaras;
- 2 - usar de violência ou ameaça contra algum representante da Nação para afastá-lo da Câmara a que pertença ou para coagí-lo no modo de exercer o seu mandato bem como conseguir ou tentar conseguir o mesmo objetivo mediante suborno ou outras formas de corrupção;
- 3 - violar as imunidades asseguradas aos membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas dos Estados, da Câmara dos Vereadores do Distrito Federal e das Câmaras Municipais;
- 4 - permitir que força estrangeira transite pelo território do país ou nele permaneça quando a isso se oponha o Congresso Nacional;
- 5 - opor-se diretamente e por fatos ao livre exercício do Poder Judiciário, ou obstar, por meios violentos, ao efeito dos seus atos, mandados ou sentenças;
- 6 - usar de violência ou ameaça, para constranger juiz, ou jurado, a proferir ou deixar de proferir despacho, sentença ou voto, ou a fazer ou deixar de fazer ato do seu ofício;
- 7 - praticar contra os poderes estaduais ou municipais ato definido como crime neste artigo;
- 8 - intervir em negócios peculiares aos Estados ou aos Municípios com desobediência às normas constitucionais.

## **CAPÍTULO III**

### **DOS CRIMES CONTRA O EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS, INDIVIDUAIS E SOCIAIS**

**Art. 7º** São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais: [Ver tópico \(43 documentos\)](#)

- 1- impedir por violência, ameaça ou corrupção, o livre exercício do voto;
- 2 - obstar ao livre exercício das funções dos mesários eleitorais;
- 3 - violar o escrutínio de seção eleitoral ou inquinar de nulidade o seu resultado pela subtração, desvio ou inutilização do respectivo material;
- 4 - utilizar o poder federal para impedir a livre execução da lei eleitoral;
- 5 - servir-se das autoridades sob sua subordinação imediata para praticar abuso do poder, ou tolerar que essas autoridades o pratiquem sem repressão sua;
- 6 - subverter ou tentar subverter por meios violentos a ordem política e social;
- 7 - incitar militares à desobediência à lei ou infração à disciplina;
- 8 - provocar animosidade entre as classes armadas ou contra elas, ou delas contra as instituições civis;

9 - violar patentemente qualquer direito ou garantia individual constante do art. 141 e bem assim os direitos sociais assegurados no artigo 157 da Constituição;  
10 - tomar ou autorizar durante o estado de sítio, medidas de repressão que excedam os limites estabelecidos na Constituição.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA INTERNA DO PAÍS**

**Art. 8º** São crimes contra a segurança interna do país: [Ver tópico \(33 documentos\)](#)

- 1 - tentar mudar por violência a forma de governo da República;
- 2 - tentar mudar por violência a Constituição Federal ou de algum dos Estados, ou lei da União, de Estado ou Município;
- 3 - decretar o estado de sítio, estando reunido o Congresso Nacional, ou no recesso deste, não havendo comoção interna grave nem fatos que evidenciem estar a mesma a irromper ou não ocorrendo guerra externa;
- 4 - praticar ou concorrer para que se perpetre qualquer dos crimes contra a segurança interna, definidos na legislação penal;
- 5 - não dar as providências de sua competência para impedir ou frustrar a execução desses crimes;
- 6 - ausentar-se do país sem autorização do Congresso Nacional;
- 7 - permitir, de forma expressa ou tácita, a infração de lei federal de ordem pública;
- 8 - deixar de tomar, nos prazos fixados, as providências determinadas por lei ou tratado federal e necessário a sua execução e cumprimento.

#### **CAPÍTULO V**

##### **DOS CRIMES CONTRA A PROIBIDADE NA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 9º** São crimes de responsabilidade contra a proibidade na administração: [Ver tópico \(208 documentos\)](#)

- 1 - omitir ou retardar dolosamente a publicação das leis e resoluções do Poder Legislativo ou dos atos do Poder Executivo;
- 2 - não prestar ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior;
- 3 - não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição;
- 4 - expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições expressas da Constituição;
- 5 - infringir no provimento dos cargos públicos, as normas legais;
- 6 - Usar de violência ou ameaça contra funcionário público para coagí-lo a proceder ilegalmente, bem como utilizar-se de suborno ou de qualquer outra forma de corrupção para o mesmo fim;
- 7 - proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decôro do cargo.

#### **CAPÍTULO VI**

##### **DOS CRIMES CONTRA A LEI ORÇAMENTÁRIA**

**Art. 10.** São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária: [Ver tópico \(53 documentos\)](#)

- 1- Não apresentar ao Congresso Nacional a proposta do orçamento da República dentro dos primeiros dois meses de cada sessão legislativa;
- 2 - Exceder ou transportar, sem autorização legal, as verbas do orçamento;
- 3 - Realizar o estorno de verbas;

- 4 - Infringir , patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária.
- 5) deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)
- 6) ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)
- 7) deixar de promover ou de ordenar na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)
- 8) deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)
- 9) ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente; ((Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)
- 10) captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)
- 11) ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)
- 12) realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

## **CAPÍTULO VII**

### **DOS CRIMES CONTRA A GUARDA E LEGAL EMPREGO DOS DINHEIROS PÚBLICOS:**

**Art. 11.** São crimes contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos: [Ver tópico \(210 documentos\)](#)

- 1 - ordenar despesas não autorizadas por lei ou sem observânciadas prescrições legais relativas às mesmas;
- 2 - Abrir crédito sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais;
- 3 - Contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólices, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal;
- 4 - alienar imóveis nacionais ou empenhar rendas públicas sem autorização legal;
- 5 - negligenciar a arrecadação das rendas impostos e taxas, bem como a conservação do patrimônio nacional.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DOS CRIMES CONTRA O CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIÁRIAS;**

**Art. 12.** São crimes contra o cumprimento das decisões judiciárias: [Ver tópico \(1602 documentos\)](#)



- 1 - impedir, por qualquer meio, o efeito dos atos, mandados ou decisões do Poder Judiciário;
- 2 - Recusar o cumprimento das decisões do Poder Judiciário no que depender do exercício das funções do Poder Executivo;
- 3 - deixar de atender a requisição de intervenção federal do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Superior Eleitoral;
- 4 - Impedir ou frustrar pagamento determinado por sentença judiciária.

## TÍTULO II

### DOS MINISTROS DE ESTADO

**Art. 13.** São crimes de responsabilidade dos Ministros de Estado; [Ver tópico \(50 documentos\)](#)

- 1 - os atos definidos nesta lei, quando por eles praticados ou ordenados;
- 2 - os atos previstos nesta lei que os Ministros assinarem com o Presidente da República ou por ordem deste praticarem;
- 3 - A falta de comparecimento sem justificação, perante a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal, ou qualquer das suas comissões, quando uma ou outra casa do Congresso os convocar para pessoalmente, prestarem informações acerca de assunto previamente determinado;
- 4 - Não prestarem dentro em trinta dias e sem motivo justo, a qualquer das Câmaras do Congresso Nacional, as informações que ela lhes solicitar por escrito, ou prestarem-nas com falsidade.

## PARTE SEGUNDA

### TÍTULO ÚNICO

#### DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E MINISTROS DE ESTADO

##### CAPÍTULO I

##### DA DENÚNCIA

**Art. 14.** É permitido a qualquer cidadão denunciar o Presidente da República ou Ministro de Estado, por crime de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados. [Ver tópico \(53 documentos\)](#)

**Art. 15.** A denúncia só poderá ser recebida enquanto o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo. [Ver tópico \(21 documentos\)](#)

**Art. 16.** A denúncia assinada pelo denunciante e com a firma reconhecida, deve ser acompanhada dos documentos que a comprovem, ou da declaração de impossibilidade de apresentá-los, com a indicação do local onde possam ser encontrados, nos crimes de que haja prova testemunhal, a denúncia deverá conter o rol das testemunhas, em número de cinco no mínimo. [Ver tópico \(7 documentos\)](#)

**Art. 17.** No processo de crime de responsabilidade, servirá de escrivão um funcionário da Secretaria da Câmara dos Deputados, ou do Senado, conforme se achar o mesmo em uma ou outra casa do Congresso Nacional. [Ver tópico \(19 documentos\)](#)

**Art. 18.** As testemunhas arroladas no processo deverão comparecer para prestar o seu depoimento, e a Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado por ordem de quem serão notificadas, tomará as providências legais que se tornarem necessárias legais que se tornarem necessárias para compeli-las a obediência. [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

##### CAPÍTULO II

##### DA ACUSAÇÃO



**Art. 19.** Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma. [Ver tópico \(16 documentos\)](#)

**Art. 20.** A comissão a que alude o artigo anterior se reunirá dentro de 48 horas e, depois de eleger seu Presidente e relator, emitirá parecer, dentro do prazo de dez dias, sobre se a denúncia deve ser ou não julgada objeto de deliberação. Dentro desse período poderá a comissão proceder às diligências que julgar necessárias ao esclarecimento da denúncia. [Ver tópico \(11 documentos\)](#)

**§ 1º** O parecer da comissão especial será lido no expediente da sessão da Câmara dos Deputados e publicado integralmente no Diário do Congresso Nacional e em avulsos, juntamente com a denúncia, devendo as publicações ser distribuídas a todos os deputados. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**§ 2º** Quarenta e oito horas após a publicação oficial do parecer da Comissão especial, será o mesmo incluído, em primeiro lugar, na ordem do dia da Câmara dos Deputados, para uma discussão única. [Ver tópico \(4 documentos\)](#)

**Art. 21.** Cinco representantes de cada partido poderão falar, durante uma hora, sobre o parecer, ressalvado ao relator da comissão especial o direito de responder a cada um. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 22.** Encerrada a discussão do parecer, e submetido o mesmo a votação nominal, será a denúncia, com os documentos que a instruem, arquivada, se não for considerada objeto de deliberação. No caso contrário, será remetida por cópia autêntica ao denunciado, que terá o prazo de vinte dias para contestá-la e indicar os meios de prova com que pretenda demonstrar a verdade do alegado. [Ver tópico \(4 documentos\)](#)

**§ 1º** Findo esse prazo e com ou sem a contestação, a comissão especial determinará as diligências requeridas, ou que julgar convenientes, e realizará as sessões necessárias para a tomada do depoimento das testemunhas de ambas as partes, podendo ouvir o denunciante e o denunciado, que poderá assistir pessoalmente, ou por seu procurador, a todas as audiências e diligências realizadas pela comissão, interrogando e contestando as testemunhas e requerendo a reinquirição ou acareação das mesmas. [Ver tópico](#)

**§ 2º** Findas essas diligências, a comissão especial preferirá, no prazo de dez dias, parecer sobre a procedência ou improcedência da denúncia. [Ver tópico](#)

**§ 3º** Publicado e distribuído esse parecer na forma do § 1º do art. 20, será o mesmo, incluído na ordem do dia da sessão imediata para ser submetido a duas discussões, com o interregno de 48 horas entre uma e outra. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**§ 4º** Nas discussões do parecer sobre a procedência ou improcedência da denúncia, cada representante de partido poderá falar uma só vez e durante uma hora, ficando as questões de ordem subordinadas ao disposto no § 2º do art. 20. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 23.** Encerrada a discussão do parecer, será o mesmo submetido a votação nominal, não sendo permitidas, então, questões de ordem, nem encaminhamento de votação. [Ver tópico \(17 documentos\)](#)

**§ 1º** Se da aprovação do parecer resultar a procedência da denúncia, considerar-se-á decretada a acusação pela Câmara dos Deputados. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**§ 2º** Decretada a acusação, será o denunciado intimado imediatamente pela Mesa da Câmara dos Deputados, por intermédio do 1º Secretário. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**§ 3º** Se o denunciado estiver ausente do Distrito Federal, a sua intimação será solicitada pela Mesa da Câmara dos Deputados, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado em que êle se encontrar. [Ver tópico](#)

**§ 4º** A Câmara dos Deputados elegerá uma comissão de três membros para acompanhar o julgamento do acusado. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**§ 5º** São efeitos imediatos ao decreto da acusação do Presidente da República, ou de Ministro de Estado, a suspensão do exercício das funções do acusado e da metade do subsídio ou do vencimento, até sentença final. [Ver tópico \(6 documentos\)](#)

**§ 6º** Conforme se trate da acusação de crime comum ou de responsabilidade, o processo será enviado ao Supremo Tribunal Federal ou ao Senado Federal. [Ver tópico](#)

### **CAPÍTULO III**

#### **DO JULGAMENTO**

**Art. 24.** Recebido no Senado o decreto de acusação com o processo enviado pela Câmara dos Deputados e apresentado o libelo pela comissão acusadora, remeterá o Presidente cópia de tudo ao acusado, que, na mesma ocasião e nos termos dos parágrafos 2º e 3º do art. 23, será notificado para comparecer em dia prefixado perante o Senado. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Parágrafo único.** Ao Presidente do Supremo Tribunal Federal enviar-se-á o processo em original, com a comunicação do dia designado para o julgamento. [Ver tópico](#)

**Art. 25.** O acusado comparecerá, por si ou pêlos seus advogados, podendo, ainda, oferecer novos meios de prova. [Ver tópico](#)

**Art. 26.** No caso de revelia, marcará o Presidente novo dia para o julgamento e nomeará para a defesa do acusado um advogado, a quem se facultará o exame de todas as peças de acusação. [Ver tópico \(9 documentos\)](#)

**Art. 27.** No dia aprazado para o julgamento, presentes o acusado, seus advogados, ou o defensor nomeado a sua revelia, e a comissão acusadora, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, abrindo a sessão, mandará ler o processo preparatório o libelo e os artigos de defesa; em seguida inquirirá as testemunhas, que deverão depor publicamente e fora da presença umas das outras. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**Art. 28.** Qualquer membro da Comissão acusadora ou do Senado, e bem assim o acusado ou seus advogados, poderão requerer que se façam às testemunhas perguntas que julgarem necessárias. [Ver tópico](#)

**Parágrafo único.** A Comissão acusadora, ou o acusado ou seus advogados, poderão contestar ou argüir as testemunhas sem contudo interrompê-las e requerer a acareação. [Ver tópico](#)

**Art. 29.** Realizar-se-á a seguir o debate verbal entre a comissão acusadora e o acusado ou os seus advogados pelo prazo que o Presidente fixar e que não poderá exceder de duas horas. [Ver tópico \(8 documentos\)](#)

**Art. 30.** Findos os debates orais e retiradas as partes, abrir-se-á discussão sobre o objeto da acusação. [Ver tópico](#)

**Art. 31.** Encerrada a discussão o Presidente do Supremo Tribunal Federal fará relatório resumido da denúncia e das provas da acusação e da defesa e

submeterá a votação nominal dos senadores o julgamento. [Ver tópico \(7 documentos\)](#)

**Art. 32.** Se o julgamento for absolutório produzirá desde logo, todos os efeitos a favor do acusado. [Ver tópico](#)

**Art. 33.** No caso de condenação, o Senado por iniciativa do presidente fixará o prazo de inabilitação do condenado para o exercício de qualquer função pública; e no caso de haver crime comum deliberará ainda sobre se o Presidente o deverá submeter à justiça ordinária, independentemente da ação de qualquer interessado. [Ver tópico \(8 documentos\)](#)

**Art. 34.** Proferida a sentença condenatória, o acusado estará, ipso facto destituído do cargo. [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**Art. 35.** A resolução do Senado constará de sentença que será lavrada, nos autos do processo, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, assinada pêlos senadores que funcionarem como juizes, transcrita na ata da sessão e, dentro desta, publicada no Diário Oficial e no Diário do Congresso Nacional. [Ver tópico \(4 documentos\)](#)

**Art. 36.** Não pode interferir, em nenhuma fase do processo de responsabilidade do Presidente da República ou dos Ministros de Estado, o deputado ou senador; [Ver tópico \(9 documentos\)](#)

**a)** que tiver parentesco consanguíneo ou afim, com o acusado, em linha reta; em linha colateral, os irmãos cunhados, enquanto durar o cunhado, e os primos co-irmãos; [Ver tópico](#)

**b)** que, como testemunha do processo tiver deposto de ciência própria. [Ver tópico](#)

**Art. 37.** O congresso Nacional deverá ser convocado, extraordinariamente, pelo terço de uma de suas câmaras, caso a sessão legislativa se encerre sem que se tenha ultimado o julgamento do Presidente da República ou de Ministro de Estado, bem como no caso de ser necessário o início imediato do processo. [Ver tópico \(233 documentos\)](#)

**Art. 38.** No processo e julgamento do Presidente da República e dos Ministros de Estado, serão subsidiários desta lei, naquilo em que lhes forem aplicáveis, assim os regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, como o Código de Processo Penal. [Ver tópico \(4 documentos\)](#)

PARTE TERCEIRA

CAPÍTULO I

DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**Art. 39.** São crimes de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal: [Ver tópico \(139 documentos\)](#)

1- altera, por qualquer forma, exceto por via de recurso, a decisão ou voto já proferido em sessão do Tribunal;

2 - proferir julgamento, quando, por lei, seja suspeito na causa;

3 - exercer atividade político-partidária;

4 - ser patentemente desidioso no cumprimento dos deveres do cargo;

5 - proceder de modo incompatível com a honra dignidade e decôro de suas funções.

**Art. 39-A.** Constituem, também, crimes de responsabilidade do Presidente do Supremo Tribunal Federal ou de seu substituto quando no exercício da Presidência, as condutas previstas no art. 10 desta Lei, quando por eles ordenadas ou praticadas. (Incluído pela Lei nº 10.028, de .2000) [Ver tópico \(11 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo aplica-se aos Presidentes, e respectivos substitutos quando no exercício da Presidência, dos Tribunais Superiores, dos Tribunais de Contas, dos Tribunais Regionais Federais, do Trabalho e Eleitorais, dos Tribunais de Justiça e de Alçada dos Estados e do Distrito Federal, e aos Juízes Diretores de Foro ou função equivalente no primeiro grau de jurisdição. (Incluído pela Lei nº 10.028, de .2000) [Ver tópico](#)

## CAPÍTULO II

### DO PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA

**Art. 40.** São crimes de responsabilidade do Procurador Geral da República: [Ver tópico \(11 documentos\)](#)

- 1 - emitir parecer, quando, por lei, seja suspeito na causa;
- 2 - recusar-se a prática de ato que lhe incumba;
- 3 - ser patentemente desidioso no cumprimento de suas atribuições;
- 4 - proceder de modo incompatível com a dignidade e o decôro do cargo.

**Art. 40-A.** Constituem, também, crimes de responsabilidade do Procurador-Geral da República, ou de seu substituto quando no exercício da chefia do Ministério Público da União, as condutas previstas no art. 10 desta Lei, quando por eles ordenadas ou praticadas. (Incluído pela Lei nº 10.028, de .2000) [Ver tópico](#)

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo aplica-se: (Incluído pela Lei nº 10.028, de .2000) [Ver tópico](#)

**I** - ao Advogado-Geral da União; (Incluído pela Lei nº 10.028, de .2000) [Ver tópico](#)

**II** - aos Procuradores-Gerais do Trabalho, Eleitoral e Militar, aos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, aos Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal, e aos membros do Ministério Público da União e dos Estados, da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal, quando no exercício de função de chefia das unidades regionais ou locais das respectivas instituições. (Incluído pela Lei nº 10.028, de .2000) [Ver tópico](#)

## TÍTULO II

### DO PROCESSO E JULGAMENTO

#### CAPÍTULO I

##### DA DENÚNCIA

**Art. 41.** É permitido a todo cidadão denunciar perante o Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador Geral da República, pêlos crimes de responsabilidade que cometerem (artigos 39 e 40). [Ver tópico \(17 documentos\)](#)

**Art. 41-A.** Respeitada a prerrogativa de foro que assiste às autoridades a que se referem o parágrafo único do art. 39-A e o inciso II do parágrafo único do art. 40-A, as ações penais contra elas ajuizadas pela prática dos crimes de responsabilidade previstos no art. 10 desta Lei serão processadas e julgadas de acordo com o rito instituído pela Lei no 8.038, de 28 de maio de 1990, permitido, a todo cidadão, o oferecimento da denúncia. (Incluído pela Lei nº 10.028, de .2000) [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**Art. 42.** A denúncia só poderá ser recebida se o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo. [Ver tópico \(14 documentos\)](#)

**Art. 43.** A denúncia, assinada pelo denunciante com a firma reconhecida deve ser acompanhada dos documentos que a comprovem ou da declaração de impossibilidade de apresentá-los, com a indicação do local onde possam ser

encontrados. Nos crimes de que haja prova testemunhal, a denúncia deverá conter o rol das testemunhas, em número de cinco, no mínimo. [Ver tópico \(4 documentos\)](#)

**Art. 44.** Recebida a denúncia pela Mesa do Senado, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial, eleita para opinar sobre a mesma. [Ver tópico \(5 documentos\)](#)

**Art. 45.** A comissão a que alude o artigo anterior, reunir-se-á dentro de 48 horas e, depois de eleger o seu presidente e relator, emitirá parecer no prazo de 10 dias sobre se a denúncia deve ser, ou não julgada objeto de deliberação. Dentro desse período poderá a comissão proceder às diligências que julgar necessárias. [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**Art. 46.** O parecer da comissão, com a denúncia e os documentos que a instruírem, será lido no expediente de sessão do Senado, publicado no Diário do Congresso Nacional e em avulsos, que deverão ser distribuídos entre os senadores, e dado para ordem do dia da sessão seguinte. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**Art. 47.** O parecer será submetido a uma só discussão, e a votação nominal considerando-se aprovado se reunir a maioria simples de votos. [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**Art. 48.** Se o Senado resolver que a denúncia não deve constituir objeto de deliberação, serão os papéis arquivados. [Ver tópico \(5 documentos\)](#)

**Art. 49.** Se a denúncia for considerada objeto de deliberação, a Mesa remeterá cópia de tudo ao denunciado, para responder à acusação no prazo de 10 dias. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 50.** Se o denunciado estiver fora do Distrito Federal, a cópia lhe será entregue pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado em que se achar. Caso se ache fora do país ou em lugar incerto e não sabido, o que será verificado pelo 1º Secretário do Senado, a intimação farse-á por edital, publicado no Diário do Congresso Nacional, com a antecedência de 60 dias, aos quais se acrescerá, em comparecendo o denunciado, o prazo do art. 49. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 51.** Findo o prazo para a resposta do denunciado, seja esta recebida, ou não, a comissão dará parecer, dentro de dez dias, sobre a procedência ou improcedência da acusação. [Ver tópico \(4 documentos\)](#)

**Art. 52.** Perante a comissão, o denunciante e o denunciado poderão comparecer pessoalmente ou por procurador, assistir a todos os atos e diligências por ela praticados, inquirir, reinquirir, contestar testemunhas e requerer a sua acareação. Para esse efeito, a comissão dará aos interessados conhecimento das suas reuniões e das diligências a que deva proceder, com a indicação de lugar, dia e hora. [Ver tópico \(11 documentos\)](#)

**Art. 53.** Findas as diligências, a comissão emitirá sobre o seu parecer, que será publicado e distribuído, com todas as peças que o instruírem e dado para ordem do dia 48 horas, no mínimo, depois da distribuição. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 54.** Esse parecer terá uma só discussão e considerar-se-á aprovado se, em votação nominal, reunir a maioria simples dos votos. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**Art. 55.** Se o Senado entender que não procede a acusação, serão os papéis arquivados. Caso decida o contrário, a Mesa dará imediato conhecimento



dessa decisão ao Supremo Tribunal Federal, ao Presidente da República, ao denunciante e ao denunciado. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 56.** Se o denunciado não estiver no Distrito Federal, a decisão ser-lhe-á comunicada a requisição da Mesa, pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado onde se achar. Se estiver fora do país ou em lugar incerto e não sabido, o que será verificado pelo 1º Secretário do Senado, far-se-á a intimação mediante edital pelo Diário do Congresso Nacional, com a antecedência de 60 dias. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 57.** A decisão produzirá desde a data da sua intimação os seguintes efeitos, contra o denunciado: [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**a)** ficar suspenso do exercício das suas funções até sentença final; [Ver tópico](#)

**b)** ficar sujeito a acusação criminal; [Ver tópico](#)

**c)** perder, até sentença final, um terço dos vencimentos, que lhe será pago no caso de absolvição. [Ver tópico](#)

## CAPÍTULO II

### DA ACUSAÇÃO E DA DEFESA

**Art. 58.** Intimado o denunciante ou o seu procurador da decisão a que aludem os três últimos artigos, ser-lhe-á dada vista do processo, na Secretaria do Senado, para, dentro de 48 horas, oferecer o libelo acusatório e o rol das testemunhas. Em seguida abrir-se-á vista ao denunciado ou ao seu defensor, pelo mesmo prazo para oferecer a contrariedade e o rol das testemunhas. [Ver tópico](#)

**Art. 59.** Decorridos esses prazos, com o libelo e a contrariedade ou sem eles, serão os autos remetidos, em original, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, ou ao seu substituto legal, quando seja ele o denunciado, comunicando-se-lhe o dia designado para o julgamento e convidando-o para presidir a sessão. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 60.** O denunciante e o acusado serão notificados pela forma estabelecida no art. 56. para assistirem ao julgamento, devendo as testemunhas ser, por um magistrado, intimadas a comparecer a requisição da Mesa. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** Entre a notificação e o julgamento deverá mediar o prazo mínimo de 10 dias. [Ver tópico](#)

**Art. 61.** No dia e hora marcados para o julgamento, o Senado reunir-se-á, sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal ou do seu substituto legal. Verificada a presença de número legal de senadores, será aberta a sessão e feita a chamada das partes, acusador e acusado, que poderão comparecer pessoalmente ou pelos seus procuradores. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**Art. 62.** A revelia do acusador não importará transferência do julgamento, nem perempção da acusação. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**§ 1º** A revelia do acusado determinará o adiamento de julgamento, para o qual o Presidente designará novo dia, nomeando um advogado para defender o revel. [Ver tópico](#)

**§ 2º** Ao defensor nomeado será, facultado o exame de tôdas as peças do processo. [Ver tópico](#)

**Art. 63.** No dia definitivamente apazado para o julgamento, verificado o número legal de senadores será aberta a sessão e facultado o ingresso às partes ou aos seus procuradores. Serão juizes todos os senadores presentes, com exceção dos impedidos nos termos do art. 36. [Ver tópico \(5 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** O impedimento poderá ser oposto pelo acusador ou pelo acusado e invocado por qualquer senador. [Ver tópico](#)

**Art. 64.** Constituído o Senado em Tribunal de julgamento, o Presidente mandará ler o processo e, em seguida, inquirirá publicamente as testemunhas, fora da presença umas das outras. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 65.** O acusador e o acusado, ou os seus procuradores, poderão reinquirir as testemunhas, contestá-las sem interrompê-las e requerer a sua acareação sejam feitas as perguntas que julgar necessárias. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 66.** Finda a inquirição, haverá debate oral, facultadas a réplica e a tréplica entre o acusador e o acusado, pelo prazo que o Presidente determinar, [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Parágrafo único.** Ultimado o debate, retirar-se-ão partes do recinto da sessão e abrir-se-á uma discussão única entre os senadores sobre o objeto da acusação. [Ver tópico](#)

**Art. 67.** Encerrada a discussão, fará o Presidente um relatório resumido dos fundamentos da acusação e da defesa, bem como das respectivas provas, submetendo em seguida o caso a julgamento. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

### CAPÍTULO III

#### DA SENTENÇA

**Art. 68.** O julgamento será feito, em votação nominal pêlos senadores desimpedidos que responderão "sim" ou "não" à seguinte pergunta enunciada pelo Presidente: "Cometeu o acusado F. o crime que lhe é imputado e deve ser condenado à perda do seu cargo?" [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** Se a resposta afirmativa obtiver, pelo menos, dois terços dos votos dos senadores presentes, o Presidente fará nova consulta ao plenário sobre o tempo não excedente de cinco anos, durante o qual o condenado deverá ficar inabilitado para o exercício de qualquer função pública. [Ver tópico](#)

**Art. 69.** De acordo com a decisão do Senado, o Presidente lavrará nos autos, a sentença que será assinada por ele e pêlos senadores, que tiverem tomado parte no julgamento, e transcrita na ata. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 70.** No caso de condenação, fica o acusado desde logo destituído do seu cargo. Se a sentença for absolutória, produzirá a imediata reabilitação do acusado, que voltará ao exercício do cargo, com direito à parte dos vencimentos de que tenha sido privado. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**Art. 71.** Da sentença, dar-se-á imediato conhecimento ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal e ao acusado. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 72.** Se no dia do encerramento do Congresso Nacional não estiver concluído o processo ou julgamento de Ministro do Supremo Tribunal Federal ou do Procurador Geral da República, deverá ele ser convocado extraordinariamente pelo terço do Senado Federal. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

**Art. 73** No processo e julgamento de Ministro do Supremo Tribunal, ou do Procurador Geral da República serão subsidiários desta lei, naquilo em que lhes forem aplicáveis, o Regimento Interno do Senado Federal e o Código de Processo Penal. [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

#### PARTE QUARTA

### CAPÍTULO I

#### DOS GOVERNADORES E SECRETÁRIOS DOS ESTADOS



**Art. 74.** Constituem crimes de responsabilidade dos governadores dos Estados ou dos seus Secretários, quando por eles praticados, os atos definidos como crimes nesta lei. [Ver tópico \(462 documentos\)](#)

## CAPÍTULO II

### DA DENÚNCIA, ACUSAÇÃO E JULGAMENTO

**Art. 75.** É permitido a todo cidadão denunciar o Governador perante a Assembléia Legislativa, por crime de responsabilidade. [Ver tópico \(39 documentos\)](#)

**Art. 76.** A denúncia assinada pelo denunciante e com a firma reconhecida, deve ser acompanhada dos documentos que a comprovem, ou da declaração de impossibilidade de apresentá-los com a indicação do local em que possam ser encontrados. Nos crimes de que houver prova testemunhal, conterão rol das testemunhas, em número de cinco pelo menos. [Ver tópico \(13 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** Não será recebida a denúncia depois que o Governador, por qualquer motivo, houver deixado definitivamente o cargo. [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**Art. 77.** Apresentada a denúncia e julgada objeto de deliberação, se a Assembléia Legislativa por maioria absoluta, decretar a procedência da acusação, será o Governador imediatamente suspenso de suas funções. [Ver tópico \(23 documentos\)](#)

**Art. 78.** O Governador será julgado nos crimes de responsabilidade, pela forma que determinar a Constituição do Estado e não poderá ser condenado, senão à perda do cargo, com inabilitação até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, sem prejuízo da ação da justiça comum. [Ver tópico \(62 documentos\)](#)

**§ 1º** Quando o tribunal de julgamento fôr de jurisdição mista, serão iguais, pelo número, os representantes dos órgãos que o integrarem, excluído o Presidente, que será o Presidente do Tribunal de Justiça. [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

**§ 2º** Em qualquer hipótese, só poderá ser decretada a condenação pelo voto de dois têrços dos membros de que se compuser o tribunal de julgamento. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**§ 3º** Nos Estados, onde as Constituições não determinarem o processo nos crimes de responsabilidade dos Governadores, aplicar-se-á o disposto nesta lei, devendo, porém, o julgamento ser proferido por um tribunal composto de cinco membros do Legislativo e de cinco desembargadores, sob a presidência do Presidente do Tribunal de Justiça local, que terá direito de voto no caso de empate. A escolha desse Tribunal será feita - a dos membros do legislativo, mediante eleição pela Assembléia: a dos desembargadores, mediante sorteio. [Ver tópico \(11 documentos\)](#)

**§ 4º** Êsses atos deverão ser executados dentro em cinco dias contados da data em que a Assembléia enviar ao Presidente do Tribunal de Justiça os autos do processo, depois de decretada a procedência da acusação. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

**Art. 79.** No processo e julgamento do Governador serão subsidiários desta lei naquilo em que lhe forem aplicáveis, assim o regimento interno da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Justiça, como o Código de Processo Penal. [Ver tópico \(23 documentos\)](#)

**Parágrafo único.** Os Secretários de Estado, nos crimes conexos com os dos governadores, serão sujeitos ao mesmo processo e julgamento. [Ver tópico](#)

## DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 80.** Nos crimes de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado, a Câmara dos Deputados é tribunal de pronúncia e o Senado Federal, tribunal de julgamento; nos crimes de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Procurador Geral da República, o Senado Federal é, simultaneamente, tribunal de pronúncia e julgamento. [Ver tópico](#)

**Parágrafo único.** O Senado Federal, na apuração e julgamento dos crimes de responsabilidade funciona sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal, e só proferirá sentença condenatória pelo voto de dois terços dos seus membros. [Ver tópico](#)

**Art. 81** A declaração de procedência da acusação nos crimes de responsabilidade só poderá ser decretada pela maioria absoluta da Câmara que a preferir. [Ver tópico](#)

**Art. 82.** Não poderá exceder de cento e vinte dias, contados da data da declaração da procedência da acusação, o prazo para o processo e julgamento dos crimes definidos nesta lei. [Ver tópico \(4 documentos\)](#)

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO GASPAR DUTRA

Honório Monteiro

Sylvic de Noronha Canrobert P. da Costa

Raul Fernandes

Guilherme da Silveira

João Valdetaro de Amorim e Mello

Daniel de Carvalho

Clemente Mariani

Armando Trompowsky

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 12.4.1950

ÿÿ

### Amplie seu estudo

- [Crimes de Responsabilidade](#)
  - [Impugnação de Mandato Eletivo](#)
  - [Lei nº 1.079 de 10 de Abril de 1950](#)
  - [Direito Constitucional](#)
- 
- *Tópicos de legislação citada no texto*
  - [Constituição Federal de 1988](#)
  - [Artigo 89 da Constituição Federal de 1988](#)
  - [Decreto Lei nº 3.689 de 03 de Outubro de 1941](#)
  - [Lei nº 10.028 de 19 de Outubro de 2000](#)
  - [Lei nº 1.079 de 10 de Abril de 1950 de São Paulo](#)
  - [Lei nº 9.504 de 11 de Março de 1997 de São Paulo](#)

**Por novas eleições presidenciais – 25 jan 1999**

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz25019908.htm?mobile>

A nação brasileira está colocada diante do mais grave desafio da história da República. Precisamos definir rapidamente, diante do processo em curso de acelerada degradação nacional e de desagregação social, no bojo da nossa maior crise econômica do século, se o Brasil será uma nação soberana, capaz de afirmar sua autonomia no contexto internacional, ou se nos transformaremos definitivamente em servos de uma ordem global totalitária, que nos recusa o direito de partilhar minimamente das conquistas civilizatórias da humanidade.

O governo brasileiro já não dirige o país. Fernando Henrique abdicou da responsabilidade constitucional de governar, transferindo-a para os gestores dos organismos financeiros das grandes potências e para os especuladores internacionais. Perdeu a autoridade e a credibilidade -interna e externamente-, induzindo o país a uma situação de anomia cujo desfecho, ironicamente, vem sendo adiado apenas pela regulação predatória imposta pelo FMI, que organiza precariamente o caos para combinar seus dois objetivos estratégicos: esgotar todas as possibilidades de expropriação da nação e constituir mecanismos protetivos para minimizar os efeitos da "quebra" do Brasil nas economias de países hegemônicos. O desfecho dessa situação de ingovernabilidade poderá ser ainda mais grave: são visíveis os sinais de que a deterioração econômica contém a possibilidade concreta de uma crise institucional, que poderá comprometer a ordem constitucional já debilitada e, pela via autoritária -tão sedutora para as nossas elites-, impor à sociedade os "ajustes" preconizados pela ordem global. Mesmo que para tanto o "poder real" tenha que sufocar a reação legítima da sociedade civil e, no limite, reprimir seletiva ou ostensivamente os movimentos sociais. A nação brasileira, diante de um presidente apático, inepto e irresponsável, precisa reagir com os instrumentos que a Constituição autoriza, mobilizando todas as energias da sociedade civil na perspectiva da construção de um novo contrato social. Não de um "pacto social" -artifício de que as elites lançam mão em situações de risco para preservar seus interesses exclusivistas-, mas de um "contrato" que dê base à formação de uma nova maioria, na sociedade e no Parlamento, para recolocar o Estado a serviço da nação ameaçada. Um "contrato social" que viabilize a inserção soberana, interdependente e cooperativa do país na ordem internacional, que oriente a reintegração social e regional do país, que, enfim, tenha a capacidade de constituir os pressupostos de um projeto nacional capaz de conduzir o país a um patamar compatível com o atual estágio das conquistas científico-tecnológicas e com os valores democráticos e humanistas da modernidade. Após frustrar irremediavelmente a generosa expectativa da nação, resta a Fernando Henrique uma única atitude: reconhecer o estado de ingovernabilidade do país e propor ao Congresso uma emenda constitucional convocando eleições presidenciais para outubro, dando um desfecho racional ao seu segundo e melancólico mandato, que terminou antes mesmo de começar.

A sociedade brasileira, democraticamente, precisa superar o estupor e a letargia e desencadear um amplo processo de mobilização capaz de articular todos os sujeitos interessados na reestabilização econômica e social do país, para sensibilizar o Congresso e chamar o presidente à razão.

Não se trata de propor um "pacto" para prolongar artificialmente a agonia da nação. Trata-se de reconstruir economicamente o país, o que só será possível pelo rompimento do círculo perverso de dependência ao capital especulativo, inaugurando um novo ciclo de desenvolvimento com geração de emprego, uma nova etapa de acumulação pública e privada, de proteção do parque produtivo instalado e de criação de um consistente mercado de massas. E de viabilizar o aprofundamento do Estado democrático de Direito, com a defesa da Constituição e das instituições nacionais e com a plena afirmação da cidadania, constituindo os fundamentos para um novo projeto nacional capaz de reconciliar o Estado com a sociedade e a história com o nosso destino de nação soberana.

Tarso Genro, 51, advogado, é membro do Diretório Nacional do PT. Foi prefeito de Porto Alegre (RS) de 1993 a 1996 e deputado federal de 1989 a 1990.

### Comentário Paulo Timm

Aliás, IMPEACHMENT não se faz nem com base em Pesquisa de Opinião , nem com mobilização nas ruas, embora ambos possam influenciar o Congresso Nacional quanto à conveniência e oportunidade do recurso extremo. Todo o cuidado é pouco! Devagar com o andor que a democracia não só é ainda frágil no Brasil. Ela é essencialmente "fugidia" , como lembra Fred Dallmayr -

[http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/DROPS/131105064711DROPS\\_NOVEMBRO\\_05 -  
A DEMOCRACIA FUGIDIA DO CHAO PARA CIMA.pdf](http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/DROPS/131105064711DROPS_NOVEMBRO_05_-_A_DEMOCRACIA_FUGIDIA_DO_CHAO_PARA_CIMA.pdf)

### Impeachment é golpe?

Renato Janine Ribeiro – fev 2014

Não é. Tanto que está previsto na Constituição.

Mas impeachment não é brincadeira. No presidencialismo, os chefes do Poder Executivo têm mandato fixo. É o contrário do parlamentarismo, onde o primeiro-ministro pode ser destituído pelo Parlamento sem maiores dramas (e mesmo assim ficam lá anos a fio, às vezes muito impopulares, manipulando datas de eleição). No presidencialismo, não se pode destituir o presidente só porque seu governo se tornou impopular ou ele realiza uma má gestão. É preciso que tenha cometido um crime, um crime específico, que não é um crime contra pessoas privadas, mas contra a res publica, contra a própria essência do Estado que ele representa e chefia.

Há gente que sabe disso mas está manipulando as palavras. Um site, outro dia, dizia que por não ter aumentado o preço da gasolina um ou dois anos atrás Dilma poderia sofrer impeachment (porque teria gerado prejuízos na Petrobras, expondo a empresa a uma perda de valor). Olha, até pode ter sido uma pena isso, mas não é crime de responsabilidade. Como FHC haver terminado o governo com o orçamento sem poder ser executado, em crise séria, não era razão para impeachment.

Dilma pode sofrer impeachment? Qualquer presidente pode – se houver razões

para tanto. Basicamente, se ela tiver cometido um crime contra a res publica. Se por exemplo for provado que ordenou que fossem cometidos crimes de corrupção. Agora, não adianta ficar brincando disso sem provas. Nem sequer sabemos quais políticos serão acusados na Lava a Jato. Então, brincar com isso nem sei se chega a ser golpe. É infantilidade.

E é importante lembrar. Não podemos quebrar a ordem constitucional. Custou muito caro ao Brasil chegar à democracia. Daqui a um mês, completaremos trinta anos de regime democrático. Quebrar isso só para tirar do poder quem você não gosta, e colocar lá um candidato que perdeu as eleições, significa ódio à democracia.

Em 1964, os civis que cometeram traição à Pátria, participando do golpe, pensavam que os militares fariam o trabalho sujo, tirariam de cena os civis que tinham votos, e depois dariam o poder de bandeja à UDN. Deu no que deu. As "vivandeiros", como o ditador Castelo Branco apropriadamente chamou as lideranças udenistas, perderam a parada. É bom – como lembra [Andréa Pachá](#) – não acreditar que gasolina apaga fogo.

[Marco Antonio Carvalho Teixeira](#)

1 h · [Editado](#) ·

To com Renato Janine Ribeiro. Impeachment não é golpe, é um instrumento da democracia, mas também não é brincadeira ou infantilidade.

"Dilma pode sofrer impeachment? Qualquer presidente pode – se houver razões para tanto. Basicamente, se ela tiver cometido um crime contra a res publica. Se por exemplo for provado que ordenou que fossem cometidos crimes de corrupção. Agora, não adianta ficar brincando disso sem provas. Nem sequer sabemos quais políticos serão acusados na Lava a Jato. Então, brincar com isso nem sei se chega a ser golpe. É infantilidade.

E é importante lembrar. Não podemos quebrar a ordem constitucional. Custou muito caro ao Brasil chegar à democracia. Daqui a um mês, completaremos trinta anos de regime democrático. Quebrar isso só para tirar do poder quem você não gosta, e colocar lá um candidato que perdeu as eleições, significa ódio à democracia".

[Curtir](#) · [Compartilhar](#)

- [61 pessoas](#) curtiram isso.

- [4 compartilhamentos](#)
- [Ver mais 2 comentários](#)



- [Rafael Rossi Silveira](#) Concordo. Não estou apoiando o movimento atual justamente por isso: falta de consenso no fundamento do impeachment. Acho q se justifica pela falha no cumprimento da lei orçamentária (q não acredito ter sido sanado o ato ímprobo com aprovação de nova le...[Ver mais](#)

57 min · [Curtir](#) · [1](#)



-

**Marco Antonio Carvalho Teixeira** concordo **Rafael Rossi Silveira** as manifestações públicas demonstram vitalidade da democracia, mesmo quando com pouco foco. É positivo. melhor assim do que uma sociedade paralisada.

54 min · Curtir · 1



• **George Winnik** Espero que tudo isso contribua para maior engajamento político de todos. Acho que o artigo é interessante: <https://br.noticias.yahoo.com/.../a-marcha-pelo...>

CHANCES em fevereiro 15

**Chances de Dilma sofrer impeachment são de 20% a 30%, avaliam consultorias - InfoMoney**

Veja mais

em: <http://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/3855821/chances-dilma-sofrer-impeachment-sao-avaliam-consultorias>

**[A marcha pelo impeachment: entre a fórmula mágica e a preguiça](#)**

BR.NOTICIAS.YAHOO.COM

**George Winnik** Espero que tudo isso contribua para maior engajamento político de todos. Acho que o artigo é interessante: <https://br.noticias.yahoo.com/.../a-marcha-pelo...>

Perdi as contas, nas últimas semanas, de quantos...

**Fernando Holiday** com Dilma Rousseff

Cuidado! Esse vídeo pode causar revolta coletiva que pode resultar na destruição do meio que está utilizando para assisti-lo.  
Aguentaremos como bobos da corte inertes até 2018?  
Bom dia.

•

O que acontece se a Dilma sofrer um impeachment?

Não é o Aécio quem assume. Veja os sete passos que explicam como o processo de impeachment funciona.

[Salvar](#)

BUZZFEED · 49.698 COMPARTILHAMENTOS · 10 DE FEVEREIRO DE 2015

•

7 tentativas frustradas de escrever "impeachment" em uma página no Facebook

É tão difícil protestar e acertar a grafia ao mesmo tempo.

[Salvar](#)

BUZZFEED · 4.717 COMPARTILHAMENTOS · 10 DE FEVEREIRO DE 2015

•



Eleitores de Aécio lançam manifesto pelo impeachment de Dilma, veja texto:

Mimimimi mimi mimi mimimimi mimimimi mimimimi  
mimimimi mimi mimi mimimimi mimimimi mimi Mimimimi  
mimi mimi mimimimi mimimimi mimimimi mimimimi mimi  
mimi mimimimi mimimimi mimi Mimimimi mimi mimi  
mimimimi mimimimi mimimimi mimimimi mimi mimi  
mimimimi mimimimi mimi Mimimimi mimi mimi mimimimi  
mimimimi mimimimi mimimimi mimi mimi mimimimi  
mimimimi mimi mimi mimimimi mimimimi mimimimi  
mimimimi mimimimi mimimimi mimimimi mimimimi  
mimimimi mimimimi mimimimi mimimimi. mimimimi  
mimimimi mimimimi mimimimi mimimimi mimimimi  
mimimimi mimimimi mimimimi mimimimi. Mimimi, mimi,  
mimimi



[Salvar](#)

SENSACIONALISTA.UOL.COM.BR · 7.086

COMPARTILHAMENTOS · 10 DE NOVEMBRO DE 2014



### A culpa de Dilma e o dolo de Ives Gandra

Encomendado por advogado de FHC, parecer de Ives Gandra flerta com uma visão muito parecida com a teoria do 'domínio do fato', que ele tanto criticou.

[Salvar](#)

CARTAMAIOR.COM.BR · 2.031

COMPARTILHAMENTOS · 4 DE FEVEREIRO DE 2015

•



### FHC contesta a ligação com parecer de Ives

Em nota publicada na véspera em seu Facebook, da qual só tomei conhecimento na manhã desta sexta-feira, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso contesta análises feitas por vários articulistas, na qual sou nominalmente citado, sobre qualquer ligação da sua parte com o parecer do advogado Ives Gandra Martins publicado pela Folha esta semana, em que o tributarista ...

[Salvar](#)

PORTAL R7 · 1.487 COMPARTILHAMENTOS · 6 DE FEVEREIRO DE 2015

## LINKS RELACIONADOS

•



### Merval: impeachment de Dilma não seria antidemocrático

"O impeachment é um processo mais político do que jurídico, portanto, de longa duração. Depende de que condições sejam estabelecidas, tanto no campo político quanto no econômico, para ser utilizado. Mas nunca pode ser tido como um instrumento antidemocrático", diz o colunista Merval Pereira, do Globo, que é um dos porta-vozes do golpismo midiático

[Salvar](#)

BRASIL247.COM · 2.606 COMPARTILHAMENTOS · 8 DE FEVEREIRO DE 2015

## A hipótese de culpa para o impeachment de Dilma

Leia trecho do artigo de Ives Gandra da Silva Martins, publicado na Folha: Pediu-me o eminente colega José de Oliveira Costa um parecer sobre a

[Salvar](#)

VEJA · 1.370 COMPARTILHAMENTOS · 3 DE FEVEREIRO DE 2015

**Bochicho pró-impeachment cresce, mas Dilma consolida aposta na retranca**

**Mário Magalhães**

<http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2015/02/03/bochicho-pro-impeachment-cresce-mas-dilma-consolida-aposta-na-retranca/>

03/02/2015 10:26

Compartilhe

Imprimir Comunicar erro

O ministro das Relações Institucionais, Pepe Vargas, apelou a metáfora para interpretar as consequências do 7 a 1 que o governo levou na eleição para presidente da Câmara, agora comandada pelo peemedebista Eduardo Cunha: “Um jogo de futebol tem carrinho, puxão na camiseta e até canelada. Quando termina, os amigos sentam e tomam uma cervejinha. É isso”.

Ignoro se o ex-prefeito torce pelo Caxias ou pelo Juventude, se tem mesmo intimidade com o antigo esporte bretão, como o ex-presidente Lula, ou dá chutes metafóricos somente orientado por assessores, como parece ser o caso da presidente Dilma Rousseff.

A imagem desenhada pelo ministro omite o essencial: uma partida de futebol tem vencedor e vencido.

Numa competição de longo curso, quem ganha fica mais forte, e quem perde fica mais fraco.

Em torneio mata-mata, derrota equivale a eliminação.

A goleada do domingo é grave para o governo porque demonstrou que a base confiável da presidente eleita pela maioria dos brasileiros é rigorosamente minoritária na casa dos deputados.

O candidato de Dilma, Arlindo Chinaglia, amargou uma sova de votos em começo de governo, quando se descortinam quatro anos de agrados a quem costuma gostar de agrados.

O revés na Câmara, se o governo Dilma Reloaded mantiver a rota de momento, significará o reforço na \_eis, ministro, outra metáfora futebolística\_ retranca estabelecida até agora.

Qualquer cidadão intelectualmente honesto \_e não fanático ou com interesses muito particulares\_ sabe que a presidente se elegeu com discurso de esquerda, mas implementa uma administração com acentuados tons de direita.

Convocou ministros conservadores, sacrificou conquistas dos trabalhadores, punindo assalariados, e impôs um arrocho que prejudica sobretudo os mais pobres.

Ao seguir nesse rumo, Dilma destruirá o pacto social e político que a empurrou à vitória no segundo turno.

Em vez de amansar seus oponentes, incentiva-os a buscar o que semanas atrás era inominável para alguns, mas vem deixando de ser: a sugestão de abreviar o mandato conferido soberanamente pelo sufrágio popular.

No início, apenas boçais descomprometidos com a democracia acorriam à avenida Paulista para propor intervenção militar ou \_o resultado é igual\_ impeachment.

Depois, figuras caricaturais principiaram a falar. Um exemplo é o ex-candidato presidencial Levy Fidelix, na festa que celebrou o triunfo de Eduardo Cunha: “A vida da Dilma vai ser um inferno. vai vir impeachment”; “quem vai assumir é o [Michel] Temer, em nove meses”.

Em artigo publicado no domingo, Fernando Henrique Cardoso não deixou claro, mas permitiu interpretações que o ex-presidente poderá confirmar ou não: “Daí minha insistência: ou há uma regeneração “por dentro”, governo e partidos reagem e alteram o que se sabe que deve ser alterado nas leis eleitorais e partidárias, ou a mudança virá “de fora”. No passado, seriam golpes militares. Não é o caso, não é desejável nem se veem sinais. Resta, portanto, a Justiça”.

Nesta terça-feira, o historiador Marco Antonio Villa deu a conhecer sua opinião no artigo “Dilma, a breve?": “De forma mais direta: [Dilma] vai ter de engolir uma CPI sobre a Petrobras. E com o que conhecemos até hoje da Operação Lava-Jato, o seu mandato pode ser abreviado — caso, evidentemente, se

confirmem as denúncias envolvendo a empresa, políticos, empreiteiras e o Palácio do Planalto".

Também hoje, a primeira página da "Folha" chama para um artigo-parecer de Ives Gandra da Silva Martins: "Há base jurídica para um pedido de impeachment". O advogado afirma: "À luz desse raciocínio, exclusivamente jurídico, terminei o parecer afirmando haver, independentemente das apurações dos desvios que estão sendo realizadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público (hipótese de dolo), fundamentação jurídica para o pedido de impeachment (hipótese de culpa)".

Voltando ao futebol, o jogo está sendo jogado.

Inexiste prova ou indício de envolvimento da presidente com a roubalheira na Petrobras.

Ao abrir mão da plataforma que a impulsionou ao segundo mandato, Dilma Rousseff frustra parcela dos seus eleitores e fortalece seus adversários.

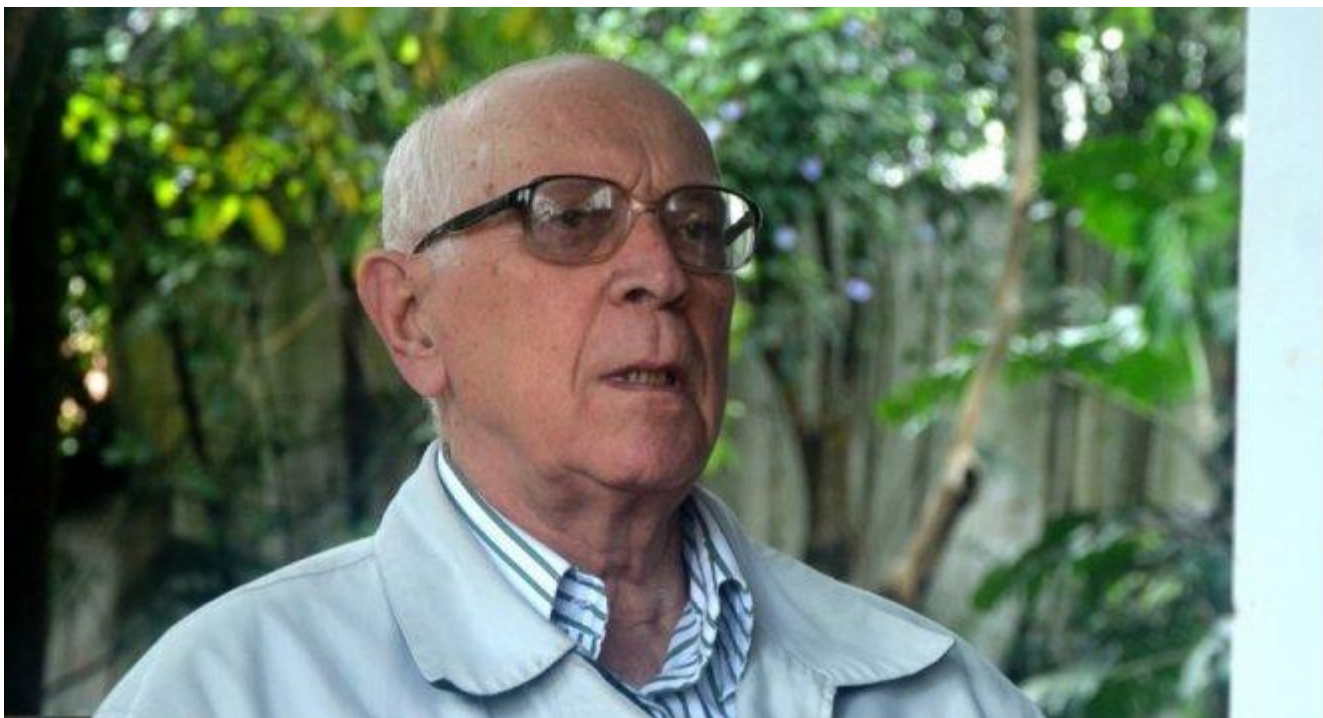
E para os adversários, como evidencia a amostra de opiniões acima, o impeachment deixa de ser assunto para sussurros constrangidos e ganha pompa de discurso.

Por enquanto, mobilizações golpistas pela saída da presidente constitucional não levarão massas às ruas.

Mas a política recessiva e avessa aos interesses de quem vive de salário \_em suma, a retranca\_ pode atrapalhar Dilma.

Ainda mais com seu inimigo Eduardo Cunha à frente da Câmara.

**DALLARI FAZ PICADINHO DO PARECER DE GANDRA E FHC**



<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/169338/Dallari-faz-picadinho-do-parecer-de-Gandra-e-FHC.htm>

Jurista Dalmo de Abreu Dallari aponta a fragilidade dos argumentos de Ives Gandra Marins, no parecer em que defendeu o impeachment da presidente Dilma Rousseff; "Esse parecer do Dr. Ives Gandra é absolutamente inconsistente. Ele cita uma porção de artigos e leis, mas não cita um único fato que demonstre a responsabilidade da presidente Dilma. O que ele está fazendo é uma aplicação da chamada doutrina do conhecimento do fato, ou domínio do fato, e que é absolutamente absurda, não é juridicamente aceitável", diz ele; Dallari afirma, ainda, que se a tese fosse válida o ex-presidente FHC, cujo advogado solicitou o parecer, deveria perder seus direitos políticos em razão do caso Alstom

7 DE FEVEREIRO DE 2015 ÀS 06:46

**247** - O jurista Dalmo Dallari, um dos mais respeitados do País, rebateu o parecer de Ives Gandra Martins, encomendado por um advogado ligado ao Instituto Fernando Henrique Cardoso, sobre o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Dallari concedeu entrevista à assessoria do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que pode ser lida abaixo:

Em entrevista concedida de Paris, por telefone, à assessoria de comunicação do mandato do deputado federal Paulo Teixeira, realizada na tarde desta sexta-feira (6/2), o jurista Dalmo Dallari acusou o também jurista Ives Gandra de elaborar um [parecer](#) "absolutamente inconsistente" sugerindo a existência de elementos para a abertura de um processo de impeachment da presidenta Dilma. "Eu não vejo a mínima consistência nessa tentativa de criar uma base jurídica para o impeachment", afirmou.

Professor emérito da Faculdade de Direito da USP e especialista em Direito do Estado, Dallari chamou de absurda a aplicação da doutrina do domínio do fato no caso Petrobras e lembrou que, se fossem seguir a lógica sugerida por Ives

Gandra, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso deveria perder seus direitos políticos e todos os senadores do país poderiam ser igualmente cassados. “A Constituição, no artigo 52, dá como atribuição do Senado ‘processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade’”, disse. “Portanto, se ele considera que, mesmo sem comprovação de conhecimento direto, existe a obrigação de agir, então essa obrigação existe para os senadores também.”

Na hipótese de parlamentares de oposição levarem adiante um pedido de impeachment, Dallari sugere recorrer ao Supremo Tribunal Federal com um mandato de segurança. “Uma ação visando cassar direitos sem haver nenhuma fundamentação é claramente inconstitucional”, cravou.

### **O sr. tomou conhecimento do parecer divulgado pelo Dr. Ives Gandra Martins? Concorde que há base jurídica para pedir o impeachment de Dilma?**

Esse parecer do Dr. Ives Gandra é absolutamente inconsistente. Ele cita uma porção de artigos e leis, mas não cita um único fato que demonstre a responsabilidade da presidente Dilma. O que ele está fazendo é uma aplicação da chamada doutrina do conhecimento do fato, ou domínio do fato, e que é absolutamente absurda, não é juridicamente aceitável. Ele de fato não fez a mínima demonstração, nem por via direta ou indireta, de que a presidente tivesse conhecimento do que ocorria de irregular dentro da Petrobras, de maneira que eu não vejo a mínima consistência nessa tentativa de criar uma base jurídica para o impeachment. Aliás, posso acrescentar um dado interessante. Se a base for simplesmente esta, se a obrigação de zelar pela probidade administrativa for suficiente para a cassação de um mandato, então deveriam, pela mesma lógica, ser cassados os mandatos de todos os senadores.

### **Por quê?**

Porque a Constituição, no artigo 52, dá como atribuição do Senado “processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade”. Portanto, se ele considera que, mesmo sem comprovação de conhecimento direto, existe a obrigação de agir, então essa obrigação existe para os senadores também. Coerentemente, ele deveria propor a cassação do mandato de todos os senadores por crime de responsabilidade, o que é evidente absurdo. Há um jogo evidentemente político tentando criar uma aparente fundamentação jurídica que, de fato, não existe. É pura tentativa de criar uma aparência de legalidade quando o que existe é um objetivo político, nada mais.

### **Depoimentos recentes na delação premiada indicaram que os desvios datam de 1997 e teriam chegado ao auge em 2000. Se isso se comprovar, poderia resvalar de alguma forma no ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.**

É curioso que acaba de ser publicada no jornal francês Le Monde uma matéria a respeito da empresa francesa Alstom, que atua no metrô brasileiro, e que, segundo o jornal, já em 1998 praticava corrupção no Brasil. Em 1998, o presidente era o Fernando Henrique Cardoso. Então (*pela mesma lógica*) ele deveria perder os direitos políticos. Ele deve ser considerado conivente. Foi omissivo, permitiu que uma empresa estrangeira praticasse corrupção no Brasil. Isso mostra, também, o absurdo dessa tentativa de criar uma imagem de

responsabilidade jurídica quando não há de fato nenhum fundamento para essa responsabilização.

**O sr. está acompanhando o processo da Petrobras de Paris? Que avaliação o sr. faz dos encaminhamentos recentes?**

Estou acompanhando. Verifiquei um dado muito interessante, num artigo do Janio de Freitas, que vai frontalmente contra as afirmações do parecer do Ives Gandra, quando ele diz que a presidente destruiu a Petrobras. Uma compilação de dados de agora mostra que, em 2014, a Petrobras obteve proveitos excepcionais. Ela cresceu muito. Não houve essa destruição que é expressamente referida no parecer de Ives Gandra. É mais um elemento para demonstrar que essa argumentação é inconsistente. Isso apenas revela uma tentativa de políticos inconformados porque perderam a eleição e não conseguem retornar ao poder. No caso do Ives Gandra, ele pura e simplesmente recebeu para fazer um parecer dizendo isso. Toda a carreira dele é no sentido de uma posição de extrema direita, ultraconservadora, de maneira que tudo isso faz com que seu parecer não tenha nenhuma importância jurídica.

**Numa especulação rasteira, se a oposição levar adiante qualquer tipo de proposta de impeachment, como o sr. acha que vai se dar o debate?**

Acho que caberia um mandato de segurança, uma ação no Supremo Tribunal Federal bloqueando essa iniciativa por absoluta falta de fundamento jurídico. Aí, sim, o cabimento é tranqüilo, direto, indiscutível. Uma ação do Parlamento visando cassar direitos sem haver nenhuma fundamentação é claramente inconstitucional. Então caberia um mandato de segurança para a sustação de um projeto nesse sentido

FEB

7

**PALAVRA LIVRE — DAVIS SENA FILHO**

Cunha, Moro, Gilmar, FHC e Globo querem a queda de Dilma, o fim do PT e  
jamais preservar a Petrobras

**Por Davis Sena Filho — Palavra Livre**





### CHARGE DE BESSINHA

O Partido dos Trabalhadores (PT) está na situação de um boxeador, que, em certo momento, desloca-se estrategicamente para o córner do ringue à espera do soar do gongo, porque sua intenção é tentar respirar e se defender dos socos de seu adversário, que está prestes a conquistar a vitória, se possível por intermédio de um nocaute contundente — inapelável.

Contudo, o partido que venceu as eleições presidenciais de 2014 é exatamente o PT, que deveria colocar as cartas na mesa, mas desaprendeu a revidar os “socos” ou a se defender, de maneira clara, objetiva e sistemática, porque, mesmo vitorioso nas urnas, perdeu a presidência da Câmara e vai ter de enfrentar mais uma CPI da Petrobras, organizada pela oposição conservadora, capitaneada pelo PSDB e seus aliados, a exemplo do DEM, PPS e parcela dissidente do PMDB, que tem em suas fileiras políticos de almas tucanas e que detestam ver os trabalhistas no poder.

É inacreditável e até mesmo surreal o governo popular de Dilma Rousseff não conseguir se mobilizar de modo que seus interesses políticos e partidários sejam resguardados, principalmente na Câmara dos Deputados, a ter como finalidade a aprovação de projetos e de programas que interessam à Presidência da República e a seus ministérios, que são responsáveis por milhares de obras e projetos de interesses nacionais, que contrariam o sistema de capitais controlado pelo mercado financeiro internacional.

As questões sobre as realidades que ora se apresentam podem se resumir nesta longa pergunta: “Será que o PT e o Governo Trabalhista desaprenderam a fazer política, e por isto se encolheram perante as adversidades, os ataques de uma oposição feroz, bem como dobrou os joelhos ao ponto de não

conseguir se comunicar com o povo brasileiro, além de permitir, equivocadamente, que a imprensa corporativa fale sozinha”?

Eis as questões que o PT não consegue resolver por estar paralisado, como se estivesse em um estado letárgico e, com efeito, esvair-se em timidez e pusilanimidade. É um absurdo, quase um deboche, verificar que a direita deste País, uma das mais perversas, violentas e entreguistas do mundo, criar uma nova CPI da Petrobras, que tem, sem sombra de dúvida, como alvo a presidenta Dilma Rousseff e até mesmo o presidente Lula, porque os reacionários só de pensar na volta do líder petista ao poder sentem calafrios ao tempo que febres terçãs, pois sabem muito bem que o Lula é um líder de massas, além de ser o político brasileiro mais conhecido internacionalmente.

O líder que tem força política e popular para dar continuidade aos projetos do Governo Dilma, e, obviamente, manter a política fiscal, cambial e o projeto nacionalista de independência e emancipação, que implementadas no País desde sua posse como presidente, em 2003. Essas realidades realmente incomodam o establishment, principalmente o brasileiro, que é subordinado aos interesses internacionais, pois deles dependem seus imensos lucros provenientes de negócios que prejudicam o Brasil, ou simplesmente “adquiridos” por intermédio do rentismo ou da jogatina de capital especulativo, que não tem pátria e se movimentam pelas bolsas de valores, pelo sistema financeiro oficial, bem como por meio dos paraísos fiscais, que lavam também dinheiro sujo proveniente da corrupção, da prostituição, do tráfico de armas e de drogas.

A resumir: os banqueiros são os maiores criminosos do mundo, e seu círculo é composto pelos grandes conglomerados privados de comunicação, fabricantes de armas, grandes traficantes de drogas, petroleiras exploradoras de riqueza alheia, negociantes de ouro e pedras preciosas, além dos grandes latifundiários do mercado imobiliário urbano e rural. Não foi à toa que o sistema imobiliário, juntamente com o bancário, quebrou, em 2008, grande parte dos países europeus, bem como prejudicou fortemente a economia estadunidense, que, apesar de ter melhorado, ainda luta para resgatar sua pujança.

Enfim, é com esse tipo de gente que governos populares tem de lidar. Contudo, esses fatores somados permitem que o ex-presidente trabalhista tenha

enormes chances de vencer o pleito eleitoral de 2018, a despeito dos escândalos, politicamente manipulados ou não pelas mídias de negócios privados e seletivamente preparados, tais quais a pratos feitos, pelos políticos de oposição e por setores do Judiciário e do Ministério Público, que, apesar da consolidação do regime democrático, ainda representam as classes dominantes, que historicamente se contrapõem aos interesses nacionais.

Considero um acinte à história do Brasil e uma falta de respeito à inteligência da sociedade brasileira, políticos, jornalistas e empresários, que sempre combateram as empresas estatais, notadamente a Petrobras por causa de seu valor econômico e cívico, além de suas estratégias de independência nacional, arvorarem-se agora como os arautos da dignidade, da moral e dos bons costumes, como se tivessem dispostos a proteger a Petrobras.

Essas pessoas são tão verdadeiras e sinceras tais quais aos mentirosos. Exemplifico um caso emblemático, mas falso, no que tange ao episódio do “varão de Plutarco”, Demóstenes Torres, admirado pela imprensa familiar e pelos coxinhas, o senador cassado e associado ao bicheiro Carlinhos Cachoeira. É dessa forma que se apresenta a moral udenista, que na verdade escamoteia e manipula seus verdadeiros interesses, como no caso da Petrobras, e, enquanto não conseguem concretizar seus objetivos inconfessáveis, dissimulam ao máximo para terem apoio de parte da população, geralmente de perfil conservador, reacionário e rancoroso, que é encontrada no seio da classe média de caráter lacerdistas e moralista até a página três.

O show do circo midiático está nas ruas, e delegados “aecistas”, promotores e juízes que atuam politicamente e no “limite de suas responsabilidades”, tais quais a um dos vendilhões da era FHC, aproveitam-se de suas condições de protagonistas do caso Petrobras e selecionam fatos e acontecimentos pertencentes a um contexto maior para manter o fogo da fogueira acesa retratado nos meios de comunicação privados.

Os governos republicanos de Lula e de Dilma Rousseff são exatamente os que determinaram e efetivaram as investigações, buscas e apreensões para que a Polícia Federal combatesse, de fato, a corrupção na máquina governamental e na iniciativa privada. A mesma PF de delegados “aecistas” titulares de delegacias importantes no Paraná, e que alimenta, sistematicamente, as

mídias privadas e opositoristas com notícias vazadas de processos que estão em segredo de justiça.

A mesma PF da Operação Lava Jato, de delegados ligados ao juiz Sérgio Moro, que determinou que o ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, fosse conduzido coercitivamente para depor, sendo que o petista já tinha realizado um depoimento na extinta CPI da Petrobras, comissão que foi esvaziada e abandonada matreiramente pelos tucanos antes das eleições de 2014, porque eles perceberam que naquele momento não haveria o que fazer contra o Governo Trabalhista, por falta de provas, como acontece agora, quando, de forma irresponsável, humilham Vaccari Neto sem comprovar nada e se baseiam em acusações infundadas para criminalizar o PT e o Governo Trabalhista, como já o fizera o servidor da Petrobras, Pedro Barusco, ladrão confesso, que acusa, mas não apresenta provas, já que o presidente do PT, Rui Falcão, além de processar o criminoso milionário de colarinho branco, afirmou, categoricamente, que todas as contas de campanha eleitoral do PT estão em dia e apresentadas à Justiça Eleitoral. Vaccari Neto também fez as mesmas assertivas do presidente do partido.

E é dessa forma que a banda toca no Judiciário, na Polícia Federal e no Ministério Público. A PF subsidia com informações o Ministério Público cujos promotores envolvidos no caso Petrobras se incumbem, despidos de quaisquer constrangimentos, de retroalimentar a mesma imprensa corporativa, que, por sua vez, pauta as lideranças do PSDB (o partido entreguista e traidor da Pátria), do DEM (o pior partido nanico escravocrata do mundo) e do PPS (a degeneração do socialismo) no Congresso Nacional.

As notícias são praticamente as mesmas e replicadas de forma exaustiva, como as águas reaproveitadas dos chafarizes. Trata-se do modus operandi de uma imprensa empresarial, que faz política, a liderar os partidos conservadores, sem medir consequências, porque não é regulada e sabe muito bem que pode repercutir o que quiser e ficar tudo como dantes no quartel de Abrantes.

É de se considerar absurdamente incrível que os governos que mais investigaram, prenderam e combateram a corrupção são taxados pela oposição de direita e por sua mídia hegemônica de corruptos, quando a verdade, e a história vai comprovar esta realidade, quem sempre foi leniente, cúmplice e se favoreceu com a compra de mandato presidencial e vendeu o País a estrangeiros, além de se recusar a investigar e punir a corrupção foram as

autoridades dos governos tucanos. Afinal, não é à toa que o procurador-geral da República de FHC, Geraldo Brindeiro, era chamado de engavetador-geral.

Outra fator que chama a atenção é que o juiz do Supremo, Gilmar Mendes, segura há mais de dez meses o projeto de reforma política, que teve seu processo de votação interrompido, porque o condestável juiz pediu vistas do processo. Tempo suficiente para que o presidente eleito da Câmara, Eduardo Cunha, reapresente projeto de reforma política que favorece os partidos conservadores, que não conseguem vencer as eleições presidenciais há 12 anos.

Eles querem o voto distrital, o financiamento privado de campanhas eleitorais e agora são contrários à reeleição. Porém, malandramente foram favoráveis à reeleição de FHC, que, inclusive, foi acusado de comprar os votos de centenas de parlamentares para aprovarem a emenda da reeleição. Inacreditável, mas é isto mesmo. Gilmar Mendes, derrotado por seus pares, “segura” o processo de votação da reforma política no STF, enquanto seu aliado, o atual presidente da Câmara, a despeito de estar careca de saber que o financiamento privado é o maior responsável por todo tipo de corrupção e crimes, ainda tem o desplante, a insensatez e o autoritarismo de contrariar a sociedade brasileira.

O Brasil deseja a reforma política por meio de um plebiscito e não diretamente votada por um Congresso conservador, que está a se preparar para usar a CPI da Petrobras para iniciar um processo de cassação do mandato da presidenta constitucional Dilma Rousseff. Os atos e ações de Gilmar e Cunha tem de ser urgentemente denunciados à Nação. Golpe, não! A verdade é que os golpistas têm de ser punidos e destituídos de seus maus afazeres. Toda vigilância é pouca.

Paulo Roberto Costa, Nestor Cerveró, Renato Duque e Pedro Barusco estão a roubar a empresa mais brasileira e emblemática das empresas há décadas. A maioria é ré e confessou seus crimes, segundo a polícia e o MP, que vazam notícias, muitas delas de conotações políticas e pinçadas de um contexto maior, nitidamente com o propósito de causar dúvidas e confusões à população, no mínimo.

Todos os executivos da Petrobras envolvidos no escândalo de propinas são servidores de carreira, aprovados em concurso nos idos das décadas de 1970 e 1980, sendo que a maioria declarou que começou a roubar na década de 1990, exatamente a década governada pelos neoliberais do PSDB e aliados, liderados pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Sobre essa importante questão a imprensa de negócios privados faz vista grossa e ouvidos moucos. A verdade é que os tucanos não investigaram e não puniram e hoje se aproveitam da promessa de Dilma Rousseff de que “não vai ficar pedra sobre pedra”.

Então é assim: a polícia comandada pelo Governo Trabalhista prende os corruptos e a imprensa dos magnatas bilionários, a oposição de direita e os setores conservadores do STF e do MP chamam o Governo de corrupto e, conseqüentemente, acenam com um impeachment contra a presidenta eleita Dilma Rousseff, além de, evidentemente, terem ainda na alça de mira o presidente Lula, possível candidato às eleições presidenciais de 2018.

A criminalização do PT, do Governo Trabalhista e a judicialização da política é a tônica praticada por instituições republicanas ainda controladas pelos filhos da burguesia, a exemplo do STF, do MP, de setores importantes da máquina do Congresso, a despeito de o PT estar há 12 anos no poder e ter vencido as eleições de 2014.

Então tá. Pedro Barusco e o doleiro Alerto Youssef, este conhecidíssimo repassador de “bola” às campanhas de todos os partidos, inclusive do PSDB, afirmam o que querem e não apresentam quaisquer provas, mas cientes de que suas assertivas dúbias e questionáveis vão, indubitavelmente, favorecer a criação de um carnaval por parte da imprensa operadora de uma verdadeira lobotomia em certos segmentos da sociedade de caráter udenista.

Lula e Dilma têm razão quando aponta para as ruas e os movimentos sociais, além das bases do PT, para enfrentar certa máquina do estado, aliada às mídias privadas e partidos direitistas, que não querem políticos trabalhistas no poder e muito menos desejam a emancipação do povo e a independência do Brasil.

E é exatamente essas estratégias que eu defendo desde sempre. Por seu turno, considero essencial que o Governo Trabalhista dê uma guinada à esquerda, porque a direita não quer dialogar e muito menos negociar pontos de caráter governamental e parlamentar para que o Brasil avance em direção ao seu desenvolvimento.

A verdade é que a direita quer engessar, paralisar o Governo, de forma que ele não consiga administrar as demandas do País e, por sua vez, chegue enfraquecido para a disputa das eleições de 2018. A casa grande aposta no impeachment, e o Governo tem de apostar nas ruas junto ao povo. A Petrobras é a força motriz do crescimento do Brasil como Nação. Cunha, Moro, Gilmar, FHC e Globo querem a queda de Dilma, o fim do PT e jamais preservar a Petrobras. Golpe, não! É isso aí.

## **Sem essa de impeachment**

Eliane Cantanhêde - 11 Fevereiro 2015 | 02h 04

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sem-essa-de-impeachment-imp-,1632628>

Discutir o impeachment não é golpe, mas a viabilidade prática e política do impeachment é praticamente nula. Logo, essa discussão ou é diversão da arquibancada, ou é jogo de cena da oposição, ou ambas.

A discussão ou a mera menção não é golpismo, pelo simples fato de que o impeachment é um instrumento legal, previsto pela própria Constituição. Mas a questão não é meramente legal e não há viabilidade porque não há nem dados objetivos nem condições políticas para levar isso a termo.

A presidente Dilma Rousseff está realmente num péssimo momento, com a credibilidade e a popularidade esfarelado. E o PT, que deve amá-la e respeitá-la na alegria e da tristeza, também não está com essa bola toda, nem internamente, nem no Congresso, muito menos na opinião pública. Pior: muito petista não faz a menor questão de ajudá-la. Ou seja: o PT não pode e muitos petistas nem querem salvar Dilma de Dilma.

Então, há uma soma de rejeição à presidente, má avaliação do partido e uma divisão entre lulistas e dilmistas criando o ambiente adequado para que o eleitorado, de mau humor pela derrota ou se sentindo traído pelas mentiras dos palanques, venha com essa de impeachment.

É uma história que apimenta mesas de bar, reuniões familiares, conversas de comerciantes e empresários e, naturalmente, começa a ocupar espaço na mídia. Estivesse na oposição, o PT não perderia a oportunidade de engrossar o coro, como não perdeu quando Fernando Collor entrou na linha de tiro. E ninguém à época sacou o suicídio de Getúlio Vargas nem o golpe contra Jango. Pelo óbvio: eram situações incomparáveis.



Agora, também, um quarto de século depois da volta das eleições diretas para presidente, há uma situação muito particular. A oposição de hoje não se compara à de Getúlio nem à de Jango e não há nenhuma quartelada em gestação, como diz o PT. Mas, do outro lado, qualquer comparação de Dilma com Collor será favorável a ela.

Collor não tinha partido, mas Dilma tem o PT que, apesar dos pesares, é uma das principais siglas do País e uma das mais enraizadas na sociedade. Collor tinha os movimentos sociais contra ele, mas Dilma e o PT têm CUT, UNE, MST e cia. a favor. Collor perdeu sua base popular, mas uma parte significativa da população apoia o PT e, por tabela, Dilma. E... Collor sofreu com o PT na oposição, mas Dilma e o PT têm a sorte de enfrentar PSDB, DEM, PPS. Uma diferença abissal.

Em resumo, Collor era um neófito que caiu de maduro, absolutamente só. Dilma tem biografia sólida, a história do PT, exército, tropa. Um processo de impeachment simplesmente incendiaria o País. E para nada, porque o Congresso pode até esticar a corda, mas suas lideranças sabem muito bem diferenciar atos consequentes de aventuras.

Isso tudo não significa que a coisa não esteja feia e que o grau de insatisfação captado pelas pesquisas - ou seja, pelas pessoas "comuns" - não reflita a irritação e o desânimo que grassam nos meios políticos, empresariais, acadêmicos. Há um enorme cansaço com "tudo isso que está aí". No forte regime presidencialista brasileiro, o "aí" é quase sinônimo de Planalto.

Dilma se reuniu com meia dúzia de sábios do PT dilmista para gritar: Chamem o Lula! Chamem o João Santana! Para... arranjam um jeito de enganar todo mundo de novo, como na campanha eleitoral.

Pode não ser tão simples, porque os gatos estão escaldados e 54% dos pesquisados pelo Datafolha dizem que Dilma é "falsa". O mais prudente, e útil, seria baixar a crista e reconhecer os erros, para arrumar a economia, a política, a Petrobrás.

Contra fatos, não há argumentos, e marketing é meio mágico, mas não faz milagres nem é capaz, sozinho, de calar o sussurro sobre impeachment. Aliás, o encontro de Dilma com o bruxo João Santana tinha de ser logo numa sexta-feira, 13?

## O Impeachment

**Roberto Tardelli**

Nas redes sociais, a todo momento chega uma convocação, para todos irmos às ruas para exigir o *impeachment* da Presidenta da República. É agora ou nunca, moçada: os baixos índices aprovação nas pesquisas do IBOPE, a economia em crise, a PETROBRAS bombando no Jornal Nacional todos os dias, sangrando em praça pública, políticos acuados, uma Justiça irada, lançando suas pragas a todos que consegue alcançar, a sensação de que tudo está ruindo a seu lado, a falta de água, São Pedro teria confirmado sua presença, o porto em Cuba, proibido fazer xixi na rua no Carnaval, polícia

baixando o sarrafo e mandando bala, ciclovias caríssimas, uma refinaria de petróleo comprada a preço de uma refinaria de ouro, sete a um, Anderson Silva estava mesmo chapado? Xuxa indo pra Record, dólar deixando Miami mais distante, Paola Oliveira é única boa notícia do Ocidente, os EUA descobriram que a Rússia ainda respira e isso parece ser muito grave, o Estado Islâmico consegue ser pior que o PCC (ou empata) e deve ser demolido, pelos USA ou pela ROTA, é de quem chegar primeiro, enfim. Tudo somado, a culpada, claro, é a presidenta.

Decididamente, as coisas vão mal. Gays estão se casando à luz do dia, não mais perante testemunhas, mas convidados e, desafiadores, fazendo festa. Temos programas de transferência de renda e isso impede ou dificulta a contratação de empregadas domésticas, que, não satisfeitas, começaram a ter direitos trabalhistas somente destinados a humanos. O índice de mortalidade infantil desabou, isso é bom, mas pode ter sido à custa da contratação de comunistas disfarçados de médicos, vindos de Cuba, isso é mal. É péssimo. É horrível e pode fazer com que as populações interioranas e ribeirinhas se revoltem contra o Capitalismo e façam uma revolução camponesa.

Uma gente horrível começa a falar em uma reforma tributária sangrenta para a sociedade ordeira: é preciso extinguir os impostos indiretos (IPI, ICMS, essas paradas), tremendamente injustos, porque a faxineira e a patroa pagam o mesmo ICMS pela lata de óleo (teoricamente, porque a patroa jamais compraria o óleo da faxineira; aliás, patroa que é patroa não compra, manda a faxineira comprar). Uma gente exótica começa a falar em aumentar impostos de herança, criar finalmente o imposto sobre as grandes fortunas, aumentar em padrões comunistas espanhóis ou alemães a alíquota do imposto de renda na fonte. Isso beiraria alguma coisa americana, mas de lá queremos apenas Miami e a pena de morte, além de Halle Berry e Rihanna. O caos se aproxima perigosamente.

Pior, mulheres desocupadas, gays, comunistas de novo (sempre eles), andam falando por aí em descriminalizar aborto e drogas. Será o fim. Se essa presidenta deixa essa turma falando livremente, é porque concorda. Terrorista, ela assaltou bancos na vida. Agora, quer dissolver as famílias na luxúria e no vício. Estamos perdidos.

No Direito, antes ocupado por brasileiros responsáveis, começam a surgir, aqui e ali, um pessoal de Direitos Humanos. Por incrível que pareça, falam em dignidade humana para criminosos, ladrões, estupradores e assassinos. Fazem arzinho superior e só querem saber de soltar bandidos. Bandido bom é bandido morto, simples assim. Desenterraram os defuntos da Revolução de 64, contaram a história *deles*, dos que roubaram bancos, dos que ameaçavam o país tropical, abençoado por Deus. E quem estava entre *eles*? *Ela*!!

Um primo meu me disse que um amigo dele que conhece uma pessoa no MEC falou que no ano que vem a cadeira de História do Brasil será *História do MST*. Outro, um vizinho meu que trabalha no mercado de ações, disse que o Brasil e Venezuela, onde o povo sofre com uma ditadura estranhamente meio aliche meio mozzarella, vão abolir suas fronteiras e a lei venezuelana vai valer aqui dentro. E que todo Centro Espírita vai ter se que chamar *Pai Chavez*, que vai ter preferência para se manifestar, antes de qualquer mesa branca, que

passará a ser vermelha!!! Tudo a partir do ano que vem. Vão ensinar cubanês nas escolas públicas.

Só não vê quem se recusa a enxergar o óbvio. Nesses dias, de ateísmo pagão, de entrega do solo brasileiro ao comunismo, de corrupção em níveis bilionários na petrobras, com pessoas defendendo essa coisa louca de legalizar, liberar, estimular o uso da maconha e outras drogas e criar a bolsa-nóia, de permitir o aborto, de bater palminhas para casamentos que afrontam nossa melhor tradição, de proibir palmadas nas crianças, para criar um país de pentelhos desobedientes, quem não não for a favor do impeachment, merece apanhar de vara.

E nem venham com esse discurso de *terceiro turno*. A eleição foi ganha nas profundezas do analfabetismo, já disse nosso Grande Mestre. Fosse nosso povo igual ao dos Estados Unidos, igual ao da Disney (gente, tudo funciona lá!!), queria ver se essa farra continuava. Quem ganhou a eleição, comprou o voto. Um país cresce pelo trabalho, pela meritocracia, pela prevalência dos bons, prevalece porque tem ordem, porque tem lei que pune, ora essa. Que país, respondam, esquerdóides!, sobrevive sem um xilindró amargo para os recalitrantes? E os direitos humanos das vítimas? É só os *direitosdosmano*? Em São Paulo, tem bolsa-travesti. Não deixem as crianças saberem disso, porque vão, as mais fraquinhas, querer ser isso, para ganhar dinheiro sem trabalhar. Uma família com cinco travestis, por exemplo, recebe mais que um trabalhador que cumpre sem reclamar com seus deveres e que nunca pensou ser travesti. Botem a pena de morte e verão como vão ficar espertos, igual na China, a família paga as balas do fuzilamento. Quem mandou educar filho torto? Quem ganhou a eleição, fez o discurso do bonzinho, ou melhor, da boazinha, da tiazona que distribui grana a rodo pra sobrinhada vagabunda. Se falasse, no meu governo vagabundo vai ter que trabalhar, preso vai ter que trabalhar, menor bandido vai ter que trabalhar, quero ver se ia ter os votos que teve. Ia nada. Ficou inventando historinha pra boi dormir. Ganhar assim, não vale.

Ó: conheço um monte, mas um monte de gente que votou no Aécio, apertou Aécio, mas aparecia *Ela*!! E que história é essa de voto do Acre valer a mesma coisa que voto de São Paulo? Os caras lá no Acre elegeram *Ela*. Se foi assim, *Ela* que vá ser governadora do Acre, pombas! O Brasil é tão inacreditável que o Acre decide uma eleição presidencial. Todo mundo fazendo festa, estourando champanhe, cerveja gourmet e vem o Acre pra azedar tudo, vê se pode! É mais ou menos o Real Madri perder uma Champions League com de zagueiro que saiu do XV de Jaú.

Para culminar, a jabuticaba podre do bolo de fubá dessa gatinha, eles estão com Lei de Cotas para todo lado. Descobrimos o Brasil-Negão, o Brasil-Negona! Tudo ia bem, a turma mais clarinha resolvendo as paradas com classe, com estilo, tomando um belo Merlot e chega esse povo pobre, de bunda quadrada de busão, de escola pública, que nem sabe o que é um Nespresso e quer chegar mandando!

O voto bom, do povo certo, da turma bacana, esse não foi pra ela. Esse era o voto que valia.

Nosso Grande Líder já deu o sinal verde. Nosso Grande Jurista diz que pode, sim, ter essa bagaça culposa. Primeiro impeachment culposo do planeta Terra. A tia não cuidou das coisas direito. É nós na fita, mano! Não é assim que *eles* falam?

Por isso, dia 15 de março, vamos lá. Todos nós. Vai ter estacionamento próprio, pra ninguém ser obrigado a dar dinheiro para flanelinha folgado e que recebe bolsa-alguma coisa. Passeata bonita, sem criança remelenta, sem povo unido jamais será vencido, nada disso. Só gente bonita, gente branca, bem vestida. Uma manifestação que vai ser cívica e fashion. Vamos organizar as fileiras por ordem alfabética, assim, fila da frente, a turma de Gucci, depois, o pessoal de Prada, aí, vem a ala dos amigos de Lacoste (essa teve liquidação em dezembro), as meninas de Le Boutin, e, fechando, gloriosos, o pessoal de Vuitton. Morram de inveja, pobraiada!!

Queremos o poder de novo; a gente somos povo!!

The winter is coming, Dilma!!

A organização avisa para cada um levar sua água. Quem trazer mais de cinco litros, ganha emprego na Sabesp. Nada, nada, é um a mais para trocar por umas doletas e gastar com a patroa num outlet da hora em Miami.

Impeachment já!

**Roberto Tardelli** é Procurador de Justiça aposentado (1984/2014), onde atuou em casos como de Suzane Von Richthofen. Atualmente é advogado da banca **Tardelli, Giacon e Conway Advogados**, Conselheiro Editorial do Portal *Justificando.com* e Presidente de Honra do Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

## **Cristovam diz que governo precisa ouvir clamor das ruas.**

| 11/02/2015, 13h47 - ATUALIZADO EM 11/02/2015, 13h58

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) subiu à tribuna nesta quarta-feira (11) para dizer que a palavra impeachment é perigosíssima e mostra uma democracia doente, mas é realidade e está na boca do povo. Em sua avaliação, o governo precisa ouvir o clamor das ruas.

De acordo com o parlamentar, embora “existam golpistas com vontade de impeachment”, essa possibilidade não é resultante de golpe, mas de “sucessivos erros do governo na política econômica”.

- É culpa de um governo que, até três meses atrás, falava com a voz do marqueteiro mentindo e agora fala com a verdade do ministro da Fazenda. As medidas duras não fariam essa palavra dura, impeachment, aparecer. O que leva a ela é o fato de que Dilma contradiz, como presidente, seu discurso de candidata.

Cristovam tratou também do que seria uma suposta perda do controle do funcionamento do Congresso. Citou, como o que considera exemplo dessa situação, o comportamento do presidente da Casa, Renan Calheiros, na sessão seguinte à sua eleição.

- O PT, o PMDB, todos os partidos da base do governo têm de entender que há um profundo descontentamento na sociedade e deve-se abrir o diálogo. A presidente prometeu diálogo no primeiro dia, no momento da sua eleição e o esqueceu depois.

Em aparte, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) observou que um pedido de

impeachment precisa ser processado e julgado pelo Senado, motivado por fato objetivo e responsabilidade objetiva. Para ela, essa discussão remete a golpe, e não a um debate democrático.

- A oposição não se convenceu de que perdeu a eleição. Nós não temos medo de assumir que temos uma crise e dificuldade para enfrentar, mas não é com discurso fácil que nós vamos enfrentar essa dificuldade.

Cristovam disse não integrar movimento por impeachment de Dilma. Afirmou, no entanto, que o governo precisa reconhecer sua impopularidade, sentimento que pode crescer, como advertiu.

- Aí se perde o controle, como vocês perderam o controle da economia por falta de ouvir alertas. A cegueira, aliada ao golpismo, é um perigo muito grande para a nossa democracia - afirmou Cristovam.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/.../cristovam-diz-que-governo-prec...>

**Crise política e econômica destrói blindagem de Dilma que tem a pior avaliação da história do PT**

<http://trackerconsultoria.com/2015/02/10/crise-politica-e-economica-destroi-blindagem-de-dilma-que-tem-a-pior-avaliacao-da-historia-do-pt/>

*Após 100 dias da eleição, eleitores de Dilma mostram arrependimento*



**José Maurício dos Santos**

Brasília – A luz vermelha está acesa no Palácio do Planalto. A enxurrada de más notícias não param de bater à porta do gabinete presidencial. Uma série de fatores foram responsáveis por desnudar a presidente Dilma Rousseff da

blindagem que ainda tinha, que a imunizava dos efeitos colaterais desencadeados por uma crise política, econômica e, logo, social.

A pesquisa Datafolha divulgada na última sexta-feira (6) reflete a vulnerabilidade de Dilma, que viu a sua avaliação despencar 19 pontos percentuais em dois meses.

Com uma aprovação (ótimo/bom) de 23%, Dilma teve o pior desempenho de um presidente desde dezembro de 1999 quando Fernando Henrique Cardoso registrou apenas 21% de ótimo/bom.

Presidente	Pesquisa	Ótimo / bom	Regular	Ruim / péssimo
Collor	Junho/1990	36%	43%	19%
Itamar	Dezembro/1992	34%	45%	11%
FHC I	Março/1995	39%	40%	16%
FHC II	Fevereiro/1999	21%	39%	36%
Lula I	Abril/2003	43%	40%	10%
Lula II	Março/2007	48%	37%	14%
Dilma I	Março/2011	47%	34%	7%
Dilma II	Fevereiro/2015	23%	33%	44%

Fonte: uol

Ao analisar o histórico de desempenho dos cinco presidentes eleitos por voto direto, a partir de 1989, nota-se que há uma tendência de depreciação da imagem do Chefe de Estado brasileiro durante o mandato. Mas, nada comparado ao declínio da avaliação de Dilma Rousseff.



Foi registrado um recuo de 24 pontos percentuais na avaliação ótimo/bom comparando o início dos dois mandatos da petista. Quem chegou mais perto disso foi Fernando Henrique Cardoso (FHC) que registrou uma queda de 18 pontos neste mesmo critério.

Já quanto a avaliação ruim/péssimo, os números negativos de Dilma destoam ainda mais. É a segunda pior avaliação da história recente de um presidente. Enquanto Fernando Henrique teve um aumento de 20 pontos em sua rejeição: 16% em março de 1995 e 36% em Fevereiro de 1999; Dilma registrou um aumento de 37 pontos do número de eleitores que a avaliam como ruim/péssimo: 7% em março de 2011 e 44% em fevereiro de 2015.

Pesam contra Dilma, as controvérsias entre as promessas de campanha e o que se vê na prática. Principalmente quanto ao pacote de maldades adotado pela sua equipe econômica, orquestrada pelo ministro “mãos de tesoura” da Fazenda , Joaquim Levy, a fim de resgatar a desequilibrada política fiscal brasileira que afeta diretamente na credibilidade do país lá fora.

O sentimento da crise econômica chegou ao bolso dos brasileiros. Alimentos, gasolina, energia, escassez de água e o baixo preço das commodities no mercado internacional contribuem diretamente para a inflação no país.

Em apenas dois meses, houve um aumento de 46 pontos do número de brasileiros que acham que a inflação vai aumentar: de 35% em dezembro, para 81% agora em fevereiro. Os que acham que o desemprego também vai aumentar saltou de 26% para 62% no mesmo período.

Reflexo disso foi o pessimismo da economia como um todo. Pulou de 15% para 55% de dezembro passado até fevereiro deste ano o número de brasileiros que acham que a crise vai piorar.

<b>Sentimento</b>	<b>Inflação*</b>		<b>Desemprego*</b>		<b>Economia**</b>	
	<b>Dez/14</b>	<b>Fev/15</b>	<b>Dez/14</b>	<b>Fev/15</b>	<b>Dez/14</b>	<b>Fev/15</b>
<b>*Vai aumentar</b> <b>**Vai piorar</b>	35%	81%	26%	62%	15%	55%
<b>*Vai ficar como está</b> <b>**Vai ficar como está</b>	31%	11%	33%	22%	33%	26%
<b>*Vai diminuir</b> <b>**Vai melhorar</b>	21%	5%	33%	13%	44%	16%

*Fonte: Datafolha.*

Fonte: Datafolha

---

Outro fator que expôs a presidente foi o escândalo de corrupção na Petrobras. Episódio que assola a sua imagem diariamente na mídia.

De acordo com o levantamento do Datafolha, a corrupção é considerada pelos brasileiros como o segundo maior problema do país, apontado por 21% dos entrevistados. Atrás apenas da Saúde, considerada prioridade para 26% dos eleitores. Para se ter ideia, itens como violência/segurança (14%), educação (9%) e desemprego (6%), ficam atrás.

Para 52% dos entrevistados, ela sabia que havia corrupção na Petrobras, mas deixou que ela proliferasse. Já 25% disseram que Dilma sabia, mas não podia fazer nada para evitar. E apenas 14% acreditam que ela não sabia do escândalo do petrolão.

Vale lembrar que esse levantamento não chegou a captar o sentimento do brasileiro quanto à troca de comando da Petrobras. A escolha de um nome caseiro como o do então presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine – ligado ao PT – para o lugar de Graça Foster, frustrou não só o mercado, mas o eleitor como um todo.

Do mercado a expectativa era por um nome técnico, como o do presidente da Vale, Murilo Ferreira. Já para o eleitor, a troca de Graça por Bendine nada mais foi do que seis por meia dúzia.

Nos bastidores, o Planalto já admite ceder às pressões dos sindicatos que pedem a redução da exigência do tempo de serviço de 18 para 12 meses para ter direito ao seguro-desemprego. Hoje é necessário apenas seis meses. O governo pretende economizar cerca de R\$ 9 bilhões apenas com essa medida.

**Após 100 dias da eleição, eleitores de Dilma mostram arrependimento**



É nítido o desgaste de Dilma também com os seus eleitores. Ao analisar as regiões, nota-se a queda acentuada da presidente no berço político do PT: o Nordeste. Enquanto Dilma, num prazo de quatro anos, ampliou o seu desempenho nas urnas em 5 pontos percentuais – entre 2010 (66,8% ) e 2014 (71,8%) -, em apenas dois meses, a petista vê a sua avaliação ótimo/bom cair 24 pontos: de 53% para 29%. É a primeira vez na história que um presidente do PT tem a desaprovação maior do que a aprovação no Nordeste.

Em que pese o PT aparecer, pela primeira vez, com o melhor desempenho no Norte do país, é sobressalente o desgaste da presidente nesta região. Foram 17 pontos a menos em sua aprovação: de 51% para 34%.

A rejeição à imagem da presidente também cresceu significativamente. Destaque para o Sul, com alta de 23 pontos; Centro-Oeste com um salto de 22 pontos; Nordeste com 20 pontos a mais de rejeição; e no Sudeste, onde Dilma teve o segundo pior desempenho nas urnas em 2014, foi exatamente a região que a avaliação ruim/péssimo menos evoluiu. No entanto, o índice também registrou alta de significantes 19 pontos.

Avaliação	Sudeste		Sul		Nordeste		Centro-oeste		Norte		Total	
	Dez/14	Fev/15	Dez/14	Fev/15	Dez/14	Fev/15	Dez/14	Fev/15	Dez/14	Fev/15	Dez/14	Fev/15
Ótimo/Bom	34%	19%	41%	21%	53%	29%	39%	20%	51%	34%	42%	23%
Regular	35%	31%	36%	33%	31%	35%	31%	28%	29%	35%	33%	33%
Ruim/Péssimo	30%	49%	23%	46%	16%	36%	29%	51%	20%	30%	24%	44%

Fonte: Datafolha

Outro fator que mostra o descontentamento do próprio eleitorado da petista é em relação ao seu desempenho em determinadas classes sociais. A maior queda na aprovação (ótimo/bom) foi justamente no público de baixa renda, registrando em fevereiro menos 23 pontos percentuais ante dezembro de 2014: de 50% para 27%. Os que consideram o governo Ruim/Péssimo subiu 17 pontos no mesmo período: de 19% para 36%.

Faixas de Renda	Ótimo / Bom		Regular		Ruim / Péssimo	
	Dez/14	Fev/15	Dez/14	Fev/15	Dez/14	Fev/15
Até 2 SM	50%	27%	30%	36%	19%	36%
Mais de 2 a 5 SM	38%	21%	36%	32%	25%	46%
Mais de 5 a 10 SM	32%	16%	35%	30%	33%	54%
Mais de 10 SM	25%	17%	31%	18%	44%	65%

Fonte: Datafolha

Com uma CPI já instalada na Câmara dos Deputados e uma mista em negociação, Dilma sabe do tamanho do problema que tem pela frente. Ainda mais com um bloco paralelo à base aliada na Câmara – liderado pelo PMDB e representado por 218 deputados -, e com uma oposição ferida no Senado Federal por ter sido preterida no momento das indicações para a Mesa Diretora.

Esse bloco tem como principal liderança o desafeto da presidente Dilma, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) – que se elegera presidente da Casa derrotando o candidato do PT, deputado Arlindo Chinaglia (SP). Cunha já adiantou que quer, além da aprovação do Orçamento Impositivo, uma indicação sua para o Ministério da Integração Nacional, como o ex-presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), que perdeu a eleição para o governo do estado.

O ex-presidente Lula já admite um cenário nebuloso para os próximos dois anos e sabe da importância de se fazer política num momento como este. Mas é exatamente aí que Dilma peca. Não é novidade para ninguém o autoritarismo da mandatária e a falta de diálogo com os seus pares, quem dirá com a oposição.

Dilma não se adaptou com o sistema político brasileiro de presidencialismo de coalização, do qual se exige flexibilidade do Chefe de Governo para atender, ou pelo menos aparentar estar atendendo, as necessidades de sua base aliada.



As indicações para os cargos de segundo escalão estão congeladas, o que aumenta ainda mais a insatisfação dos aliados. O PSB prometeu rever a sua posição como uma legenda independente no Congresso para se debandar para a oposição.

Confira o loteamento partidário

<b>Eletronorte</b>	<b>Chesf</b>
» PMDB ligado ao senador Jader Barbalho	» PT
» PT ligado à senadora Ana Júlia Carepa	<b>Itaipu</b>
» PT ligado à direção nacional	» PT e PDT
<b>Eletronorte</b>	<b>Correios</b>
» PMDB ligado ao senador Jader Barbalho	» PT
» PT ligado à senadora Ana Júlia Carepa	<b>Valec</b>
» PT ligado à direção nacional	» PT e PR
<b>Eletronorte</b>	<b>DNIT</b>
» PMDB ligado ao senador Jader Barbalho	» PR e PT
» PT ligado à senadora Ana Júlia Carepa	<b>Conab</b>
» PT ligado à direção nacional	» PTB
<b>Eletronorte</b>	» PMDB
» PMDB ligado ao senador Jader Barbalho	» PT
» PT ligado à senadora Ana Júlia Carepa	<b>DNOCs</b>
» PT ligado à direção nacional	» PT
<b>Eletronorte</b>	<b>Sudene e Sudeco</b>
» PMDB ligado ao senador Jader Barbalho	» PROS
» PT ligado à senadora Ana Júlia Carepa	<b>Fundos de Pensão</b>
» PT ligado à direção nacional	» PT

Fonte: CB

O PMDB também está desconfortável com a aproximação de Gilberto Kassab (PSD-SP) com o Planalto. Caciques já começam a articular um movimento para impedir seus planos de recriar o Partido Liberal e fundi-lo com o PSD, do qual é fundador. A ideia é fazer frente com o PMDB na Câmara diminuindo assim a dependência do PT sobre os aliados rebeldes. Kassab recebeu o gordo Ministério das Cidades das mãos de Dilma em troca de lealdade.

Esse ainda não é o ápice da crise do governo Dilma, que ainda terá que lidar com três situações adversas: a primeira será os problemas sociais, que sentirão os reflexos da crise econômica, como aumento dos juros e dos impostos, e, no pior dos cenários, da inflação, caso os gastos públicos não sejam minimizados na prática. Esse é o segundo desafio da presidente.

E terceiro, e não menos importante, a crise política desencadeada pelo petróleo, que está assolando as instituições públicas do país e que ainda vai mexer com as estruturas do sistema político brasileiro.

Sem popularidade e governabilidade, as chances de uma mobilização popular igual ou maior do que a de meados de 2013 pode ameaçar até a permanência de Dilma no poder. Pois, o número de brasileiros a favor do impeachment da presidente dobrou de 15% para 30% de dezembro último até fevereiro.

Está marcado para o dia 15 de março um ato público em favor da saída de Dilma Rousseff da Presidência da República que cada dia ganha mais adeptos, dentre eles, os preteridos senadores do PSDB e os insatisfeitos com a crise instalada no país. E como vimos, não são poucos.

Brasília, Brasília - DF, Brasil

a proposta e receberam outra depois...

[Read More](#)

Eduardo Cunha, candidatíssimo ao Planalto em 2018, comanda ...

[Eduardo Cunha, candidatíssimo ao Planalto em 2018, comanda ...](#)

*POSTED 2 DIAS AGO*

No dia 2, publicamos aqui: "Cunha espetacular atropela Plano Levy". Agora, vê-se movimentação incrível dos peemedebistas dispostos a implementar a agenda do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha cujas consequências...

[Read More](#)

Moro, por que banqueiros estão soltos?

[Moro, por que banqueiros estão soltos?](#)

*POSTED 2 DIAS AGO*

O juiz Moro está devendo o óbvio: colocar na cadeia um tubarão de grande porte de um grande banco ou tubarões de grandes bancos, a exemplo do que acontece com...

[Read More](#)



O "FIM" DO BRASIL



## O "FIM" DO BRASIL

*POSTED 6 DIAS AGO*

O nacionalismo econômico que melhorou a distribuição da renda nacional criou pânico nos (REVISTA DO BRASIL) - Já há alguns meses, e mais especialmente na época da campanha eleitoral, grassam...

[Read More](#)



Bancos Públicos para salvar Petrobras

[Bancos Públicos para salvar Petrobras](#)

*POSTED 1 SEMANA AGO*

Exa. Sra. Presidenta Dilma Rousseff,

A Petrobras, a mais importante empresa do Brasil, está na UTI. Precisamos salvá-la. Por isso, dirijo-me respeitosamente a V. Exa., na condição de empresário de espírito...

[Read More](#)

Cunha espetacular atropela Plano Levy

[Cunha espetacular atropela Plano Levy](#)

*POSTED 1 SEMANA AGO*

Vitória do PMDB  
fortalece discurso  
de esquerda do PT  
Santa Luzia  
enxerga mais  
longe que

os neoliberais

[Read More](#)

Hora de auditar/renegociar dívida pública

[Hora de auditar/renegociar dívida pública](#)

*POSTED 2 SEMANAS AGO*

A auditoria da  
dívida vai revelar  
os abusos, as

A dívida pública hoje governa o Brasil e os países emergentes em geral.  
A sociedade está sendo obrigada a fazer os maiores...

[Read More](#)



House of Cards e a política brasileira

[House of Cards e a política brasileira](#)

*POSTED 2 SEMANAS AGO*

Em entrevista ao repórter Raimundo Costa (Valor Econômico, 23/01/2015, EU&FDS, p.6), Eduardo Cunha, o mais proeminente líder do PMDB na Câmara dos Deputados e candidato à disputa pela Presidência da...

[Read More](#)

Práticas da CIA no Jornal da Globo

[Práticas da CIA no Jornal da Globo](#)

*POSTED 2 SEMANAS AGO*

Ignorância ou má fé?

Os jornalistas(?) William Wacck e Carlos Sardenberg adotaram práticas de desvirtuamento dos fatos, para vender noticiário tendencioso, algo nazi-fascista, bem na linha da CIA, pródiga em criar...

[Read More](#)



[PreviousNext](#)



- 
- 
- fev 6
- 
- 
- 
- 
- 

11 fev  
2015

Ajuste fiscal acelera impeachment dilmista e leva PT e PMDB a fritarem Plano Levy do FMI

**Cesar Fonseca** em 11/02/2015

<http://independenciasulamericana.com.br/2015/02/ajuste-fiscal-acelera-impeachment-dilmista-e-leva-pt-e-pmdb-a-fritarem-plano-levy-do-fmi/>



DILMA ENGOLIU PLANO LEVY, O CONGRESSO O VOMITOU. PLANO LEVY É PLANO FMI. DANÇOU. BURGUESIA FINANCEIRA ESTÁ PERDENDO PARADA NO PARLAMENTO. BASE ALIADA É ANTI-NEOLIBERAL. O ex-prefeito de Salinas, José Antônio Prates, destaca que o PMDB não aceitará, em 2015, que ocorra o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Porém, a

partir do próximo ano, essa possibilidade teria o apoio do partido. Por que? Claro, diz: se o impeachment ocorre, agora, o PMDB governaria, com Michel Temer, o vice, apenas por dois anos. Seria obrigado a convocar eleições para os dois anos restantes, de 2016 a 2018. Nesse sentido, a oposição torce pelo impeachment, agora, não depois. Com o PMDB, diante do impedimento de Dilma, a vitória da oposição em eleição no meio do mandato seria barbada. O mesmo não aconteceria se o PMDB assumisse a partir de 2016, caso acelere processo de insurreição popular contra o mandato presidencial, impulsionado pelo poder midiático a serviço dos interesses internacionais, contrários à orientação política nacionalista dilmista. Se a oposição luta pelo impeachment, para esse momento, o mesmo não ocorreria, no segundo período do mandato, a partir de 2016, porque estaria favorecendo o PMDB. E Dilma, o que faria? Como destaca o economista Gustavo Santos, do site Desenvolvimentista, a presidenta Dilma Rousseff pode não acreditar mas ela se encontra no seu momento mais forte para retomar o desenvolvimento, invertendo a austeridade fiscal tocada por Joaquim Levy. Priorizar, agora, o desenvolvimento implicaria em adoção de providências semelhantes às que estão sendo tomadas por governos dos países capitalistas ricos. Contra a austeridade fiscal, expansão monetária e redução das taxas de juros. O governo, na avaliação do empresário Sebastião Gomes, tem como garantia para jogar no ataque suas reservas cambiais. Seria fundamental que ele usasse, já, 100 bilhões de dólares de um total de 380 bilhões de dólares disponíveis. Sobrariam cerca de 200 bilhões para enfrentar eventuais perigos, que estariam afastados se a economia estiver indo bem. Emissão de dinheiro para tocar o desenvolvimento cria outra psicologia na cena nacional. Jogaria fora o ajuste fiscal, que está trabalhando a favor do impeachment. Se não fizer isso, a população, massacrada pelo aumento de preços da energia, gasolina e água, que puxa a inflação para cima e os salários para baixo, sairá às ruas para engrossar o coro pela saída dela do poder.

***Os eleitores e eleitoras da presidenta Dilma Rousseff, esse é o fato relevante que leva fogueira para a tese oposicionista do impeachment, estão decepcionados.***

***Votaram numa proposta e receberam outra depois da eleição: o arrocho levyano.***

***A eliminação dos subsídios para as empresas de energia, bem como o reajustes de combustíveis para a Petrobras fazer caixa, acontecendo o mesmo com as companhias de abastecimento hídrico transformaram-se em redução da renda disponível dos trabalhadores para o consumo.***

***Essa lógica derruba arrecadação e freia investimentos.***

***Já, já emerge discurso neoliberal para liquidar patrimônio para pagar dívidas.***

***Lembra, minha gente, do Collor, do FHC etc?***

***Veio em seguida aumento de juros para prestação da casa própria e para o crédito direto ao consumidor.***

***O juro do cartão de crédito está na casa dos 200%!!!***

***Quem aguenta?***

***Na esteira desse processo vem aí aumento de tributos, a não correção da tabela do imposto de renda prometido e, para piorar, breque em direitos trabalhistas etc?***

**O sonho da classe média emergente que estava fazendo contas para materializá-lo foi para o sal. .**

**O peso do ajuste fiscal está caindo, apenas, no lombo dos assalariados.  
Plano Levy é puro FMI.**

**Os mais ricos não fazem outra coisa que repassar os custos mais elevados para os preços.**

**Continuam privilegiados, do ponto de vista fiscal, porque o governo não acena para aumento de impostos em cima do capital sobreacumulado.  
Os rentistas estão numa boa: passaram a faturar no juro alto e esfregam as mãos com as defesas do mercado financeiro em favor de mais juros para enfrentar a inflação.**

**Recessão e desemprego em marcha com juro alto vai colocando o poder de compra dos trabalhadores na visão do inferno.**

**Governos estaduais e distrital, como o de Rodrigo Rollemberg, começam a dar calote nos servidores, atrasando pagamento, porque antevêm desastres.**

**O ajuste fiscal, que os neoliberais dizem ser necessário, para fazer poupança forçada capaz de permitir retomada dos investimentos, no ambiente de retração econômica global, é miragem esquizofrênica.  
A oposição, se apertar o cerco, terá, brevemente, apoio da população contra sua pregação pelo impeachment.**

**Será necessário mesmo esse ajuste do tamanho em que está sendo implementado, enquanto no resto do mundo o discurso é completamente o oposto?**

**Não seria conveniente que Dilma fizesse o que os europeus, os japoneses e os americanos estão fazendo?**

**Na Ásia, como escreveu Yoshiaki Nakano, no Valor Econômico, todos os países estão acompanhando o Japão, ou seja, diminuindo o custo do dinheiro e ampliando oferta monetária, em nome do desenvolvimento.  
Inflação é fenômeno monetário?**

**Por que, então, os ricos aumentam a oferta de dinheiro e a inflação não sobe?**

**Por que Dilma não faz o mesmo, dispondo, como garantia, da reserva cambial de perto de 380 bilhões de dólares?**

**Aliviaria a vida dos governos estaduais, ampliaria investimentos em infraestrutura, aumentaria a oferta de emprego, elevaria, conseqüentemente, a arrecadação e abriria espaço para novos investimentos com o aumento de caixa governamental.**

**Os burros são os ricos, nós, os pobres, os inteligentes?**

**Se dos 380 bilhões de dólares de reservas, 100 bilhões fossem monetizados para serem canalizados ao desenvolvimento, ainda, sobrariam, como garantia, 280 bilhões de dólares, contra eventuais corridas contra a moeda nacional.**

**Como haveria corrida contra a moeda, se a economia estivesse girando?  
Haverá, sim, corrida, se a economia seguir o rumo da paralisia levyana.  
A Alemanha, com todo o seu poder, dispõe de reserva cambial inferior a 250 bilhões de dólares.**



**Ângela Merkel se rendeu à expansão monetária tocada por Mario Draghi porque a Ásia toda está seguindo o caminho do Japão.**

**Aceitaria ver a Europa inundada de importações asiáticas?**

**Como, por aqui, o ministro Armando Monteiro Neto, conseguirá alavancar exportações, se o juro de 12,25%, que o mercado quer que chegue aos 12,50%, na próxima reunião do Copom, atrai poupança externa, puramente, especulativa, promovendo desindustrialização por meio de valorização cambial?**

**O ambiente de retração econômica interna, que se acelera diante da guerra cambial impulsionada pelos países ricos, não ajuda a estratégia econômica dilmista, tornando-a prisioneira da austeridade levyana.**

**Nada mais favorável para aumentar a impopularidade presidencial e a consequente campanha pelo impeachment.**

ÉPOCA



Felipe Patury



"O impeachment não está na pauta do PSDB", diz Cunha Lima

FELIPE PATURY

13/02/2015 12h50 - Atualizado em 13/02/2015 12h58

 Kindle

[inShare](#)



O líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB) (Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado)

<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/felipe-patury/>



O líder do PSDB no Senado, **Cássio Cunha Lima** (PB), desvincula o partido de qualquer discussão sobre o impeachment e as manifestações e passeatas convocadas por meio das redes sociais contra a presidente Dilma Rousseff. "O impeachment não está na pauta do PSDB", diz Cunha Lima. Segundo ele, não há "elementos objetivos para impedir o mandato dela e certamente a queda de popularidade detectada pelos institutos de pesquisa não é motivo para isso". Cunha Lima diz que, apesar de o assunto estar fora das discussões do PSDB, não se pode evitar que ele seja discutido pela sociedade. "A palavra não é proibida, até porque estamos numa democracia e há um grande número de pessoas falando disso", afirma.

11/02/2015 - Copyleft

### **PSOL defende saída para a crise pela esquerda**

O partido critica ajuste fiscal de Dilma, mas não apoia os golpistas que pedem o impeachment da presidenta recém-eleita.

<http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FPSOL-defende-saida-para-a-crise-pela-esquerda%2F4%2F32851>

---

A A+

**Najla Passos**



O PSOL apresentou nesta terça (10), na Câmara, um conjunto de alternativas para que o Brasil saia da crise em que se encontra. Alternativas que, ao contrário do modelo adotado pelo novo governo da presidenta Dilma Rousseff, protegem os interesses dos mais pobres e penalizam os mais ricos, como banqueiros e grandes empresários.

“O PSOL defende que é possível enfrentar a crise ampliando direitos – especialmente das minorias oprimidas – aumentando investimentos, enfrentando e rompendo com os interesses dos mercados e realizando profundas reformas populares”, diz o manifesto intitulado ‘Diante da grave crise, a saída é pela esquerda’.

No documento, o partido avalia que “o governo Dilma e o PT se renderam totalmente aos interesses do mercado e suas imposições de austeridade”. “Nós vivemos uma espécie de estelionato eleitoral. Os milhões de votos dados à presidenta Dilma no segundo turno não foram para ela fazer ajuste fiscal e tarifaço”, afirma a ex-candidata do PSOL à presidência, Luciana Genro.

O presidente do PSOL, Luiz Araújo, esclareceu que, apesar de ter se posicionado no segundo turno da eleição somente contra o voto no candidato do PSDB, Aécio Neves, o partido mantém a clara postura de oposição ao governo Dilma. “No 2º turno, a posição do partido foi a de nenhum voto em Aécio, mas alertamos o tempo todo que as diferenças entre os dois candidatos eram tênues”, justificou.

De acordo com ele, dentre as alternativas proposta pelo PSOL consta a revogação das medidas recém-anunciadas que retiram direitos, como as que restringiram as regras de acesso ao seguro-desemprego e à pensão do INSS, e da Lei Geral de Desestatização, herdada dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, que ainda permite a privatização do patrimônio público.

O partido também sugere o fim imediato do “tarifaço”. “O governo Dilma decidiu aumentar as tarifas para fazer caixa, mas isso tem consequências na vida dos mais pobres. No geral, são medidas que foram experimentadas em outros lugares do mundo e levaram a desastres como na Grécia”, justificou Araújo.

No manifesto, o partido também defende a tomada de medidas mais radicais do escopo da esquerda, como a auditoria da dívida pública e o consequente encerramento da política de superávit primário, aquela poupança que o governo faz não para ajudar os mais pobres a enfrentar a crise econômica, mas para pagar os juros da dívida aos banqueiros.

## **Reforma política com participação popular**

O manifesto inclui também a defesa de uma reforma política com participação popular, que impeça o poder econômico de continuar comandando os poderes. Para o líder do partido na Câmara, deputado Chico Alencar (RJ), o país vive uma profunda crise, em que a pequena política predomina em detrimento do bom debate. “A vitória de um político como Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para a presidência da Câmara é resultado disso”, exemplifica.

Segundo ele, o atual presidente representa um seguimento cada mais dominante no parlamento, que se organiza não por afinidades ideológicas ou mesmo questões partidárias, mas sim pela defesa de interesses setoriais e de grupos específicos. “Isso resulta na negação da política. Na pesquisa Datafolha divulgada no final de semana, 71% dos entrevistados disse que não tem preferência partidária nenhuma”, destacou.

Conforme o deputado, esse grupo liderado por Cunha - que tecnicamente pertence à base do governo, mas, neste tema específico, faz oposição até ao PT - tende a defender propostas para a reforma política que não incluem as reivindicações levadas às ruas pelos movimentos populares, como o fim do financiamento privado das campanhas eleitorais por empresas.

## **Punição para corruptos e corruptores**

Em relação à Petrobrás, o partido propõe a radicalização das investigações sobre as denúncias de corrupção, com punição a todos os culpados. Mas ressalta que as implicações não podem se voltar apenas contra os agentes políticos envolvidos, mas precisa atingir também as empreiteiras, que devem ser consideradas inidôneas e proibidas de fazerem negócios com o setor público.

Segundo ele, o partido também defende a retomada do controle estatal da companhia e a anulação do Leilão de Libra. “Passar o controle total da Petrobrás ao setor privado, como já defendem alguns, não resolve o problema. Aliás, nós acreditamos que a situação só chegou a este nível por conta da privatização parcial da empresa. Por isso, defendemos a reversão do quadro”, esclareceu.

## **Oposição sim, mas sem golpismos**

Apesar de anunciarem oposição sistemática à política econômica do governo

Dilma, os parlamentares do PSOL fizeram questão de deixar bem claro que esta posição não deve ser confundida com a dos setores golpistas que pedem o impeachment da presidenta. “Não somos golpistas. Somos oposição ao governo”, ressaltou o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ).

Segundo ele, o PSOL não vai colocar todos os petistas no mesmo saco e afirmar que todos eles são corruptos como fazem os conservadores, até porque há posições divergentes dentro do partido e muitos parlamentares do PT lutam do mesmo lado que os do PSOL em várias matérias, sobretudo naquelas relativas à defesa dos direitos humanos e sociais.

“Falar de impeachment, agora, é o mesmo que era defender, em 1964, o afastamento do então presidente João Goulart”, justificou o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AC). Para ele, antes de falar em impeachment, é preciso aguardar a denúncia que a Procuradoria Geral da República (PGR) irá fazer contra os cerca de 40 políticos com direito a foro privilegiado suspeitos de envolvimento no esquema. “Ainda não sabemos ao certo quem está ou não envolvido”, justificou.

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) fez questão de afirmar que a oposição exercida pelo seu partido é a postura econômica adotada pelo governo Dilma para enfrentar a crise. “É evidente que há diferenças entre PT e PSDB em questões de direitos humanos e sociais”, reconheceu.

Chico Alencar acrescentou, ainda, que a oposição ao PT não é uma estratégia do seu partido para se afirmar entre os setores de esquerda e que ela, inclusive, pode ser revertida quando o governo apresentar projetos que espelham os desejos e necessidades da sociedade.

“O PSOL não quer se um partido que cresce e se afirma em oposição ao PT. Essa etapa infantil a gente já superou. O que a gente quer é afirmar uma identidade não isolada. Não temos vocação para o gueto e sabemos que a solidão apavora. O que a gente quer é que outras forças sociais e políticas construam uma plataforma de reformas populares que contraponham o que está aí”, concluiu.

## **Impeachment de Dilma Rousseff?**

Por **Cristiano Gonçalves** em 5 de fevereiro de 2015

<http://www.publikador.com/politica/cristianogoncalves/2015/02/impeachment-de-dilma-rousseff/>



Os grandes e verdadeiros mandatários do País, o PMDB, tem em suas mãos a partir de agora, o direito de decidir o futuro do PT na política Brasileira.

Tendo como vice-presidente da República o pmdebista Michel Temer, o agora cabeludo Renan Calheiros como Presidente do Senado e o “inocente” Eduardo Cunha presidente da Câmara dos Deputados, resta ao **lambuzado de petropropinas**, vulgo PT, render-se a vontade voraz do PMDB pelo poder ou, ver seus dias de desvios da Petrobras contados.

Há quem diga que a vaidade incontrolável de Lula em querer firmar-se como “o cara”, empurrando de novo goela abaixo dos brasileiros uma presidente que tornou-se uma negociadora de olhos vendados para a corrupção em diversos setores de seu governo, deu início a queda de sua derradeira biografia “nunca antes visto na história deste país”.

Quanto será que vai custar ao PT, manter Dilma até o final de seu mandato, tendo a decisão nas mãos do PMDB? Será que a ascensão do PMDB já tinha sido prevista pelos Petistas e por isso estavam se preparando para pagar a dívida gerando caixa oriundo das riquezas do petróleo?

As denúncias que resultaram no primeiro impeachment de um presidente brasileiro, eram demasiadamente insignificantes diante das histórias que escutamos pela imprensa sobre os passos do PT no poder, aliás, já bastaria o mensalão, que em proporção, faz parecer fichinha os desmandos de Fernando Collor de Melo

Mas em matéria de poder neste país, basta ter o PMDB do seu lado, que sua segurança mandatária está assegurada.

Portanto, vem a pergunta: será que o PMDB vai aceitar ou não um pedido de impeachment?

Na verdade, como um bom observador dos acontecimentos desde as diretas já, posso afirmar com muita propriedade que as chances de Dilma não cumprir seu segundo mandato são reais, pois já cogitavam isto quando quando Lula era Presidente, mesmo numa condição um pouco mais confortável, quando o problema era apenas um “mensalãozinho”. A sorte de Dilma está lançada ou podemos dizer a “negociação está lançada”?

Será que Tancredo Neves e Ulysses Guimarães cogitaram a possibilidade do que seria o seu maquiavélico PMDB dos dias atuais?

Uma coisa é certa, no cenário atual, o fim do PT será o impeachment ou a pobreza, sem falar que o maior político nunca visto na história deste país, também será o político que será esquecido de uma forma única, também nunca visto na história deste país. Pelo menos dizem aos quatro cantos que esquecido ou não, estará comendo a melhor carne Friboi.

O que resta aos brasileiros, o principal interessado no desfecho desta história? Agarrar-se a esperança de mudar a realidade de suas cidades, elegendo Vereadores e Prefeitos na próxima eleição, que carreguem em sua biografia o compromisso com a ética e a dignidade, pois tenho dito: “*quando melhorarmos nossas cidades, melhoraremos o Brasil*”.

Veja esta ou outras publicações no blog:

<https://www.facebook.com/blogdocristianogoncalves>

Depois do carnaval

**Nas Entrelinhas:**

**Luiz Carlos Azedo**

**Correio Braziliense - 18/02/2014**

<http://blogdoazedo.blogspot.com.br/2015/02/depois-do-carnaval.html?spref=fb>

*Não há, até agora, na roubalheira da Petrobras, fato que legitime a proposta de impeachment. Sendo assim, essa discussão tende a se esvaziar no Congresso, até porque o PT está ganhando mais com isso do que a própria oposição*



Eis o tema mais polêmico da política nacional: o impeachment. A palavra maldita ganhou força nas redes sociais com a ajuda do PT, que resolveu se defender das denúncias de recebimento de propina no escândalo da Petrobras acusando a oposição de golpismo. Impeachment é um dispositivo constitucional do Estado democrático.

No nosso caso — já passamos por duas longas ditaduras e, nelas, por golpes dentro dos golpes (Estado Novo e AI-5) —, é um recurso cercado de muitas condicionantes e sua viabilidade depende de um amplo consenso político e social.

O tema veio à baila por causa da Operação Lava-Jato, graças a um juiz federal cioso de suas responsabilidades e às investigações da Polícia Federal, que desnudou uma sangria inimaginável nos cofres da Petrobras, a maior empresa estatal do país.

O esquema serviu para enriquecer diretores da empresa, executivos de empreiteiras e irrigar as campanhas eleitorais de partidos da base, principalmente o PT, e deixou as digitais de patrimonialismo dos envolvidos.

As investigações estão demonstrando, porém, que parcela considerável dos recursos desviados da empresa por meio de superfaturamento de obras e serviços, além de licitações fraudulentas, foi destinada legalmente aos partidos da base, e até para alguns políticos da oposição.

Graças à cartelização e ao pacto perverso com o governo na facilitação de licitações, grandes empreiteiras — independentemente dos eventuais “desvios de receita” e da “intermediação onerosa” dos operadores — “azeitaram”, com generosas doações, a colaboração a um número ainda desconhecido de congressistas. Fala-se, como no mensalão, em 40 suspeitos; a maioria, os de sempre.

O PT se defende das denúncias. Cerrou fileiras com seu tesoureiro, João



Vaccari Neto, apontado nas delações premiadas como operador e o principal destinatário dos recursos direcionados para a legenda. “É tudo legal”, “querem criminalizar as doações eleitorais”, argumenta a cúpula petista.

Há indícios de que rolou grana por fora também. O chamado "caixa dois" eleitoral ainda é tratado como um crime menor pelos políticos, mas não pelo Ministério Público.

### **Joia roubada**

A questão é saber se o dinheiro obtido de forma criminosa passa a ser honesto ao entrar na contabilidade oficial do partido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que aprova as contas partidárias. Ainda mais se o rastreamento dos recursos desviados dos contratos da Petrobras foi mesmo parar nas contas de campanha dos políticos envolvidos.

É mais ou menos como a receptação de joias roubadas: sabendo ou não a origem, o comprador tem que devolver a joia para o legítimo dono. Mas, se souber, faz parte da quadrilha — e, se ainda fornecer os meios para o roubo (a arma, o carro, o dinheiro para custear a operação), pode ser o chefe.

O tema do impeachment, porém, não surgiu por causa do envolvimento da presidente Dilma Rousseff com o escândalo da Operação Lava-Jato. Nem devido à demora e à fragilidade da solução dada à crise de gestão na Petrobras.

Ganhou força nas redes sociais por outras razões: o derretimento do seu prestígio popular e a queda da avaliação de seu governo, a inflação e as medidas impopulares do ajuste fiscal, e devido ao seu isolamento político no Congresso, em consequência do racha entre o PT e o PMDB.

Ou seja, a nova correlação de forças apontaria na direção de um governo sem sustentação política e social para enfrentar uma campanha de impeachment, e isso deu novo ânimo aos setores da oposição que flertam com o quanto pior, melhor.

Não há, até agora, na roubalheira da Petrobras, fato que legitime a proposta de impeachment. Sendo assim, essa discussão tende a se esvaziar no Congresso, até porque o PT está ganhando mais com isso do que a própria oposição.

A não ser que surja algo novo, relevante, que comprove o envolvimento de Dilma no escândalo. Aí, o circo poderá pegar fogo. Mesmo assim, para isso,

será necessário que o racha entre PT e PMDB se torne irreversível, o que não é o caso ainda.

19/fev/2015, 9h01min

## **Impeachment? Por quê e para quê?**

**Por Sergio Araujo**

<http://www.sul21.com.br/jornal/impeachment-por-que-e-para-que/>

Quinze de março de 1990. Os brasileiros, na sua maioria adeptos ou simpatizantes dos partidos de direita, saem às ruas para comemorar a posse de Fernando Collor de Mello como primeiro presidente eleito pelo voto popular após a redemocratização. A bandeira que o conduziu ao Palácio do Planalto? O combate à corrupção. Vinte e nove de dezembro de 1992. Dois anos, nove meses e quatorze dias após assumir a presidência da República, o “Caçador de Marajás” renuncia ao cargo para fugir do impeachment que lhe fora instalado pelo Congresso Nacional com o apoio da maioria da quase totalidade da sociedade brasileira. O motivo da saída? Corrupção política.

Quinze de março de 2015, vinte e dois anos após a renúncia de Collor, a direita brasileira voltará a se reunir para pedir a abertura de um processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. O motivo? O fim da corrupção no governo petista. A acusação? Envolvimento nas denúncias de fraude na Petrobrás. Mas que democracia é essa que justifica a queda de um presidente da República por uma suspeita de participação ainda não comprovada? Aliás, que governo passou impunemente seu período sem ter sido alvo de suspeita de corrupção? Até mesmo no período governado pelos militares houveram denúncias e suspeitas de corrupção. Nos de FHC e Lula, então, nem se fala.

Mas o que significa então esse radicalismo? Que a corrupção é um vírus impregnado na política tupiniquim, que contagia quem quer que esteja no poder? E que o remédio para extirpar a doença instalada é o impeachment? Fosse verdade, como explicar a continuidade das denúncias de corrupção nos governos que sucederam Collor de Mello? Ou será que vamos nos transformar no país do impeachment? Foi para isso que lutamos tanto pelo direito ao voto? Dúvidas são contornadas com fatos. Suspeitas, com comprovação. Condenação, com provas. E não simplesmente pela troca pura e simples de presidentes.

No caso específico da ojeriza ao PT, a razão maior está na comparação do passado com o presente do partido. Quando na oposição, o PT se apresentava à sociedade como um partido imune à corrupção e outras mazelas praticadas pelos partidos que dominavam a política brasileira. Uma vez alçado ao poder, passou a praticar os mesmos equívocos antes condenados. Resultado? Tornou-se, aos olhos do cidadão, mais do mesmo. E foi isso que acabou encorajando a direita a sair da contemplação e passar para a ação. Mas isso é um problema do PT e não do povo brasileiro.

Mas se é verdade que na história político-partidária do Brasil não existem cordeiros, só lobos, o que justifica que Dilma, em apenas dois meses e meio do


seu segundo mandato, tenha se transformado em terrível vilã, a ponto de ser apontada como a próxima vítima de um impeachment? É isso que a sociedade se pergunta. E é isso que divide as opiniões. Até que as verdadeiras razões sejam transparentemente apontadas, o protesto de 15 de março se apresenta mais como uma atitude revanchista, de quem não aceitou a derrota nas urnas, do que uma ação moralizadora.

Se existem dúvidas sobre a participação da presidente nas fraudes praticadas contra a Petrobrás, cabe a Polícia e a Justiça Federal esclarece-las. Talvez com a ajuda do Congresso Nacional, através de uma CPI, já criada. São nesses fóruns qualificados e não nas ruas que a verdade irá prevalecer. Mas não há como negar que uma mobilização popular, quanto feita por uma boa causa, é sempre bem-vinda. Que o digam os protestos pelas Diretas Já e de Junho de 2013.

Por isso, se os manifestantes de 15 de março desejam realmente contribuir para a melhoria do país, quem sabe começam defendendo causas objetivas, como a melhoria dos serviços públicos, o combate à inflação, o fim da corrupção no serviço público e a reforma política. Caso não sejam atendidos, tem todo o direito de substituir os seus representantes. Nas urnas. É assim que se constrói um Brasil desenvolvido e democrático, e não um país alicerçado no casuísmo e/ou no oportunismo.

*Sergio Araujo é Jornalista e Publicitário*

#### 4 comentários para “Impeachment? Por quê e para quê?”

1.  *Leandro* disse:


**19 de fevereiro de 2015 às 9:29**

Melhor forma de ajudar a sociedade, objetivamente, no controle da inflação, no fim da corrupção institucionalizada e melhora dos serviços públicos é tirando a caneta das decisões da gerente da quadrilha e colocando o seu chefe na cadeia. Sobre a desnecessária discussão carregada no texto entre direita e esquerda, penso que se é crime fazer apologia ao nazismo, sinceramente, não entendo por que o mesmo é permitido em relação ao comunismo (como se vê no governo do PT), regime político mais cruel e violento da história moderna da humanidade?

2.  *maria luiza* disse:

**19 de fevereiro de 2015 às 9:33**

A presidente responderá por atos praticados por pessoas por ela indicada ou nomeadas por alguém que ela indicou ! O uso de dinheiro escuso em campanhas eleitorais é ato renitente, e sim, é fato de impedimento do mandatário executivo ! E, não, o problema não é do PT, o problema é do povo brasileiro, que vê a cada eleição, suas instituições serem vilipendiadas, seja por atos ou omissões !

3.  *Tania Jamardo Faillace* disse:

**19 de fevereiro de 2015 às 10:53**

Os brasileiros costumam imaginar que vivem numa bolha de vácuo. O cidadão comum não toma conhecimento do que se passa a alguns quilômetros de distância, nem procura saber o que vai pelo mundo, e aceita qualquer versão que a mídia lhe oferece, sem procurar diversificar suas fontes de informações para checá-las umas com as outras. O que acontece em relação ao governo brasileiro hoje, é exatamente o que vem acontecendo com os governos da Venezuela e da Argentina. A campanha de difamações, calúnias, versões e fantasias, cujo objetivo é propiciar um golpe institucional, como sempre patrocinado pelo poder hegemônico mundial, e principalmente, os interesses petroleiros nos três casos em pauta. E, naturalmente, a instituição de nova ditaduras, como esses países têm farta experiência.

No Brasil, George Soros, o especulador norte-americano e amigos, querem a Petrobrás para eles. Na Venezuela, a mesma trupe quer a PDVSA para eles. Na Argentina, também comparece Israel, que quer o território da Patagônia para eles, avançando também na Patagônia chilena, áreas mineralmente muito ricas, e onde a direita israelense pretende fundar seu segundo lar. Por que a mídia convencional não informa isso? Elementar, porque recebe bônus financeiros desses poderosos. Nada estranho, pois. É o velho imperialismo recauchutado.

Tania Jamardo Faillace  
jornalista e escritora de Porto Alegre, RS

4.  *Pedro Valls* disse:

#### **19 de fevereiro de 2015 às 11:01**

As manifestações cada dia mais estão fortes, o último caso foi a do Bloco de Lutas pela diminuição da passagem. Porém não podemos considerar a saída do reacionarismo e da direita como um levante, e sim como um certo recalque em alto grau. Realmente a presidente não está começando bem o seu 2º mandato devido a virada brusca favorecendo os partidos cancerígenos (como é o caso do PSDB e o PP) e quebrando o discurso de contínuas mudanças. Além disso, este caso da Petrobrás é muito sério e as investigações devem continuar.

O problema maior, penso, é o tempo elevado de anos do PT no governo federal e, nos últimos anos, os escândalos e o favorecimento das elites. Sobre “fazer um Brasil democrático a partir do voto” acho bem difícil contornar a situação da política brasileira para um viés popular com as urnas. Acredito que os protestos, greves e as manifestações darão muito mais resultado do que simplesmente votar. As classes menos favorecidas, os funcionários públicos e os estudantes devem SIM pôr uma pressão e exigir seus direitos.

## Exclusivo: advogado protocola pedidos de impeachment de Dilma

Por [Claudio Tognolli](#) | – qua, 25 de fev de 2015

- <https://br.noticias.yahoo.com/blogs/claudio-tognolli/exclusivo-advogado-protocola-pedidos-de-153543705.html>



Dilma Rousseff durante entrevista no Palácio da Alvorada

Nesta quarta-feira, 25 de fevereiro, foram protocolados na Câmara dos Deputados dois novos pedidos de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff.

O autor é o advogado Luís Carlos Crema. A este blog ele explicou, com exclusividade:

”[O primeiro pedido de impeachment](#), fundamentado nas provas obtidas na Operação Lava Jato, registra o cometimento de dois crimes de responsabilidade. Um, por violação à Constituição Federal e à legislação eleitoral, vez que, conforme indicam as provas colhidas nas delações premiadas, parte do dinheiro roubado da Petrobras foi utilizado para financiar a

campanha de Dilma Rousseff à Presidência da República em 2014”, afirmou o advogado, que continua:

"O outro crime denunciado, decorre do fato de que parcela do dinheiro roubado, desviado ao PMDB e PP, foi utilizado para comprar o apoio de partidos políticos à administração da presidente Dilma, evidenciando, assim, o crime de responsabilidade por atentar contra o livre exercício do Poder Legislativo.

O segundo pedido de impeachment denuncia a improbidade administrativa da presidente Dilma, por negligenciar e permanecer inerte frente aos crimes cometidos na Petrobras que geraram prejuízo estimado de R\$ 88,6 bilhões, conforme revelado pela presidente do Conselho de Administração, Graça Foster. A denúncia também identifica crime de responsabilidade de Dilma, pela negligência na conservação do patrimônio da Petrobras e por atentar contra a segurança interna do país, ao permitir a infração de lei federal”.

A 21 de outubro do ano passado Crema já havia protocolado junto à Câmara o pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. E também duas outras ações junto ao Tribunal Superior Eleitoral, uma, requerendo o fechamento do Partido dos Trabalhadores (PT) e, outra, o afastamento da candidata do PT à presidência da República, Dilma Rousseff, das Eleições de 2014.

A 23 de outubro, também de 2014, Crema havia ajuizado outro: sobre as provas que estão sendo obtidas pela Justiça Federal sobre o esquema para desviar recursos da Petrobras com o objetivo de financiar partidos políticos – PT, PMDB e PP – bem assim para custear a campanha à Presidência da República de 2010 da presidenta Dilma Rousseff.

Segundo Crema, as denúncias fundavam-se no fato da presidenta da República subordinar e submeter a sua administração, diga-se, a da República Federativa do Brasil, a interesses de entidade e governos estrangeiros, notadamente, ” à entidade denominada Foro de São Paulo e aos governos de países ditos ‘revolucionários’ da América Latina”.

Mas, diz ele, agora os fatos avançaram muito mais para que se ajuízem novas ações contra Dilma



Confira os pedidos de impeachment na íntegra:

[Dilma, Doações de campanha e interferência no Congresso em 2015](#)

[Dilma, Improbidade administrativa e dilapidação do patrimônio público - 2015](#)

### **Carlos Pereira: os custos da falta de impeachment**

POR [CEPESP](#) ON [1 DE MARÇO DE 2015](#) • ( [0](#) )

[HTTPS://CEPESP.WORDPRESS.COM/2015/03/01/CARLOS-PEREIRA-OS-CUSTOS-DA-FALTA-DE-IMPEACHMENT/](https://cepesp.wordpress.com/2015/03/01/carlos-pereira-os-custos-da-falta-de-impeachment/)

Em texto exclusivo para o blog do Cepesp, o cientista político [Carlos Pereira](#) (FGV-RJ) comenta as vantagens para a democracia se a presidenta Dilma Rousseff sofrer processo de impeachment. Confira abaixo!

(Vale lembrar que opiniões emitidas por pesquisadores do Cepesp não são opiniões defendidas institucionalmente pelo centro.)

\*\*\*

#### **Os custos da falta de impeachment**

É possível observar alguns argumentos reticentes a possibilidade do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Não estou me referindo às resistências daqueles que são contrários ao impeachment por razões de alinhamento político e ideológico e que procuram se segurar em potenciais malfeitos cometidos por governos do passado para justificar impunidades à corrupção e desvios do presente. Refiro-me especificamente aos que resistem a ideia do impeachment por razões de pragmatismo político.

O que é mais interessante é que esses argumentos pragmáticos não deixam de pelo menos reconhecer os crimes de responsabilidade cometidos pela presidente. Tem sido comum, por exemplo, escutar: “o que será do Brasil na mão do PMDB ocupando a presidência? Ruim com ela, pior com o PMDB”; “diferente de Collor, o PT tem base social e vai resistir a um processo de impeachment”; “a polarização desencadeada por um processo de impeachment traria riscos à democracia”; “O PT vai se vitimizar sob a bandeira do ‘golpismo’ e os custos do impeachment vão recair sob a oposição”; e por aí vai...

Lembro aos pragmáticos da política que é importante também se levar em consideração os custos do não-impeachment de um governo corrupto. Quando não se pune adequadamente malfeitos e desvios de governantes, alimenta-se o sentimento disfuncional de ‘cinismo cívico’. Esse sentimento de ‘vale-tudo’ é devastador não apenas para as relações do cidadão comum com a política, mas também para a sociedade e para a economia de um país como um todo. Por outro lado, quando se pune adequadamente, como ocorrido no julgamento do mensalão, reforça-se a ideia de que as instituições de controle funcionam e que a sociedade não compactua com desvios éticos.



Em vez de se enfraquecer, a democracia se fortalece em novas bases ao se recalibrar os parâmetros da governabilidade. Portanto, ao se responsabilizar atores políticos, ocorre um processo de retroalimentação da virtude sob vícios.

## Impeachment, oportunidade de resgate

Sergio Ferraz - sexta-feira, 6 de março de 2015

• ***Partindo apenas das declarações à imprensa da presidente, teríamos que ela atentou contra a probidade administrativa por omissão***

- Folha de S. Paulo – 5/3/2015

Antes do enfrentamento do tema, duas desmitificações:

1) **impeachment não é golpe**, e jurista que pede sua aplicação não é plantonista de soluções antidemocráticas. **O impeachment é instrumento expressamente previsto na Constituição (art. 52, I e II), cabível quando certas autoridades --entre elas o Presidente da República-- cometem crime de responsabilidade;**

2) mídia não é sinônimo de oposição; quem as iguala não faz mais do que expressar a convicção de que se deva adotar o controle da imprensa (e o amordaçamento da liberdade).

Há, sim, condições jurídicas amplas para deflagrar o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

A denúncia de um presidente por crime de responsabilidade é iniciativa do cidadão (lei nº 1.079/50). Deve a denúncia ser acompanhada de documentos que constituam início de prova ou indício de prática criminosa. A denúncia não tem de carrear prova definitiva; há, no processo, fase probatória para esse fim.

**No plano material, a configuração dos crimes de responsabilidade repousa no artigo 85 da Constituição. Mas se complementa com a tipificação consagrada na lei nº 8.492/92 --a qual diz claramente que se comete ato de improbidade administrativa não só por ação mas também por omissão (art. 10, dentre outros)-- e na Lei Anticorrupção.**

**Se tomássemos como elemento de prova apenas as declarações à imprensa da presidente, teríamos que, ao menos por omissão --grave e repetitiva--, atentou ela contra a probidade administrativa e a integridade do patrimônio público.**

A presidente já ocupou cargo na administração superior da Petrobras (votou, por exemplo, em favor da ruínosa aquisição da refinaria de Pasadena), foi

ministra de Estado em áreas afetadas pela petrolífera (e por seu sistema empresarial), designou executivos hoje comprovadamente larápios da grande empresa; nomeou uma presidente para a empresa que não coibiu o desastre.

E, enquanto o erário sangrava e a Petrobras perdia valor, nada se fez, até que, afinal, tudo explodiu nos noticiários e no Congresso.

Em suma, conquanto tenha talvez faltado ao Ministério Público vontade política para apontar o dedo à presidente, saem seu partido e ela seriamente atingidos do mero relato das falcatruas apuradas.

O que temos em mãos não são artifícios oposicionistas: as denúncias apresentadas confirmam que dinheiro público foi sistematicamente utilizado para subornos milionários. A isso não se pode responder com o silêncio ou com a evasiva.

Não temos dúvida em afirmar que jamais houve na história do presidencialismo brasileiro, nem mesmo na época do mensalão, tanta imoralidade e deterioração. E de nada adianta a presidente dizer que a corrupção da Petrobras começou ao tempo do presidente Fernando Henrique Cardoso -- assim fosse, era dever ainda maior dos posteriores presidentes, ela incluída, bloquear desmandos, corrigir, punir e mostrar decisão. Nada disso se fez até aqui.

Note-se: o que se condena é a omissão repetida por anos a fio, permitindo o advento da catástrofe.

Vive o Brasil um momento crítico, em que a credibilidade nas instituições públicas baixou a patamares jamais entrevistos. A falta de decoro desgasta instituições e alimenta sementes do autoritarismo. A isso soma-se o fantasma da impunidade. Perdeu o país a compostura?

A recuperação da compostura é o que nos deve animar. Daí a rejeição da inviabilidade da iniciativa de impeachment. A nosso ver, o Brasil merece essa oportunidade de resgate.

-----

*Sergio Ferraz, 78, advogado, é membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas*

## **SP: protesto pró-impeachment leva apenas 70 pessoas ao MASP**

A militância defende o impeachment da presidente reeleita, como uma ação que seria uma forma de tirar do poder “um monstro chamado Partido dos Trabalhadores”

28 FEV2015

O protesto a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff não chegou a 100 manifestantes em São Paulo.

### PT orienta militantes a ignorarem protestos por impeachment

- "Não é beicinho ante eleição", diz ativista pró-impeachment



**Imagens do MASP duas horas antes do protesto, não havia grande movimentação no museu paulista**

*Foto: Facebook Fora Dilma / Reprodução*

De acordo com dados da Polícia Militar, apenas 70 pessoas participaram do ato no vão livre do MASP, região da Avenida Paulista.

A chuva que cai na Zona Sul de SP nesta tarde de sábado (28), pode ter espantado os manifestantes da página “Fora Dilma”, que possui 46 mil seguidores no Facebook.

A militância defende o impeachment da presidente reeleita, como uma ação que seria uma forma de tirar do poder “um monstro chamado Partido dos

Trabalhadores” e garantir que outros supostos escândalos envolvendo Dilma e o partido venham à tona.

No entanto, a PM paulista aponta que outro movimento conseguiu levar mais participantes às ruas de São Paulo. O movimento “Aula Unificada Pública da Rede Emancipa” conseguiu atrair 250 pessoas para o MASP. Este movimento tende a unir estudantes de cursinhos pré-vestibulares oriundo de movimentos sociais.

As duas atividades estavam marcada para o mesmo horário, 14h.

Na página do Fora Dilma, apenas uma alusão duas horas antes do protesto é mostrada (foto acima). Além de uma postagem a favor dos movimentos dos caminhoneiros, que reclamam contra o aumento de combustíveis.

*Terra*

## **21 – Vídeo convocação manifestação**

IMPEACHMENT: VÍDEO DA CHAMADA PARA O VEM PRA RUA, 15 DE MARÇO.

[GLÁUCIO REGIS](#) 11:33 [NENHUM COMENTÁRIO](#)

Vídeo de chamada do vem pra rua, no dia 15 de março de 2015 para o IMPEACHMENT contra a presidente da república, Dilma Rousseff.

Read more: <http://estelartblog.blogspot.com.br/2015/02/impeachment-video-da-chamada-para-o-vem.html#ixzz3TeVAV1JB>

## **IMPEACHMENT:DILMA PODE SAIR?**

[ANDRÉ RICARDO](#)

<http://nknoticiasquentes.blogspot.com.br/2015/02/impeachmentdilma-pode-sair.html>



Após 23 anos do primeiro impeachment que aconteceu 1992 no governo Collor de Melo, volta a ser um assunto comentado pelos brasileiros que não concordam com as mudanças radicais implementada pelo governo Dilma Rousseff.

Malmente o ano legislativo começou e as discussões sobre o eventual impeachment começam a ganhar forças e repercussão em todo país, os gritos de fora contra a presidenta Dilma Rousseff ecoa isolado nas ruas e redes sociais desde o dia de sua reeleição, em 26 de outubro do ano passado, mas entrou na pauta política do país com o surgimento das primeiras ramificações políticas da Operação Lava Jato, principalmente depois da denúncia de que o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, teria recebido 200 milhões de dólares em propina por meio de contratos da Petrobras. Foi nesse contexto que o jurista Ives Gandra Martins redigiu um parecer para dizer que já existe base jurídica para um pedido de impedimento da presidenta.

Em discursos no plenário na tarde desta segunda-feira, 23, senadores do PSDB, do PP e do PPS descartaram, que pelo menos no momento, um pedido de abertura de processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff em razão do escândalo de corrupção que envolve a Petrobras.

É um descontentamento muito grande, o senador Aloysio Nunes Ferreira do PSDB ao dizer que, embora não defenda a abertura do processo, estará presente na marcha, que acontecerá em várias cidades, prevista para o

dia 15 de março, em favor do impeachment. "Nós não queremos a interrupção catastrófica deste governo, mas frisou que as pessoas que defendem o impeachment querem dizer que não aguentam mais ver o governo que não governa, o senador, que foi vice do candidato derrotado do PSDB à Presidência, senador Aécio Neves (MG).

Para o tucano, com certeza as manifestações em todo o Brasil vêm demonstrando o vigor da oposição popular" e a presidente, com apenas dois meses de novo mandato, comanda um governo com sinais de esgotamento.

Após Dilma ter dito na sexta-feira passada que a corrupção na Petrobras deveria ter sido investigada no governo FHC, Aloysio disse que a presidente não vai intimidar a oposição e a criticou, dizendo que ela parece ainda estar na campanha eleitoral por chamar a oposição para a briga.

Hoje me pego pensando e tendo que falar sobre esse assunto que afligem todos nós brasileiros que muitas vezes brigamos por esse partido que se diz ser do trabalhador mas ao contrario do que se falava nas eleições a mudança está sendo pra pior porque só vemos noticias ruins aumento de combustível aumento de energia redução das pensões aumento das telefonias e proai vai se continuarmos desse jeito de mãos atadas onde vamos parar temos mesmo que nos manifestar pois só assim conseguiremos mudar o rumo do país.

## **Impeachment, oportunidade de resgate**

**Sergio Ferraz**

Folha de S. Paulo, sexta-feira, 6 de março de 2015

Partindo apenas das declarações à imprensa da presidente, teríamos que ela atentou contra a probidade administrativa por omissão

Antes do enfrentamento do tema, duas desmitificações:

1) impeachment não é golpe, e jurista que pede sua aplicação não é plantonista de soluções antidemocráticas. O impeachment é instrumento expressamente previsto na Constituição (art. 52, I e II), cabível quando certas autoridades --entre elas o Presidente da República-- cometem crime de responsabilidade;

2) mídia não é sinônimo de oposição; quem as iguala não faz mais do que expressar a convicção de que se deva adotar o controle da imprensa (e o amordaçamento da liberdade).

Há, sim, condições jurídicas amplas para deflagrar o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

A denúncia de um presidente por crime de responsabilidade é iniciativa do cidadão (lei nº 1.079/50). Deve a denúncia ser acompanhada de documentos que constituam início de prova ou indício de prática criminosa. A denúncia não tem de carrear prova definitiva; há, no processo, fase probatória para esse fim.

No plano material, a configuração dos crimes de responsabilidade repousa no artigo 85 da Constituição. Mas se complementa com a tipificação consagrada na lei nº 8.492/92 --a qual diz claramente que se comete ato de improbidade administrativa não só por ação mas também por omissão (art. 10, dentre outros)-- e na Lei Anticorrupção.

Se tomássemos como elemento de prova apenas as declarações à imprensa da presidente, teríamos que, ao menos por omissão --grave e repetitiva--, atentou ela contra a probidade administrativa e a integridade do patrimônio público.

A presidente já ocupou cargo na administração superior da Petrobras (votou, por exemplo, em favor da ruínosa aquisição da refinaria de Pasadena), foi ministra de Estado em áreas afetadas pela petrolífera (e por seu sistema empresarial), designou executivos hoje comprovadamente larápios da grande empresa; nomeou uma presidente para a empresa que não coibiu o desastre.



E, enquanto o erário sangrava e a Petrobras perdia valor, nada se fez, até que, afinal, tudo explodiu nos noticiários e no Congresso.

Em suma, conquanto tenha talvez faltado ao Ministério Público vontade política para apontar o dedo à presidente, saem seu partido e ela seriamente atingidos do mero relato das falcatruas apuradas.

O que temos em mãos não são artifícios oposicionistas: as denúncias apresentadas confirmam que dinheiro público foi sistematicamente utilizado para subornos milionários. A isso não se pode responder com o silêncio ou com a evasiva.

Não temos dúvida em afirmar que jamais houve na história do presidencialismo brasileiro, nem mesmo na época do mensalão, tanta imoralidade e deterioração. E de nada adianta a presidente dizer que a corrupção da Petrobras começou ao tempo do presidente Fernando Henrique Cardoso -- assim fosse, era dever ainda maior dos posteriores presidentes, ela incluída, bloquear desmandos, corrigir, punir e mostrar decisão. Nada disso se fez até aqui.

Note-se: o que se condena é a omissão repetida por anos a fio, permitindo o advento da catástrofe.

Vive o Brasil um momento crítico, em que a credibilidade nas instituições públicas baixou a patamares jamais entrevistos. A falta de decoro desgasta instituições e alimenta sementes do autoritarismo. A isso soma-se o fantasma da impunidade. Perdeu o país a compostura?

A recuperação da compostura é o que nos deve animar. Daí a rejeição da inviabilidade da iniciativa de impeachment. A nosso ver, o Brasil merece essa oportunidade de resgate.

-----

Sergio Ferraz, 78, advogado, é membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas

- See more at: <http://diplomatizzando.blogspot.com.br/2015/03/impeachment-palavra-que-nao-quer-calar.html#sthash.lhtATHOZ.fw5pTmv4.dpuf>

## **RENÚNCIA JÁ - MIGUEL REALE JÚNIOR**

A indignação em vista do descalabro moral e gerencial do governo veio à tona com a elevada rejeição da presidente. Fala-se cada vez mais em impeachment, cassação do seu mandato pelas vias legais. Em entrevista concedida por José Dirceu em junho de 1992 ao programa Roda Viva, disse o então deputado: "Não se faz impeachment na Câmara e no Senado, ele acontece na sociedade; eu disse e quero repetir que o impeachment não se resolve no Congresso Nacional, se resolve nas ruas e se resolve com uma coalizão político-partidária". Porém, além dos fatores sociais e políticos, consistentes no apoio das ruas e na expressiva maioria parlamentar, há de se ter, para o impeachment, a acusação de ação ou omissão enquadrável em algum dos 65 tipos de conduta descritos na Lei n.º 1.079, de 1950. Nos governos Lula e no primeiro mandato de Dilma, poder-se-ia encontrar a violação ao dever de probidade na administração pela ausência de zelo da moralidade administrativa, não se tornando efetiva a responsabilidade dos subordinados em face de delitos funcionais, tal como preceitua o artigo 9º, item 3, da Lei 1.079. Primeiramente, entendo que as infrações políticas que podem levar ao impeachment são exclusivamente previstas na forma dolosa, ou seja, intencional. Assim, os fatos devem revelar a intenção do governante de não tomar providências em vista da improbidade cometida por subordinados, o que circunstâncias a seguir lembradas podem indicar. Em 2009, sendo Lula presidente da República e Dilma chefe da Casa Civil e presidente do Conselho de Administração da Petrobrás, instalou-se no Senado a CPI da Petrobrás, tendo em vista, principalmente, relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) revelando sobrepreços na obra da Refinaria Abreu e Lima. No dia da instalação da CPI, Lula declarou que a comissão não era do Senado, era do PSDB, e só impatriotas punham a Petrobrás em investigação, tendo a certeza de não haver irregularidades na empresa e Dilma, "revoltada", afirmou que a Petrobrás tinha a contabilidade das mais apuradas do mundo. Lula interferiu na composição da CPI, combinando com o líder do PMDB, Renan Calheiros, a indicação da relatoria para o sempre governista Romero Jucá, ambos possíveis beneficiários dos desvios, segundo o procurador da República. Fernando Collor fazia parte da CPI e foi cooptado por Lula em troca do poder de nomear dois diretores da BR Distribuidora, suspeita de repassar importâncias ao senador. Os diretores sugeridos por Collor foram aprovados pelo conselho de administração presidido por Dilma. Estava tudo armado para o ocultamento. Romero Jucá, no relatório da CPI, concluiu que as indicações de sobrepreço na Abreu e Lima decorriam da aplicação equivocada de índices pelo TCU, certo de que o tribunal viria a concordar com suas assertivas. Lula e Dilma trabalharam para o fracasso das investigações do Senado e sabiam de tudo, segundo o doleiro Alberto Youssef. Na CPI encobriram-se irregularidades que só vieram à tona em março de 2014, sem nenhuma

contribuição do governo Dilma. Já presidente da República, Dilma manteve a diretoria que administrava a Petrobrás, deixando que continuassem a surrupiar quantias astronômicas, impossíveis de não ser percebidas, e em parte desaguadas na tesouraria do seu partido. Mas mesmo que fique configurada conivência da presidente com os malfeitos, ao deixar sem apuração os desvios ao longo do tempo, tipificando-se, eventualmente, a conduta descrita no artigo 9o, item 3, acima lembrado, todavia, essa omissão dolosa teria ocorrido no período passado. A pena do impeachment visa a exonerar o presidente por atos praticados no decorrer do mandato. Findo o exercício da Presidência, não se pode retirar do cargo aquele cujo governo findou. Diz o artigo 15 da Lei do Impeachment que a denúncia deverá ser recebida se o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado o cargo. E Dilma deixara o cargo de presidente por ter terminado o mandato, tomando posse de outro, que se iniciou em 1o de janeiro com faixa presidencial e juramento. Assim, se há manifestações nas ruas e grave crise de governabilidade, complicada por inflação e estagnação, falta, no entanto, fato concreto entre janeiro e março deste ano constitutivo de infração política a justificar o impeachment. Com tempo para agir, o governo repensa a não aplicação da Lei Anticorrupção às empresas, que poderia levar ao impeachment, como bem suscitou Modesto Carvalhosa. Se não há crime de responsabilidade, pode haver crime comum, por ora com pedido de arquivamento. Na entrevista de 1992 ao Roda Viva, José Dirceu disse ser uma via a renúncia de Collor em razão de não ter "condições éticas e políticas de continuar governando o País". Tal sucede com Dilma. Há uma revolta em face da imoralidade do "desgoverno". Soma-se o amplo espectro político da corrupção revelado pelo procurador-geral da República, com ministros, presidentes do Legislativo e outros líderes do Congresso Nacional investigados no escândalo. Houve um ataque frontal à democracia com promiscuidade organizada entre Executivo e Legislativo. As bases da República foram corroídas no seu cerne. Apodreceram o Brasil. No próximo dia 15, a passeata dos indignados deve clamar por patriótica e ampla renúncia. Dilma não tem condições éticas e políticas para governar, carente de qualquer credibilidade pelo passado nefasto e por ausência de autoridade moral: é apenas a triste condutora de sua herança maldita com um séquito de ex-ministros investigados. A saída da crise é ainda mais estreita com representação do procurador-geral, pois Eduardo Cunha e Renan também devem renunciar à presidência de suas Casas. Malgrado a presunção de inocência, não contam com as imprescindíveis confiança e independência para desinfetar o Brasil. Renúncia já: a única via em busca de pacto sério para reconstrução do País.

\*ADVOGADO, PROFESSOR TITULAR SENIOR DA FACULDADE DE DIREITO DA USP, MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, FOI MINISTRO DA JUSTIÇA

MIGUEL REALE JÚNIOR\* - O Estado de S. Paulo - 07 MARÇO 2015 | 02H 04

— [com Floriano Pesaro, Renata Francisco, Marcus Achilles e outras 17 pessoas.](#)

## Solidariedade anuncia encomenda de estudos sobre impeachment

Partido justifica o pedido pelo fato de Dilma ter autorizado a compra da refinaria de Pasadena

04/03/2015 |

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2015/03/solidariedade-anuncia-encomenda-de-estudos-sobre-impeachment-4711982.html>



Protestos pedindo a saída dos então presidentes Fernando Collor, Fernando Henrique, Lula e da atual governante, DilmaFoto: Rafael Ocaña / Arte ZH

O presidente do Solidariedade (SD), deputado Paulinho da Força (SP), afirmou que o partido irá encomendar com juristas estudos para basear um pedido de impeachment da presidente **Dilma**

**Rousseff** por ela ter autorizado a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).

O negócio provocou prejuízo de US\$ 792 milhões para a empreiteira e, segundo delatores do esquema de corrupção na **Operação Lava-Jato**, foi aprovado mediante pagamento de propina a executivos da petroleira.

— O Solidariedade está consultando advogados sobre o impeachment da presidente Dilma. Falamos hoje com alguns e amanhã teremos outras conversas — afirmou Paulinho. — Ela era presidente do conselho de administração da Petrobras quando Pasadena foi comprada — complementou.

### **Rosane de Oliveira: pede para sair, senador Renan Calheiros** **Ministro do STF deve tirar sigilo de inquéritos até sexta**

Um dos juristas que serão procurados pelo partido é Ives Gandra que já elaborou um parecer sobre um pedido de impeachment por improbidade administrativa.

Lideranças do SD almoçaram nesta quarta-feira com o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e deixaram o encontro defendendo a proposta de um pedido de cassação do mandato da petista.

**Cunha está entre os políticos citados na lista** da procuradoria da República enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF) que devem ser investigados por suposto envolvimento no esquema de corrupção na Petrobras. O PMDB tem retaliado o governo após a divulgação de que ele e o presidente do Senado, Renan Calheiros (AL), serão investigados.

### **O que o eterno retorno dos pedidos de Impeachment revela sobre as formas de fazer política no Brasil**

Conforme relatos, um dos presentes afirmou que "se for preciso cassar até o vice-presidente Michel Temer (PMDB) para que a



presidente Dilma deixe o governo seria válido." Todos teriam rido da brincadeira.

A presidente Dilma era ministra da Casa Civil no governo Luiz Inácio Lula da Silva quando presidiu o conselho de administração da Petrobras. No ano passado, em nota ao jornal O Estado de S. Paulo, Dilma afirmou que só votou a favor da compra da refinaria de Pasadena porque o então diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró enviou aos conselheiros um resumo "técnico e falho" que omitia cláusulas contratuais que se mostraram prejudiciais à Petrobras.

\* *AE*

## LUIS NASSIF ONLINE

- [Posts recentes](#)
- [Mais comentados do dia](#)



[POLÍTICA](#)

### **Os desafios para Dilma garantir a governabilidade**

SAB, 07/03/2015 - 08:20

**Luis Nassif** <http://jornalqgn.com.br/noticia/os-desafios-para-dilma-garantir-a-governabilidade#.VPrfDELIZBs.facebook>





Está-se no epicentro de uma crise política – que ainda não é econômica nem social. Portanto, ainda não é irreversível.

A vantagem da idade, no jornalismo, é a experiência de quem assistiu, na história do país, crises mais profundas que a atual.

A primeira recomendação é a de relaxar e analisar. Não se tome a nuvem por Juno, o epicentro pela crise. Adotem-se algumas medidas para enfrentar questões mais urgentes, mas o desafio é planejar o pós-epicentro.

Os mais competentes conseguem.

\*\*\*

A segunda recomendação é levantar todos os pontos de vulnerabilidade e a forma de atuar sobre eles.

No caso de Dilma, seus problemas se resumem aos seguintes pontos:

### **1. Rearticular a base de apoio político.**

Encontrar um bom articulador que conserte o estrago monumental provocado na base de apoio político, com a tentativa de eleger o presidente da Câmara. Não será tarefa fácil, ainda mais com o terremoto provocado pela Lava Jato no Congresso. Mas não é impossível. Teria que reorganizar o conselho político, eliminar os fatores de desgaste com os congressistas, parar com essa bobagem de pacto político com o PSDB.

### **2. Rearticular a base de apoio social.**

Encontrar um bom articulador com os movimentos sociais para consertar o monumental estrago provocado com o pacote fiscal. É evidente que as contas fiscais precisavam ser colocadas em ordem. Mas o pacote fiscal, lançado a seco logo após as eleições, penalizou programas sociais, a indústria e a atividade produtiva em geral, o emprego – ao mesmo tempo em que a alta da Selic beneficiava o mercado financeiro. Tudo isso enfiado goela abaixo do seu eleitorado. Sem anestesia.

### **3. Rearticular a base de apoio jurídico.**

Encontrar um bom articulador com o meio jurídico, para consertar os estragos provocados no relacionamento com ministros e desembargadores pela desatenção com a liturgia do cargo.

Alguns exemplos recentes (para quem conhece hábitos e costumes do Judiciário): Dilma recebe pessoalmente a Ministra Carmen Lúcia, mas o presidente do STF Ricardo Lewandowski só é recebido por seus Ministros; na discussão dos vetos ao Código de Processo Civil, em vez de ouvir Lewandowski, o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo reportou-se a Luiz Fux.

Há uma linha de ministros e desembargadores teoricamente simpáticos às propostas do governo. Não pergunte sua opinião sobre o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo e o Ministro da Casa Civil Aloizio Mercadante. A resposta não será animadora.

#### **4. Rearticular a base de apoio industrial.**

Encontrar um articular para recompor a aliança com a indústria e os sindicatos, especialmente com a indústria paulista.

No primeiro mandato, Dilma aprovou uma série de medidas de apoio à indústria. Nem assim logrou apoio dos industriais devido ao seu estilo de pouco ouvir. Agora todas as benesses estão sendo retiradas, a grita será maior ainda.

Há condições de explicitar uma estratégia clara de política industrial, ainda mais com o câmbio mais competitivo. Mas estão a caminho ondas de desemprego.

\*\*\*

Se conseguir encontrar todos esses articuladores e ouvi-los, Dilma conseguirá enxergar a luz no centro do tornado.

## Blog do Azedo

Os fatos são teimosos - Notas e comentários

quinta-feira, 5 de fevereiro de 2015

### **Um sistema à beira do colapso**

**Nas Entrelinhas: Luiz Carlos Azedo**

**Correio Braziliense; 05/02/2015**

<http://blogdoazedo.blogspot.com.br/2015/02/um-sistema-beira-do-colapso.html>

*As agências do Estado encarregadas de zelar pelo desenvolvimento do país foram tomadas de assalto*



A presidente Dilma

Rousseff ocupa o vértice de um sistema de poder que entrou em xeque. O primeiro sinal de que a reeleição não foi suficiente para mantê-lo foi a escolha de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda. Essa opção representa uma ruptura com a "matriz econômica" que havia adotado, cujo eixo era o fortalecimento e a ampliação de um modelo esquizofrênico de capitalismo de Estado. Por mais que negue, essa ruptura está em pleno curso. Se for obstruída, terá graves consequências econômicas, políticas e sociais.

De onde vem a esquizofrenia? Do fato de ser é um projeto fora do tempo e de lugar. Historicamente, o capitalismo de Estado foi uma via de industrialização para os países de desenvolvimento capitalista tardio. Serviram-se dele, bem ou mal, as ditaduras fascistas, os governos populistas da América Latina e os regimes socialista do Leste europeu. O líder russo Vladimir Lênin chegou a dizer que o capitalismo de Estado era a antessala do socialismo.

Essa via de industrialização deu-se pela presença do Estado na indústria de base e pela substituição de importações de bens de consumo pelo setor privado. No Brasil, o processo de substituição de importações foi concluído durante o regime militar, cuja intervenção na atividade econômica fazia corar o presidente Getúlio Vargas, que se matou em 1954 diante da deposição iminente por militares que tomariam o poder em 1964.

Esse modelo se esgotou porque o Estado brasileiro perdeu capacidade de financiamento, a partir da crise do petróleo da década de 1980, e o país mergulhou progressivamente na hiperinflação, principalmente no governo Sarney. A alternativa à substituição de importações era a integração competitiva à economia mundial.

Esse foi o foco do Plano Real, programa de estabilização iniciado no governo Itamar Franco e concluído nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda do antecessor. Para isso, foi preciso salvar o sistema financeiro, reduzir a intervenção do Estado na economia, privatizar as empresas de infraestrutura e adotar uma política monetária cujo eixo eram o câmbio flutuante, a meta de inflação e o superavit primário.

### **A crise do modelo**

Esse "tripé" foi mantido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afinal sem ele não seria possível viabilizar o bem-sucedido programa de transferência de renda. Mas, na crise mundial de 2008, essa estratégia começou a ser substituída pela chamada "nova matriz econômica", que jogou o tripé para o espaço. A economia passou a girar com câmbio artificialmente controlado, taxa de inflação no teto da meta e o déficit fiscal mascarado pela "contabilidade criativa". Foi preciso elevar a taxa de juros para impedir uma explosão inflacionária. Resultado: o país parou.

O modelo de capitalismo de Estado adotado, porém, favoreceu a formação de grandes monopolistas nacionais e promoveu uma brutal transferência de renda do setor público para esses grupos. Paralelamente, as agências do Estado encarregadas de zelar pelo desenvolvimento do país foram tomadas de assalto pelo partido no poder e seus aliados. Formou-se um sistema de poder, à margem da legítima representação do Congresso, embora com o beneplácito dos principais dirigentes. Seu vértice hoje é ocupado pela presidente Dilma Rousseff.

Na base do sistema de poder, a Petrobras foi encarregada de alavancar a política industrial e a política de ciência e tecnologia, com a formação de um cluster de empresas subsidiárias e de fornecedores que se estendeu do complexo petroquímico à indústria metalmeccânica. Recebeu uma missão que estava acima das possibilidades reais. Mas não foi só isso. A Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, que apura os escândalos da Petrobras, está nos revelando que esse modelo de capitalismo de Estado também foi aparelhado para financiar a hegemonia do partido no poder e de aliados. É esse sistema de poder que está em crise.

A maior parte das doações das empresas envolvidas no escândalo aos partidos no governo foi feita de acordo com a legislação vigente, mas a origem do dinheiro é criminosa porque vem de contratos superfaturados obtidos em licitações fraudulentas. É aí que está o problema político-institucional.

A eleição na Câmara dos Deputados, na qual o PT foi alijado da Mesa e das principais comissões, revela que esse sistema de poder está à beira do colapso. O PMDB está enredado na Operação Lava-Jato, mas não tem um centro de comando, nem as mesmas responsabilidades do PT. Essa fissura é a primeira onda de um tsunami que pode varrer o Congresso e a Esplanada dos Ministérios quando os nomes de autoridades e políticos envolvidos no escândalo forem revelados.

## A crise política no presidencialismo que deveria ser de coalizão

Sérgio Abranches

08/03/2015 09h15m. Atualizado em 08/03/2015 -

<http://www.matheusleita.com.br/7499-cri-se-politica-no-presidencialismo-que-deveria-ser-de-coalizao-por-sergio-abranches.html>



Compartilhe

A coalizão governista está irremediavelmente fraturada. Nenhum remendo pode salvá-la. Só a mudança profunda na relação entre a presidente e os partidos que a apoiavam, para reconstruir a aliança em novas bases. Implicaria em reduzir significativamente a presença do PT e aumentar a participação dos demais partidos. Isso exigiria uma compreensão da política de coalizões, de gestão de alianças e mediação de conflitos que a presidente Dilma Rousseff jamais demonstrou ter. As lideranças petistas que a cercam tampouco demonstraram ter esse nível de compreensão dos limites e possibilidades da política de coalizões. Agrava-se esse quadro com o enfraquecimento e divisão das principais lideranças dos partidos da coalizão no Congresso Nacional, com a instauração dos inquéritos que abrem nova fase da operação Lava-Jato. Esse é um cenário de divisão e conflito entre os políticos, os partidos e a Presidência.

Deixo de analisar a política internacional, para tratar da política nacional. Tenho recebido muitos pedidos para falar sobre a crise política, em virtude de ter criado e descrito analiticamente o “presidencialismo de coalizão” como o modelo político brasileiro. O presidencialismo de coalizão define como premissa da governança e da governabilidade a existência de uma coalizão multipartidária minimamente coerente e coesa, que dê condições à Presidência da República de formar maiorias que apoiem suas principais medidas legislativas e barrem iniciativas que possam comprometer as políticas públicas com as quais está comprometida. A coalizão define o “poder de agenda” do governo.

A presidente Dilma Rousseff sempre tratou sua coalizão como uma coligação eleitoral, que esgota suas funções ao lhe garantir os votos nos colégios eleitorais dominados por caciques eleitorais para se eleger. Ela, como Lula, sempre dependeu de votos de redutos não-petistas para alcançar a maioria eleitoral. O fato de ambos terem sido eleitos no segundo turno, em todas as eleições, mostra, com clareza, que o PT não tem capacidade de produzir maiorias eleitorais, nem parlamentares. Mas a coligação eleitoral tem que ser transformada em coligação governamental.

A aliança eleitoral tem três eixos principais de negociação. O primeiro é a expectativa de poder e a possibilidade de integrar, com vantagens, a coalizão governamental. A moeda de troca é a partilha do poder executivo. O segundo, é a perspectiva de eleger a maior bancada possível, dada pela soma dos votos de todos, beneficiando os mais votados de cada partido, dentro do quociente eleitoral. O terceiro, é financeiro. A moeda é o financiamento das campanhas. Uma parte é paga em tempo real, ao longo da campanha. Outra parte é paga posteriormente, para cobrir dívidas de campanha. Nem vou entrar nos ganhos pessoais e partidários, obtidos com corrupção eleitoral e administrativa. Mesmo na hipótese, pouco plausível, de que todo o dinheiro de campanha entre pelo “caixa um”, como alegam todos os políticos, exceto os mais cínicos, a busca de fatias maiores na partilha dos recursos arrecadados é um incentivo poderoso para entrar nas coligações eleitorais, tanto situacionista, como oposicionistas.

A moeda principal na negociação da coalizão de governo é a participação proporcional no poder governamental. Essa negociação só pode ocorrer depois do primeiro turno, quando se fica sabendo o tamanho das bancadas. Por isso é um erro fatal confundir a coligação eleitoral com a coalizão governamental. A negociação da coalizão começa no segundo turno, para ser fechada após o processo eleitoral, na montagem do governo.

É fácil ver, a partir dessa análise, onde reside o problema político que a presidente Dilma Rousseff nunca conseguiu resolver. Ela frustrou os partidos aliados em sua expectativa de participação no poder governamental, desde o início. No primeiro mandato, garantiu a governança com muito gasto público e popularidade muito alta. No segundo, começou já enfrentando a crise política. Deve-se adicionar à sua coleção espantosa de déficits, o déficit político-partidário, relativo às expectativas frustradas dos aliados. Esse déficit, como todos os outros, agravou-se significativamente na montagem do governo e ao longo do primeiro trimestre de 2015. O PT continuou hegemônico na coalizão. A presidente continuou concentrando o poder decisório. Os incontáveis ministros não têm poder. Nem despacham com a presidente. Todos se sentem rebaixados, quando não destituídos de qualquer autoridade. No poder só entram alguns poucos petistas. É uma via expressa para o impasse político e a crise, produzindo elevado déficit de governança e riscos crescentes à governabilidade.

O ex-presidente Lula tinha, no começo, um poderoso e autônomo articulador político, que havia controlado por mais de uma década a Executiva do PT e cuidava da gestão da coalizão. Era o poderosíssimo Chefe do Gabinete Civil, José Dirceu, hoje cumprindo pena, condenado no processo do “mensalão”. Com a crise política do mensalão, Lula armou um palanque permanente no país e usou sua popularidade pessoal para manter e ampliar o “lulismo”, reeleger-se e garantir independência em relação ao PT e à própria coalizão. Os políticos da coalizão quando retornavam a suas “bases” eleitorais sentiam o peso da popularidade presidencial, que mantinha a coalizão refém do presidente. Hoje, quando os políticos retornam a suas bases sentem o peso da impopularidade da presidente e o forte ressentimento dos eleitores contra ela. Dilma só teria a oferecer-lhes mais poder. Com a crise provocada pela Lava-Jato, nem mais poder apenas seria suficiente. Seria necessário compartilhar o poder garantindo reduzindo o poder do PT e a centralização decisória na Presidência.

O vice-presidente, Michel Temer, tem pouco a lhe oferecer neste momento. Ele nunca foi uma liderança poderosa no PMDB. Era influente, mas com pouco poder. Jamais conseguiu liderar o partido no seu estado-base, São Paulo, como Orestes Quércia comandou. O PMDB é um condomínio de facções estaduais e locais. O poder deriva do controle das facções e das bancadas. Temer conseguia ser o síndico desse condomínio, exatamente por não comandar facção, nem controlar bancadas. Conseguia o comando nacional porque exercia um comando com pouco poder equilibrando as forças internas. Ele ficou mais forte ao se aliar a Lula e Dilma, no auge da popularidade. Mas é poder derivado e externo ao partido. Se Dilma não lhe dá voz, o partido não o ouvirá. Continuará ouvindo os chefes políticos faccionários.

A crise política vai se agravar com a Lava-Jato e ameaça culminar na paralisia do Legislativo. É alta a probabilidade de rompimento dos ténues liames que mantém a “coalizão-zumbi”. A dinâmica hoje é claramente centrífuga, de afastamento da presidência. Na relação entre os partidos no Congresso, a chance é que predomine o perigoso “shifting the blame”, “transferindo a culpa”, comportamento típico de políticos em busca da autopreservação. A inflação ainda vai subir. A recessão ainda vai piorar. Tudo isso aumentará o desconforto da população e afetará negativamente a popularidade da presidente. Nesse quadro, a rejeição provocada por escândalos de corrupção aumenta. Sem popularidade e com alta rejeição só caberia à presidente abdicar de uma larga fatia de poder e entrega-la à coalizão. A saída política possível é mudar o modelo de governança do “centralismo” para o “poder compartilhado”. Isto é, transformar o governo petista em governo de coalizão. Essa mudança requereria uma compreensão da política de coalizões e uma habilidade política que a presidente jamais demonstrou ter.

## **O PT, O PSDB E A ARTE DE CEVAR OS URUBUS**

**Mauro Santayana** – [WWW.maurosantayana.com](http://WWW.maurosantayana.com) = 6 de mar de 2015

(Jornal do Brasil) - Se houve um erro recorrente, que pode ser trágico em suas consequências, cometido pela geração que participou da luta pela redemocratização do Brasil, foi permitir que a flor da liberdade e da democracia, germinada naqueles tempos memoráveis, fosse abandonada, à sua própria sorte, no coração do povo, relegada a segundo plano pela batalha, encarniçada e imediatista, das suas diferentes facções, pelo poder.

Perdeu-se a oportunidade - e nisso também devemos nos penitenciar - de aproveitar o impulso democrático, surgido da morte trágica de Tancredo Neves, para se inserir, no currículo escolar de instituições públicas e privadas, obrigatoriamente, o ensino de noções de cidadania e de democracia, assim como o dos Direitos do Homem, estabelecidos na Carta das Nações Unidas, e esse tema poderia ter sido especificamente tratado na Constituição de 1988 e não o foi.

Não se tendo feito isso, naquele momento, a ascensão ao poder de um auto-exilado, o senhor Fernando Henrique Cardoso, poderia ter

levado ao enfrentamento dessa mazela histórica, e, mais ainda, pelas mesmas e mais fortes razões - a questão deveria ter sido enfrentada quando da chegada ao poder de um líder sindical oriundo da camada menos favorecida da população, pronto a entender a importância de dar a outras pessoas como ele, o acesso à formação política que lhe permitiu mudar a si mesmo, e tentar, de alguma forma, fazer o mesmo com o seu país.

Em vários anos, nada foi feito, no entanto, nesse sentido.

Mesmo tratando-se de questão fundamental - a de explicar aos brasileiros para além das eventuais campanhas feitas pela Justiça Eleitoral a divisão e a atribuição dos Três Poderes da República, noções do funcionamento do Estado, dos direitos e deveres do cidadão, e de como se processa, por meio do voto, a participação da população - nunca houve, e tratamos do tema muitas vezes, nenhuma iniciativa desse tipo, mesmo que pudesse ter sido adotada, a qualquer momento, por qualquer administração municipal.

Pensou-se, erroneamente, que bastava voltar à eleição, pelo voto direto, do Presidente da República, e redigir e promulgar um novo texto constitucional, para que se consolidasse a Democracia no Brasil.

Na verdade, essas duas circunstâncias deveriam ter sido vistas apenas como o primeiro passo para uma mudança mais efetiva e profunda, que teria de ter começado por uma verdadeira educação cívica e política da população.

Imprimiu-se a Democracia em milhões de exemplares da Constituição da República, mas não nos corações e mentes da população brasileira.



De um povo que vinha, historicamente, de uma série de curtas experiências democráticas, entrecortadas por numerosos golpes, contra-golpes, de todo tipo; educado ao longo das duas décadas anteriores, dentro dos ritos e mitos de uma ditadura que precisava justificar, de forma peremptória, a derrubada de um governo democrático e nacionalista - ungido pelo plebiscito que deu vitória ao presidencialismo - com a desculpa do bovino anticomunismo da Guerra Fria, cego e ideologicamente manipulado a partir de uma potência estrangeira, os Estados Unidos.

À ausência de um programa de educação democrática para a população brasileira - e da defesa da Democracia como parte integrante, permanente, necessária, no nível do Congresso e dos partidos, do discurso político nacional, somou-se, nos últimos tempos, a deletéria criminalização e judicialização da política, antes, depois e durante as campanhas eleitorais.

Assim como parece não perceber que a desestruturação da Petrobras, do BNDES, das grandes empresas de infra-estrutura, de outros bancos públicos, criará um efeito cascata que prejudicará toda a nação, legando-lhe uma vitória de Pirro, caso venha a chegar ao poder em 2018, a oposição também não compreende, que ao incentivar ou se omitir, oficialmente, com relação a ataques à Democracia e aos apelos ao golpismo por parte de alguns segmentos da população, está dando um tiro pela culatra, que só favorecerá uma terceira força, com relação à qual comete terrível engano, se acredita que tem a menor possibilidade de vir a controlar.

A mesma parcela do público radicalmente contrária ao Partido dos Trabalhadores, estende agora, paulatinamente, o processo de criminalização da política ao PSDB e a outros partidos contrários ao PT, e já há quem defenda, na internet, e nas redes sociais, a tese de que o país precisa livrar-se das duas legendas, e de que a saída

só virá por meio do rápido surgimento de outra alternativa política, ou de uma intervenção militar.

Bem intencionado na área social, na macroeconomia, em alguns momentos, e em áreas como as Relações Exteriores e a Defesa, e atuando quase sempre sob pressão, o PT cometeu inúmeros erros - e não apenas de ordem política - nos últimos anos.

Deixar de investigar, com o mesmo rigor que vigora agora, certos episódios ocorridos nos oito anos anteriores à sua chegada ao poder, foi um deles.

Abrir a porta a páraquedistas que nada tinham a ver com os ideais de sua origem, atraídos pela perspectiva de poder, também foi um equívoco.

Como foi fechar os olhos para o fato de que alguns de seus militantes estavam caindo, paulatinamente, na tentação de se deixar seduzir e contaminar, também, pelas benesses e possibilidades decorrentes das vitórias nas urnas.

O maior de todos, no entanto, foi se omitir de responder, do começo, àqueles ataques mais espatafurdios, sem outra motivação do que a do ódio e do preconceito, que passou a receber desde que chegou à Presidência da República.

Ao adotar, de forma persistente, essa posição, o PT prestou um terrível, quase irreparável, desserviço à Democracia.

Em um país em que blogueiros são condenados a pagar indenizações por chamar alguém de sacripanta, a própria liturgia do cargo exige que um Presidente ou uma Presidente da República usem a força da Lei para coibir e exemplar quem os qualifica,

pública e diuturnamente, na internet, de fdp, ladrão, bandido, assassina, terrorista, vaca, anta, prostituta, etc, etc, etc.

E tal liturgia exige que isso se faça desde a posse, não apenas para preservar a autoridade máxima da República, que a ninguém pertence pessoalmente, já que conferida foi pelo voto de milhões de brasileiros, mas, sobretudo, para defender a democracia em um país e uma região do mundo em que quase sempre esteve ameaçada.

Existe, é claro, a liberdade de expressão, e existem a calúnia, o ataque às instituições, ao Estado de Direito, à Constituição, que ameaçam a estabilidade do país e a paz social, e o governo que se furta a defender tais pressupostos, nos quais se fundamentam Estado e Nação, deveria responsabilizar-se direta, senão criminalmente, por essa omissão.

Se Lula, Dilma, e outras lideranças não se defendem, nem mesmo quando acusadas de crimes como esquartejamento, o PT, como partido, faz o mesmo, e incorre no mesmo erro, ao omitir-se de ampla e coordenada defesa da democracia - e não apenas em proveito próprio - dentro e fora do ambiente virtual.

Em plena ascensão do discurso anticomunista e “anti-bolivariano” - o Brasil agora é um país “comunista”, com 55 bilhões de reais de lucro para os bancos e 65 bilhões de dólares de Investimento Estrangeiro Direto no ano passado, e perigosos marxistas, como Katia Abreu, Guilherme Afif Domingos e Joaquim Levy no governo - sua militância insiste em se vestir de vermelho como o diabo, como adoram lembrar seus adversários, a cada vez que bota o pé na rua.

Isso, enquanto, estranhamente, abandona, ao mesmo tempo, o espaço de comentários dos grandes portais e redes sociais, lidos pela maioria dos internautas, a golpistas que se apropriam das cores da bandeira, agora até mesmo como *slogan*.

Ao fazer o que estão fazendo, o Governo, o PT e o PSDB, estão fortalecendo uma terceira força, e especializando-se na perigosa arte de cevar os urubus.

De que se alimenta a extrema direita?

Do ódio, da violência, do preconceito, da criminalização da política, da infiltração e do aparelhamento do estado, do divisionismo, da disseminação terrorista da calúnia, do boato e da desinformação.

No futuro, quando for estudado o curto período de 30 anos que nos separa da redemocratização, será possível ver com clareza - e isso cobrarão os patriotas pósteros, se ainda os houver, nesta Nação - como a hesitação, a imprevisibilidade, a aversão ao planejamento, a anemia partidária e a mais absoluta incompetência por parte da comunicação do PT, principalmente na enumeração e disseminação de dados irrefutáveis; e o irresponsável fomento ao anti-nacionalismo e à paulatina criminalização e judicialização da política, por parte, PSDB à frente, da oposição, conseguiram transformar o país libertário, uno e nacionalista, que emergiu da luta pela Democracia e que reunia milhões de pessoas nas ruas para defender esses ideais há 30 anos, em uma nação fascista, retrógrada, politicamente anacrônica, anti-nacional e conservadora, que reúne, agora, nas ruas, pessoas para atacar o Estado de Direito, a quebra das regras que o sustentam, e a interrupção do processo democrático.

Um país cada vez mais influenciado por uma direita “emergente” e boçal - abjeta e submissa ao estrangeiro e preconceituosa e arrogante com a maioria da população brasileira - estúpida, golpista e violenta, que está estendendo sua influência sobre setores da classe média e *dolumpen proletariado*, e crescendo,

como câncer, na estrutura de administração do estado, na área de segurança, nos meios religiosos, na mídia e na comunicação.

Destruuiu-se a aliança entre burguesia nacionalista e trabalhadores, que conduziu o país à *Campanha das Diretas* e à eleição de Tancredo Neves como primeiro presidente civil, depois de 21 anos de interrupção do processo democrático.

Destruuiu-se a articulação das organizações e setores mais importantes da sociedade civil, na defesa do país, do desenvolvimento e da democracia.

Destruuiu-se, sobretudo, a esperança e o nacionalismo, que, hoje, só a muito custo persistem, no coração abnegado de patriotas que lutam, como quixotes aguerridos e impolutos, em pequenas organizações, e, sobretudo, na internet, para evitar que a Nação naufrague, definitivamente, em meio à desinformação, ao escolho moral e à apatia suicida da atualidade; ao pesado bombardeio das forças que cobiçam, do exterior, nossas riquezas; e que o Brasil abandone e relegue, como quinto maior país do mundo em território e população, qualquer intenção que já tenha tido de ocupar, de forma ativa e soberana, o lugar que lhe cabe no concerto das Nações.

Quando se vêem brasileiros encaminhando pedidos à Casa Branca de intervenção na vida nacional, defendendo a total privatização, desnacionalização e entrega de nossas maiores empresas, em troca, alegadamente, de comprar, como no país do *Tio Sam*, por um real um litro de gasolina - se for por esta razão, por que não se mudam para a Venezuela, e vão abastecer seus carros em postos PDVSA, empresa 100% estatal, onde ela está custando 15 centavos ? - tratando meios de comunicação estrangeiros e pseudo organizações de todo tipo sediadas na Europa e nos Estados Unidos como incontestáveis oráculos aos que se deve reverência e obediência absolutas, os inimigos do Brasil riem, e sua boca se

enche de saliva, antecipando a divisão e o esgarçamento da nossa sociedade, e nossa entrega e capitulação aos seus ditames, com a definitiva colonização da nossa Pátria, e, sobretudo, da alma brasileira.

Pouco mais há a fazer - correndo o risco de sermos tachados mais uma vez de loucos, ridículos e senis, extintos, e sem mais lugar neste mundo, do que os répteis que outrora cruzavam as planícies de Pangea - do que pregar, como João Batista, no deserto, mastigando os gafanhotos do ódio e do sarcasmo.

É preciso reunir os democratas e os nacionalistas onde os houver, para evitar e se contrapor, de forma inteligente, coordenada, ao fortalecimento descontrolado, já quase inevitável, das forças antidemocráticas e anti-nacionais.

O governo e a oposição - ao menos a mais equilibrada - precisam parar de cevar as aves de rapina, que, dentro, e fora do país, anseiam e já antevêm nossa destruição, e o controle definitivo de nossa população e de nossas riquezas.

Quando acabarem, pelo natural esgotamento e imposição das circunstâncias, os equívocos, as concessões, os enganos, as omissões, as pequenas felonias, as traições à verdade, ao passado e ao futuro, de que se alimentarão os urubus ?

## **Entrevista FHC**

ESTADAO - 10mar15

**Para ex-presidente, PT tenta atribuir impeachment a tucanos e Lula prefere acusar PSDB de 'maus' a querer dialogar**

## 'Não é hora de afastar Dilma nem de pactuar', diz FHC

ELIANE CANTANHÊDE

São Paulo - O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, principal líder do PSDB e, portanto, da oposição, já tem uma posição clara diante da crise: nem apoio ao impeachment, nem pacto com o PT. Em entrevista ao **Estado**, ontem, FHC disse que o horizonte mais provável é de que o governo "fique cozinhando o galo em fogo brando" nos próximos quatro anos. Mas ressaltou que, em política, "nada é impossível". E criticou Lula: "Ele quer é acusar. Ele é o bom, nós somos os maus. Então, não há como dialogar com quem não quer dialogar".

### Como o sr. vê a situação hoje ?

Como todo brasileiro, com muita preocupação. Sem esperança, não vendo uma saída. É um momento bastante sombrio.

### A ponto de ter impeachment?

Impeachment não é uma coisa desejável e ninguém se propõe a liderar isso. O PT usa o impeachment para dizer que o PSDB quer, mas não é verdade. Impeachment é como bomba atômica, é para dissuadir, não para usar.

### O pannelo de domingo e a manifestação de 15 de março podem mudar alguma coisa?

Essa manifestação vai ser realmente grande, mas é produto das redes sociais, de vários setores da sociedade, independentes uns dos outros, por motivos diferentes. E totalmente independente dos partidos.

### Dá para comparar com 2013?

Sociologicamente, vai ser uma comparação interessante. Em 2013, era contra tudo, agora é direcionada contra o governo. Mas vamos esperar para ver. O PSDB faz bem em não chamar para a rua. **A rua, neste momento, não é dos partidos, é do povo. É o povo que vai para a rua.**

### Se as manifestações forem num crescendo, o sr. não vê horizonte de impeachment?

Eu não posso dizer que seja impossível, porque as coisas não são assim em política. Mas o horizonte mais provável não é que vá para esse lado.



A conexão (de Dilma) com o Collor é que ele não sabia como manejar com o Congresso. Mas só nisso.

### **E o peso da Petrobrás na crise?**

É muito grande. A Petrobrás é uma empresa vital para o Brasil. A despeito das intrigas do PT, sobretudo do Lula, de que queríamos privatizar a Petrobrás, isso tudo era uma grande mentira. Não cabe privatizar a Petrobrás. Cabe, sim, despolitizá-la, despartidarizar a Petrobrás.

### **Como o sr. vê agora a venda de R\$ 39 bilhões em ativos?**

Vai vender na bacia das almas, no pior momento. Isso, sim, é contra o interesse da Petrobrás e do Brasil. No limite, a crise real é política, é de confiança. Sem confiança, não se cria esperança. Sem esperança, a recessão é só recessão, o ajuste é só o ajuste, só um mal estar.

### **Na TV, a presidente disse que tudo isso é passageiro, até o final do ano. Há condições?**

A quebra de confiança foi grande. Não se refaz do dia para a noite.

### **E a crise no Congresso?**

O governo criou caso com a própria base, então fica difícil. A presidência do Senado devolveu a medida provisória das desonerações. Foi um ato de rebeldia e força. É um sinal de que o processo congressional está descontrolado e não vejo como este governo tenha como reagir à altura. É muito ruim que o governo não reconheça nenhum erro.

### **Foi o FHC?**

Foi o FHC! É patético, mas eu fico até envaidecido, porque, depois de mais de 12 anos, eu até fico pensando: 'Meu Deus, que força que eu tive!'

### **O envolvimento de 47 políticos na Lava Jato ajuda o Planalto?**

De certo ponto, sim. Mas acho que o importante para o Planalto é dar eficiência ao Congresso, para conseguir as votações do ajuste. Isso não dá eficiência ao Congresso, muito pelo contrário. Dá é paralisia.

### **Alguma comparação histórica com o momento atual?**

Eu só vi uma situação parecida em 1963, quando houve um descolamento entre o Congresso e o governo, e o governo foi perdendo a capacidade de governar. Quando o Congresso percebe que o Executivo não tem agenda, está tonto, fazendo uma agenda que não é a dele, o Congresso fica mais inerte. E, se você perde a força aqui, você perde a força no mundo.

### **Alguma conexão com Collor?**

Não creio. A conexão com o Collor é que ele não sabia como manejar com o Congresso, não tinha amor pelo Congresso, ficava isolado.

Nesse sentido, há alguma similitude, mas só nisso. Na época, a sociedade sancionou o impeachment, Collor não reagiu e os partidos tinham condição de operar a transição. Não vejo a mesma coisa hoje.

### **A crise joga o PMDB para o PSDB?**

Não para o PSDB, mas para a oposição. O PMDB já está na oposição e com razão. Que ministérios eles têm? Qual o peso deles? Não tem.

O PMDB não participa da negociação política, das decisões do governo.

### **O senador Aloysio Nunes fala em "deterioração controlada" nos próximos quatro anos. Se as ruas são movidas pelas redes sociais e faltam lideranças políticas, quem pode controlar o quê?**

O PSDB está digerindo a crise, tentando entender até onde vai ela. O que ele quis dizer é que não haverá uma ruptura, as coisas vão ficando mais desengonçadas, mas se mantêm.

### **Quatro anos não é muito?**

É uma possibilidade. Nós já vimos outras fases assim, quando os governos vão cozinhando o galo em fogo brando. A novidade é que a sociedade está mais inquieta, mais ativa. Se os partidos e os líderes políticos não responderem, eles perdem força. Um desafio para todos nós.

### **Na redemocratização, no Collor, nos momentos graves, havia grandes líderes no Congresso, na sociedade, no empresariado, na Igreja, na área militar. E hoje?**

Esse ponto é muito importante. A crise hoje não é só dos partidos, é mais ampla. Você tem dificuldade até de diálogo com a sociedade. Um exemplo. No passado, você tinha cardeais que sabia o nome, conhecia pessoalmente, como o d. Paulo. Até hoje, você fala e todo mundo sabe quem são. Agora, não. E isso vale para a OAB, ABI. A UNE virou departamento de um partido. Mesmo na área empresarial, não vejo quem são as lideranças com quem você possa dialogar num momento como este.

Nunca me neguei a discutir uma pauta. Agora, essa discussão não pode ser um conchavo, tem que ser uma discussão sobre como melhorar a situação política, econômica e social.

## **No Congresso, não é pior? Os presidentes da Câmara e do Senado estão sendo investigados.**

Bem, até que esses dois atuam e, no próprio PSDB, raramente nós tivemos uma bancada de senadores tão poderosa. Só não sei no que vai dar tudo isso da Lava Jato. E tem uma coisa: a circunstância é que faz as lideranças. O desafio é tão grande que vai empurrar as lideranças, senão para controlar a onda, porque às vezes é impossível, pelo menos surfar nela.

### **A inclusão do senador Anastasia enfraquece o PSDB?**

Ele foi posto lá para isso.

### **Por quem, presidente?**

Ora, quem? O responsável final é o procurador. A acusação é vaga, parece história da carochinha. Se encontrarem, vale aquilo: errou, pagou. Mas acho que não vai chegar a isso.

### **Qual a viabilidade de conversas entre o sr. e o ex-presidente Lula e de um pacto PT-PSDB?**

Qual seria o significado de um encontro meu com o presidente Lula? Ele tem que, primeiro, pacificar lá a situação do partido dele. E qual é a pauta? Nunca me neguei a discutir uma pauta. Agora, essa discussão não pode ser um conchavo, tem que ser uma discussão sobre como melhorar a situação política, econômica e social. Quais são os itens? Dá para convergir? Não dá? Mas a visão do presidente Lula não é essa, ele quer o contrário, quer acusar. Ele quer dizer quem são os bons, quem são os maus. Ele é o bom, nós somos os maus. Então, é quase impossível. Não há como dialogar com quem não quer dialogar.

### **E a convocação que ele fez ao "exército do Stédile"?**

É uma retórica preocupante, porque quem foi presidente da República não tem o direito de brincar com questões sérias. Convocar para a briga e menosprezar inclusive o Exército, porque citou um outro exército, é indesculpável. Todo mundo está vendo o que está acontecendo aqui. Um descalabro.

### **A crise pode dividir o Brasil como na Venezuela?**

Espero que não e espero que aqui não seja meio a meio. Se o Lula insistir na divisão, ele vai ficar com 20%

## **Pedir paciência é muito pouco**

Luiz Araujo - Brasília

<http://rluizaraujo.blogspot.com.br/2015/03/pedir-paciencia-e-muito-pouco.html>

Confesso que não assisti o pronunciamento da presidenta Dilma (estava preparando minhas aulas da UnB), mas ouvi o pannelo feito pela classe média do meu bairro. Li atentamente o pronunciamento e apresento algumas reflexões.

O pronunciamento foi uma tentativa de sair do “comer político” em que o governo se encontra. Foi construído para dialogar com os segmentos sociais que continuam aprovando o governo e evitar uma perda ainda maior de densidade. O alvo não foi a classe média revoltada e que votou no Aécio, mas certamente foram os setores mais pobres.

A presidenta, entretanto, perdeu uma bela oportunidade de anunciar mudanças de rumo em seu segundo mandato, que breve em termos de dias, parece um governo bastante envelhecido e sem rumo. O eixo foi a explicação do inexplicável, ou seja, justificar que defendeu um rumo no segundo turno da campanha e está fazendo outra coisa após a vitória apertada que teve.



Em primeiro lugar, não é verdade que não era possível prever que a crise iria durar tanto tempo. A presidenta disse que “**não havia como prever que a crise internacional duraria tanto**”. **Não é verdade e o governo disse várias vezes** que havíamos passado incólumes pela crise mundial, fato vendido como grande mérito do segundo mandato de Lula e primeiro de Dilma. É verdade que temos algo sazonal (crise climática), mas essa também poderia ter sido evitado ou pelo menos minimizada nos seus efeitos. E mesmo admitindo a gravidade da crise, a presidenta continuou querendo enrolar o povo, dizendo que “**passamos por problemas conjunturais, mas nossos fundamentos continuam sólidos**”.

Em segundo lugar, não é verdade que os efeitos da crise estão sendo divididos igualmente, quando fala de “**sacrifícios temporários para todos**”. Os ajustes fiscais atingem de forma mais violenta os mais pobres, justamente os que não possuem meios para proteger seus recursos dos ataques governamentais. Os grandes empresários sempre conseguem se defender, mas aqueles que vivem do trabalho possuem poucos meios para isso. E existem setores diretamente beneficiados pelo ajuste, basta ver a situação dos bancos e dos credores de nossa dívida pública.

Em terceiro lugar, Dilma afirmou que “**nosso povo está protegido naquilo que é mais importante: sua capacidade de produzir, ganhar sua renda e de proteger sua família**”. É óbvio que isso também não é verdade. O aumento das tarifas públicas e dos serviços impacta os preços dos produtos e aumenta os gastos mensais das famílias brasileiras. A

paralisia na economia torna mais difícil a correção dos salários dos trabalhadores e os cortes orçamentários afetam a expansão e a qualidade dos serviços públicos. Soa falso afirmar que fazendo os pacotes de austeridade o governo está “**protegendo de forma especial as classes trabalhadoras, as classes médias e os setores mais vulneráveis**”.

Em quarto lugar, em um dos pontos mais sensíveis das críticas ao seu governo, que é o escândalo da Petrobrás, a presidenta foi genérica, como se nada tivesse a ver com a forma de se governar, com as alianças, com o acobertamento do toma-lá-dá-cá vigente na política brasileira. Verdade que a corrupção não começou com o PT (não podemos ser injustos com os governos anteriores, inclusive dos “éticos” tucanos), mas se esperava que a “faxina” anunciada no início do seu primeiro mandato tivesse surtido algum efeito.

Apenas disse que está sendo **aplicada “duramente a mão da justiça contra os corruptos”**. Mas quem são os corruptos? O que o governo (que está há doze anos no poder) fez para desmontar os esquemas? E, sabendo dos mesmos, que providências estruturais decidiu tomar?

E, não menos importante do que os itens acima comentados, a presidenta, numa atitude claramente defensiva, reconheceu que o povo “**tem todo direito de se irritar e de se preocupar**”, mas pediu “**paciência e compreensão porque esta situação é passageira**”. E foi além, pediu para o povo brasileiro que confie “**na condução deste processo pelo governo e pelo Congresso**”.

Existe um clima de insatisfação contra o governo. De um lado, temos o rescaldo da polarização eleitoral, de um voto anti-petista de classe média, o que poderia apenas em parte o pannelo que ocorreu durante o pronunciamento presidencial. Porém, seria absurdo achar que os “irritados e preocupados” se resumem aos que ficaram frustrados com o resultado da eleição. As medidas econômicas do governo, todas tomadas após as eleições e contraditórias com o discurso eleitoral, afetam diretamente a vida das pessoas.

Por que o povo brasileiro deveria ter “paciência e compreensão”? Nada indica que a situação seja passageira, nada indica que o governo desta vez esteja falando a verdade, nada indica que os salários serão protegidos, nada indica que a corrupção será combatida e expurgada do modus operandi governamental. E pedir para confiar na condução do governo é algo temerário, sem falar de que confiar no Congresso, dias após a divulgação

da pequena lista de parlamentares envolvidos no escândalo da Petrobrás, foi uma péssima ideia.

É claro que diante de um sentimento conservador, somados a um governo perdido e fazendo maldades, a direita tenha muita capacidade de capitalizar a insatisfação. O pannelo restrito aos bairros de classe média indica que o governo ainda tem apoio de parcela da população. Porém, o que esta parcela recebeu da presidenta para que continuasse a apoiá-la? Um pedido de paciência, uma promessa de que a crise é passageira e uma afirmação mentirosa de que seu bolso será protegido. É pouco para sair do “corner”, é pouco para evitar o crescimento da direita.

Mudanças de rumo à esquerda são necessárias, mas ficou evidente de que somente uma forte e vigorosa pressão social pode derrotar o pacote de maldades e exigir novo caminho do governo. Convocar ato em favor do governo é o pior serviço que os movimentos sociais podem fazer para que a direita não tome a dianteira e exija o impeachment da presidenta. Tais atos somente teriam credibilidade se o governo estivesse claramente fazendo uma opção por proteger os mais desfavorecidos no combate à crise, o que não é o caso. Os grandes estão protegidos, mas querem mais, querem um governo fraco e dependente de seus interesses, cada vez mais.

## **BUARQUE : 'Falar de impeachment não é golpismo'**

Ex-filiado ao PT, Cristovam Buarque afirma que a sigla perdeu o vigor e se acomodou com a chegada ao poder: 'Age como se bastasse dar Bolsa Família'

<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/falar-de-impeachment-nao-e-golpismo>

Por: Marcela Mattos, de Brasília 09/03/2015

[Compartilhe no Facebook](#)

[Compartilhe no Twitter](#)

[Compartilhe no Google+](#)

[Enviar por e-mail](#) Ver

comentários (0)





Cristovam Buarque: 'A presidente tem de construir pontes, o que parece que ela não gosta de fazer. Ela tem de reconhecer os erros'(Pedro França/Agência Senado/VEJA)

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), de 71 anos, é um dos políticos mais experientes do Congresso Nacional. Está há 13 anos no Senado, período só interrompido para atuar como ministro da Educação no início do governo Lula. Ex-governador do Distrito Federal e candidato à Presidência da República em 2006, Cristovam já presenciou uma série de turbulências políticas ao longo dos anos. Mas anda espantado nos últimos tempos: "A sensação é de que a presidente não lidera mais". Em entrevista ao site de VEJA, o senador repetiu o discurso que irritou a bancada petista nas últimas semanas: "Corre-se o risco de ingovernabilidade. Aí o *impeachment* termina sendo uma coisa natural".

**Como o senhor analisa a relação da presidente Dilma com o**

**Congresso?** Sempre houve turbulência, mas o nível atual tem uma gravidade profunda. É a sensação de que a presidente não lidera mais. Ao não liderar, ela não está controlando. Por exemplo: o Lula tem de intervir de vez em quando e falar com o PT, a Dilma tem de dar pito no ministro da Fazenda. Eu creio que um dos grandes problemas da presidente hoje é que ela tem um ministro que não gosta, mas que não pode demitir. O Joaquim Levy não parece ter o perfil que ela gostaria, mas, como ela não pode demitir, fica evidenciado que perdeu a liderança. E isso é o que caracteriza seu novo mandato.

**Esse descontrole já estava anunciado antes da reeleição?** Sim, e por isso eu votei no Aécio Neves. As pessoas não entendiam por que eu, que sempre estive próximo

à ala da esquerda, votei no PSDB. O PT não tem propostas transformadoras da sociedade. Mas os partidos ficaram todos iguais e, de repente, votei em alguém que estava do outro lado. Votei no Aécio porque era o novo. A democracia cria a cada quatro anos a lua de mel entre o dirigente e o povo. Mas a Dilma já chegou sem lua de mel. Começa um casamento velho em que jogou muito dinheiro e cometeu infidelidade, já que disse uma coisa e agora faz outra. O melhor seria a novidade. Ela permitiria mudar os quadros dirigentes e colocaria as esquerdas na oposição para voltar a ter projetos e sonhos. Não se consegue sonhar nos sofás dos palácios. Você se acomoda, se acostuma, fica preso naquele momento. Eu saí do PT quando o partido perdeu o vigor transformador e se acomodou. Age como se não precisasse fazer mudanças sociais - basta dar Bolsa Família. Qual foi a transformação social do PT? O PT tem coisas ótimas, mas transformação social não tem. Hoje, 52 milhões de pessoas não passam fome. Mas isso não é transformação. Isso é uma coisa assistencial. Transformação seria se o ensino tivesse sido modificado, e não foi.

**E qual a consequência disso?** O povo está falando no *impeachment*. Tem direito de falar e não é golpismo, está na Constituição. Mas a proposta de *impeachment* não é boa. Pedagogicamente, o eleitor perde a convicção da importância do seu voto. Passa no inconsciente de que se não der certo, tira. Quando isso acontece ao longo da história da República uma ou duas vezes, tudo bem. Mas a gente só teve até aqui quatro presidentes eleitos. E para cada um se falou em *impeachment*, do Collor até a Dilma. É muito enfraquecedor, uma democracia doente.

**LEIA MAIS:**

[Acuada, Dilma tenta amenizar crise e fala em '3º turno'](#)

[Protestos preocupam e Mercadante critica 'radicalismo'](#)

['Brasileiros sabem com quem estão irritados', diz Aécio](#)

[Enquanto Dilma nega realidade na TV, Brasil protesta](#)

**Nesse cenário de insatisfação, qual seria a alternativa?** É melhor encontrar uma solução. E eu considero urgente a união das pessoas que nesse país têm responsabilidade para a construção de uma agenda. Nessa agenda é necessário ter um ajuste, mas tem de ter transparência sobre o que vai acontecer depois. A presidente tem de fazer o que se faz em qualquer casamento: se foi pega na infidelidade, tem de enfrentar o assunto, pedir desculpas e dizer que errou. Mas tem de apontar uma solução e acertar. A presidente agora tem de construir pontes, o que, parece, ela não gosta de fazer. Ela tem de reconhecer os erros. Os militares foram mais sensíveis que a Dilma quando perceberam que um modelo estava se esgotando e começaram a dialogar com forças de oposição. A Dilma, que é de esquerda e democrática, não está reconhecendo o esgotamento de um modelo e procurar as forças que pensam diferente, que são críticas.

**Mas qual a garantia de que a presidente vai cumprir as promessas?** Se ela não fizer isso, corre-se o risco de ingovernabilidade. Aí o impeachment termina sendo uma coisa natural. Em relação à economia, eu estou de acordo com que disse o Armínio [Fraga, ex presidente do Banco Central]: 'Nós estamos no caminho para um colapso'. Então se a gente tem um colapso na economia e na política, e o social sobrevive do assistencialismo - o que dá uma certa tranquilidade, porque o povo não desce das favelas -, então virá uma ingovernabilidade.

**Durante as manifestações de junho de 2013, a presidente Dilma foi a público anunciar cinco pactos nacionais - mas nada saiu do papel.** A Dilma ir à televisão e fazer promessas não tem mais credibilidade. Só faz sentido o que eu proponho, que é a construção de uma agenda, se houver um consenso, inclusive, entre as forças de oposição. A Dilma anunciou o pacto após os protestos do mesmo jeito que no dia 1º de janeiro, ao assumir o mandato, anunciou o slogan 'Pátria Educadora'. E dois meses depois cortou dinheiro da educação. É uma certa esquizofrenia. A presidente ora fala como manda o ventríloquo João Santana, ora fala - ou deveria falar - como o ventríloquo Joaquim Levy. As pessoas não sabem em quem acreditar. E aqui dentro, no Congresso, também não encontram em quem acreditar. Por isso, quando falo no *impeachment*, falo que não é a hora - mas pode ficar inevitável.

**Depois de lançar o lema 'Pátria educadora', a presidente cortou verbas para a educação. O que o senhor achou do corte?** Mesmo que o corte tenha sido generalizado, o da educação foi o maior. Dilma tinha de ter evitado isso. Educação não era a prioridade dela? Ela tinha que tirar dinheiro de outros cantos.

**Há alguma boa proposta do governo para a educação?** Não estou vendo. Fui conversar com o ministro Cid Gomes recentemente. Ele tem uma boa proposta, que é melhorar a gestão nas escolas. Agora, a propaganda diz para ouvir o povo sobre como melhorar essa gestão. Mas não precisa mais ouvir ninguém. A gente sabe como fazer: é necessário formar bons gestores, com diploma. Mas não há nada além disso e também não há o interesse em nenhuma ideia que demore mais de dois anos para ser feita. Educação, para de fato transformar, demora mais de vinte anos. Para melhorar, basta pintar a escola, aumentar um pouco o salário dos professores. Mas, para dar um salto, é necessário ter uma nova carreira de professor. Nem adianta dar o salto com os mesmos professores que estão aí. Tem de melhorar a qualidade dos professores, a maneira que eles são selecionados, e melhorar o salário para atrair melhores quadros.

**O senhor já foi filiado ao PT, foi ministro da Educação no governo Lula, e agora, mesmo na base aliada, faz críticas ao partido. O que sobrou do Partido dos Trabalhadores?** Eu até costumo dizer, quando recebo críticas de petistas, que não fui eu que mudei de partido. Foi o partido que se mudou de mim. Perdeu o vigor transformador e além disso começou a aparelhar o estado. E caiu em um

processo de corrupção. A minha saída foi motivada pela perda do vigor transformador e pela acomodação.

### **Mas o senhor não cogitou migrar para a Rede, partido de Marina**

**Silva?** Não, nunca. Eu votei nela no primeiro turno, mas isso é diferente de apoiar. Apoiar é quando vai para a rua e para a campanha. No caso da Marina, só fui em um comício porque foi aqui em Brasília e o senador Rodrigo Rollemberg estava junto. Mas o projeto da Rede nunca me seduziu como partido. Eu não o vejo com características de partido. Vejo algo quase religioso, o lado espiritual é mais forte do que o político. Quando a Marina ia criar a Rede, ela me chamou para conversar e eu disse que a gente já tem partidos demais, mas precisa mudar por dentro. Por isso que eu defendo uma moratória partidária: em seis meses, nenhum partido existir mais e a gente recria tudo.

**Com mais um escândalo no país, o senhor avalia que a corrupção tem cura?** Existem dois pontos: um é a chamada propina. Acho que isso é restrito ao partido que estiver no governo. Agora, contribuição de campanha é algo generalizado, porque vem de pessoas jurídicas. E, nesse cenário, o setor mais dinâmico são as empreiteiras. A minha campanha teve a contribuição dessas empresas. Não é ilegal, mas a partir de agora está sendo suspeito. Por isso que tem que acabar com o financiamento de empresas. Mas, por outro lado, eu também sou contra o fundo público de campanha. Acho que cada partido deve se virar para conseguir dinheiro com seus apoiadores e militantes.

## **SOLIDARIEDAE QUER 1 MILHÃO DE ASSINATURAS PARA IMPEACHMENT**

Para compartilhar esse conteúdo, por favor utilize o link <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1602111-solidariedade-quer-apoio-de-1-mi-para-apresentar-pedido-de-impeachment.shtml?cmpid=%22facefolha%22> ou as ferramentas oferecidas na página. Textos, fotos, artes e vídeos da Folha estão protegidos pela legislação brasileira sobre direito autoral. Não reproduza o conteúdo do jornal em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização da Folhapress (pesquisa@folhapress.com.br). As regras têm como objetivo proteger o investimento que a Folha faz na qualidade de seu jornalismo. Se precisa copiar trecho de texto da Folha para uso privado, por favor logue-se como assinante ou cadastrado.

**Fernando Gabeira - Domingo é dia**

• *Querida ver o espanto do PT quando descobrir que o problema não o choque ricos x pobres*

- O Estado de S. Paulo

Se em três meses de governo Dilma já enfrenta uma crise de credibilidade, com vaias e panelaços, o que imaginar para quatro anos de governo? Em outras palavras: é possível perguntar pela saída num túnel tão longo e agitado?

Se fosse cirurgião político e a crise fosse um corpo humano, minha proposta seria desconectar alguns nervos que entrelaçam economia e política. Isso é quase impossível. Mas não deixa de ser a tarefa correta. Se a crise política continuar interferindo na frágil situação econômica, será mais longo o caminho da retomada, todos sofreremos mais.

O cenário ideal seria aquele em que o Congresso Nacional discutisse as medidas econômicas de manhã e, ao longo do dia e da noite, quebrasse o pau em torno da política, sobretudo da corrupção. Esse idealismo esbarra em obstáculos intransponíveis, como a divergência entre quem manda no Congresso e quem manda no governo.

Na discussão econômica, não seriam escamoteadas as questões políticas. Estamos cortando os gastos de forma adequada? Quais são as correções necessárias no movimento da tesoura?

Quem apenas torce pela recuperação econômica tem medo de que as teses do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, sejam contestadas e prefere não apontar correções. Mas elas podem enriquecer o estreito caminho.

Os cortes terão de ser feitos por um governo de esquerda, é o que temos no momento. Na Grécia, a esquerda chegou ao poder com um projeto de rever o plano de austeridade. Aqui, ela ainda precisa reverter a ganância. É uma etapa anterior, para a qual está pouco preparada.

Mesmo se conseguirmos isolar, parcialmente, a economia, é impossível acreditar que Dilma iria muito longe. O desgaste cotidiano, acabará reduzindo seu horizonte.

A conjugação das crises política, econômica e social é uma das mais sérias que conheci nos últimos anos. Dilma acha que não, que estamos exagerando.

Ela afirma que o aumento no preço da energia se deve à seca e omite seus equívocos. Ela diz que a Petrobrás foi assaltada, mas não consegue vislumbrar, pelo menos no seu discurso, como se produziu esse assalto.

Dilma não reconhece as mentiras da campanha. E acredita que as pessoas vão esquecer-se delas com um pouco de manipulação marqueteira.

O PT não reconhece o direito legítimo de protestar contra o governo. Prefere atacar os que protestam: são ricos, são da classe média, burgueses manipulados pela imprensa golpista.

A tática da negação e do confronto alimenta os protestos. É possível que alguém deles saiba disso. Saber alguma coisa dentro do PT é extremamente perigoso. Seguir a cartilha é mais seguro.

Nesse quadro, não vejo outro caminho a não ser uma crise prolongada. Sem capacidade de autocrítica e conciliação, Dilma marcha para uma rejeição mais ampla nas pesquisas.

A manifestação de domingo, com o tema "Fora Dilma", é uma tentativa de desatar um dos grandes nós da crise: a incapacidade da presidente mais despreparada do período democrático para liderar o processo mais difícil que o Brasil enfrentou nesses 30 anos.

Os teóricos do PT afirmam que a saída de Dilma é um golpe, pois foi eleita para governar até 2018. Nem toda saída é um golpe. Collor, com a ajuda do próprio PT, sofreu impeachment. No período anterior à democratização, Jânio simplesmente renunciou.

Os tucanos rejeitam a tese do impeachment. Não gostam de conflito. Nem os previstos na lei. Argumentam que a sustentação política do governo sofreu um colapso. E mencionam vagamente uma abertura para a sociedade.

Impeachment e renúncia são diferentes de golpe. Intelectuais ligados ao governo têm falado de um ódio contra o PT. De fato, os ânimos se exaltaram. Fala-se de um ódio contra o PT, como se o partido fosse de anjos imaculados. Ninguém analisa o comportamento dos seus quadros no governo ou tenta entender as causas da rejeição.

Segundo alguns deles, o ódio dos ricos existe porque os pobres consomem mais, vão às universidades e viajam de avião. Em outras palavras, a razão do ódio é a nossa virtude solidária.

O máximo que conseguem é isto: circunscrever o processo à oposição ricos e pobres. Se os ricos estão protestando, os pobres deveriam celebrar.

As lentes da ideologia queimam muitos neurônios. Eles supõem que os pobres são ressentidos e darão razão a qualquer governo ao qual os ricos se oponham.

São incapazes de reconhecer a importância do ajuste econômico e apresentar, dentro dele, um viés que realmente atenuie o impacto negativo nos setores menos favorecidos. Um programa de cortes teria mais credibilidade se envolvesse alguns gastos do governo, passando pela publicidade, pelas viagens irracionais, pela demissão em massa dos companheiros agregados à máquina do Estado.



Dilma não tem condições de enfrentar a crise. Os intelectuais perderam-se na defesa do governo, foram atropelados, como tantos na História, pelo fascínio da chapa branca.

Não há dentro do PT a energia suficiente para pensar uma saída. Apenas reflexos defensivos, baseados nos instintos mais básicos da esquerda autoritária. Essa estrutura mental, que projeta nos outros a causa do próprio fracasso, é um dos pontos que me deixam pessimista em torno de um diálogo quando a crise for sentida como insuportável.

O PT acredita que está sofrendo uma conspiração dos ricos e da classe média. Mas poucos movimentos na História fizeram tantos líderes ricos e elevaram tantos militantes à classe média.

O problema do momento não é o choque de ricos contra pobres. Gostaria de ver seu espanto quando descobrirem isso. Ou, pelo menos, constatarem que existem milhões de ricos no Brasil.

Domingo ainda não vai revelar tudo. Mas será uma espécie de passagem de ano, um réveillon político de 2015.

-----  
\*Fernando Gabeira é jornalista

## **Silêncio se faz para ouvir**

14 de março de 2015

Marina Silva = <http://marinasilva.org.br/silencio-se-faz-para-ouvir/>

•  
•  
•  
• [Imprimir](#)

Muita gente andou falando ou escrevendo a respeito do meu silêncio, alguns até em tom de cobrança ou censura, como se eu estivesse me esquivando da responsabilidade de dar opinião sobre o atual momento da política brasileira.

Como disse Mark Twain, “os boatos a respeito da minha morte estavam um pouco exagerados”. Não andei tão calada assim, basta ver que em minhas páginas na internet tratei das questões mais importantes da vida brasileira, como a crise hídrica, a retomada dos ataques aos direitos indígenas e, é claro, as investigações da corrupção na Petrobrás. Também divulguei, em várias mensagens, minhas observações sobre a disparidade entre a propaganda da presidente reeleita e os atos reais de seu governo, que chamei de “[desmandamentos](#)”. Não foi, portanto, um silêncio muito silencioso.

Se me ative às páginas da internet, especialmente nas redes sociais, deixando de lado as entrevistas e artigos na chamada “grande mídia”, é porque preferi não seguir a pauta convencional, onde o bate-boca pós-eleitoral e as versões da guerra partidária continuavam acirrados. Como já disse, a polarização não é apenas uma disputa entre dois lados, é uma cultura, um modelo mental que domina a política e a comunicação, algo difícil de desfazer.

O respeito à democracia nos ensina a dar um prazo inicial a todo governo eleito, para que diga a que veio. Sinto que isso vale também quando o escolhido – ou guiado pelas estrelas – recebe da sociedade a cômoda ou incômoda tarefa de suceder a si mesmo.

Desde 2010 venho alertando para a incompatibilidade entre dois fenômenos políticos contemporâneos, uma contradição que nos empurrava para o abismo onde hoje caímos: de um lado, o avanço social, político, econômico e cultural de uma significativa parcela da sociedade, que se esforça para deixar a passiva posição de espectadora e intenta ser protagonista no desenvolvimento do país; de outro lado, o enorme atraso na política, a lentidão e até o retrocesso na qualidade das instituições e na representação. Repeti incontáveis vezes: o atraso político é a maior ameaça ao que conquistamos a duras penas – Democracia, Estabilidade Econômica e Inclusão Social.

Esse atraso nos fez estacionar em um sistema político que degrada os processos sociais de diversas maneiras, entre as quais destaco três.

Primeiro, afasta os verdadeiros agentes de transformação das dinâmicas econômica e política, retira-os de todos os centros reais de decisão e os coloca

no lugar de meros espectadores no processo político. Empresários ou trabalhadores, estudantes ou cientistas, comunidades ou movimentos, todos são “avassalados” ou meramente excluídos, só os políticos profissionais podem participar de uma espécie de república dos operadores.

Segundo, cria uma governança sem qualquer compromisso com a execução de um programa, compondo o governo e configurando sua base de sustentação no Congresso através do loteamento de pedaços gerenciais e financeiros do Estado. A gestão dos assuntos públicos é entregue a uma teia de esquemas que atravessa instituições e órgãos públicos, empresas e bancadas parlamentares, um amontoado de nichos e feudos onde se faz qualquer negócio em qualquer setor: saúde, educação, segurança e especialmente as grandes obras, tudo vira objeto de troca. A ocupação dos cargos obedece a duas modalidades, com ou sem “porteira”, seja fixa ou giratória, como dizem os que participam das negociações.

Terceiro, assenta-se numa lógica partidária que abandona o debate em torno de idéias e programas pelo embate para ganhar ou manter o poder. E esclareço: trata-se do poder pelo poder, que independe daquilo que se faz, se pensa ou se diz, pois todas as idéias se reduzem a peças de marketing e toda ação tem sentido tático de destruir adversários numa disputa que não tem fim nem finalidade para o que de fato importa, os reais interesses do país.

Esse sistema se reproduz e se protege. Basta ver as sucessivas “reformas” políticas, arrumações nas leis eleitorais ou regras para impedir a criação de novas formas de organização e participação política. A cada ano criam-se e aperfeiçoam-se mecanismos para manter o domínio das oligarquias, a hegemonia dos grandes partidos e o financiamento de suas campanhas.

Por tudo isso é que falei em 2010 e repeti em 2014, ao lado de Eduardo Campos: é imprescindível e urgente um realinhamento político, com base em uma agenda estratégica que dê conta dos principais desafios do país, capaz de manter e institucionalizar conquistas, corrigir erros e assumir os novos e grandes desafios desse século.

Propus que esse realinhamento aposentasse a Velha República, que permaneceu incrustada no Estado brasileiro mesmo nos governos do PSDB e do PT, dificultando os avanços que estes promoveram – sempre reconheci – nas áreas econômica e social. Para sustentarem-se nessa Velha República, como já disse

FHC, esses novos partidos da democracia brasileira disputaram o posto de líderes do atraso.

Só uma República renovada seria capaz de juntar os fundamentos dos avanços já obtidos, o processo democrático, o tripé da estabilidade macroeconômica e os programas de inclusão social e acrescentar a eles um novo objetivo inadiável, a sustentabilidade socioambiental. Assim, através de um Novo Pacto, o Brasil evitaria o retrocesso e a perda de suas conquistas, superaria o atraso político e atualizaria seu ambiente institucional para enfrentar as crises e rigores deste tempo em que o mundo é sacudido pelas mudanças climáticas e pela crise econômica e social, uma verdadeira crise da civilização.

Não foi por acaso que busquei Eduardo Campos quando o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) negou registro à Rede Sustentabilidade. Éramos duas figuras que, até aquela época, em função das posturas políticas que tínhamos e de nossas trajetórias de vida, nos imaginávamos como pontes entre os legados do PSDB e do PT, até mesmo pela atitude de respeito que sempre cultivamos por seus líderes maiores, Lula e FHC.

Não foi por acaso que propusemos um programa para a grave crise que já se alastrava, falando das medidas duras a serem tomadas, mostrando a verdade da crise econômica, política e social, mesmo correndo o risco de sermos atacados com virulência, como ocorreu, sobretudo comigo, após a trágica morte de Eduardo.

Não foi apenas o marketing selvagem, amplificado pelas técnicas do boato e da calúnia em cada cidade ou vila do país, operando uma destruição na “imagem” de um adversário político. Foi uma contração de todo o sistema político, incluindo suas ramificações nos meios de comunicação e organizações da sociedade, na tentativa de trancar do lado de fora qualquer novo projeto de identidade política para o Brasil, qualquer proposta de mudança e de futuro que não fosse a mera repetição do que já existe.

Nada de realinhamento das forças políticas para fazer a transição e aposentar a Velha República. Nada de manter as conquistas, corrigir os erros e encarar os novos desafios. Nada de nova governança baseada em um programa de governo e agenda estratégica, nada dessa história de reunir os melhores de todos os partidos. Nada de fim da reeleição, pela qual os mandatários se dedicam mais a conseguir outro mandato do que servir ao país. O sistema desconhece e joga fora a possibilidade de evolução e quer continuar sendo assim como é, uma

máquina de vencer eleições, uma couraça, uma repetição neurótica de palavras vazias, um embate de “nós” contra “eles”, uma reafirmação de quem manda.

Qual o resultado de uma campanha assim? O que acontece com quem “ganha” dessa forma? E o que acontece com os eleitores, a sociedade, o país?

Estamos, agora, diante das respostas. O agravamento de todos os sintomas da crise já é visível. A insatisfação da população vai da desesperança ao desespero. A mudança na equipe econômica parece ser insuficiente para dar ao governo a credibilidade necessária à condução da economia. A imagem da situação social é a dos tanques na rua, na Favela da Maré. A enchente gigantesca no Norte e a seca rigorosa no Sudeste denunciam a irresponsabilidade com a agenda ambiental e a falta de planejamento na produção de energia e no saneamento. E a corrupção revela-se generalizada como um câncer que se espalhou por todos os órgãos. Quantos minutos na televisão serão necessários para fazer as pessoas voltarem a acreditar no mundo cor-de-rosa que os “pessimistas” queriam destruir?

Muita gente vai para as ruas protestar. Há uma campanha pedindo o impeachment da presidente que foi eleita há poucos meses. Compreendo a indignação e a revolta, mas não acredito que essa seja a solução. Talvez o resultado não seja o pretendido retorno à ordem, mas um aprofundamento do caos. Quando o Congresso depôs Fernando Collor, assumiu o vice-presidente Itamar Franco, que formou um governo aglutinando várias forças políticas incluindo a parcela do PT que acompanhou Luíza Erundina. Em sua gestão, que tinha FHC como Ministro da Fazenda, começou o Plano Real e a hiperinflação foi finalmente debelada. Mas hoje quem domina as instituições são as parcelas do PMDB mais envolvidas com as práticas e métodos que estão na gênese da crise.

As principais lideranças políticas de todos os partidos têm agido com cautela e senso de responsabilidade com o país. O PT, é claro, quer salvar o governo. Em parte da oposição predomina a lógica partidária e o desejo de “sangrar” o governo e enfraquecê-lo para as próximas eleições. Mas há os que compreendem a gravidade de uma crise institucional, os riscos de aventuras autoritárias – de esquerda ou de direita –, a quebra da economia, a violência descontrolada, enfim, um cenário totalmente indesejável. O governo é ruim, mas temos a responsabilidade de manter não a ele, mas a democracia.

O impeachment seria uma punição ao PT, sem dúvida. Uma resposta no mesmo padrão criado pelo partido quando estava na oposição: gritar “fora” a qualquer governo (Sarney, Collor, Itamar, FHC e incontáveis governos estaduais), com ou sem provas de corrupção, pela simples avaliação ideológica de que eram governos impopulares ou contrários aos interesses dos trabalhadores. Talvez até uma parcela dos que votaram em Dilma em outubro ou até mesmo que fizeram parte dos núcleos ocultos de sua campanha estejam agora alimentando a idéia de afastá-la para ganhar o poder por outros meios. Por isso, é bom lembrar que, às vezes, a maior punição àqueles que ultrapassam limites éticos para alcançar seus objetivos não seja interditar-lhes o objeto almejado, mas retirar-lhes as regalias e deixá-los com a responsabilidade de dar conta do que prometeram.

Essa é uma questão que será decidida no coração do povo, num nível profundo em que a tosca propaganda e os gritos de guerra da direita e da esquerda não penetram. Só os que fazem silêncio e ficam atentos conseguem ouvir o que diz esse coração.

A questão política é: existe alguma possibilidade de navegar na crise estabelecendo, na prática, uma nova governança no país? Creio que é muito difícil. Mas talvez seja possível estabelecer alguns pontos de contato entre os agentes reais dos processos políticos, econômicos e sociais, com base na dura realidade dos fatos. A percepção de que estamos à beira de um abismo que chama outros abismos, como bem adverte o ensinamento bíblico, nos remete à responsabilidade de abrir novos caminhos e maneiras de caminhar. Afinal, se todos estamos no mesmo barco de um país em profunda crise, devemos estabelecer diálogos e projetos comuns em que governos estaduais e municipais, organizações da sociedade, cientistas, empresários, movimentos sociais, comunidades, todos se sintam dispostos a contribuir até que se consiga alcançar um realinhamento político que dê novas bases de sustentação ao país.

Se não é possível ter uma agenda governamental, podemos ter acordos setoriais e regionais em diversos temas. Mais uma vez, escolho os que me parecem centrais.

Primeiro, seria necessário ter sério compromisso com a transição para uma economia de baixo carbono. Mas é possível começar com as urgências da crise ambiental que já mostra seu potencial de destruir a economia urbana ou rural. Não adianta reconstruir a casa da mesma forma e no mesmo lugar em que foi

derrubada pela chuva. Agricultura, indústria, obras de infra-estrutura, todos já estão ameaçados pela crise. Eis a oportunidade de mudar os métodos de produção e consumo. Os planos de contingência e os comitês de gestão da crise hídrica já seriam um bom começo.

Segundo, aperfeiçoar os programas e mecanismos de inclusão social. Programas de transferência de renda não podem ser tratados como política de um governo ou um favor que será cobrado a cada eleição. É necessário institucionalizar, colocar na lei: toda família em situação de extrema pobreza tem o direito de recorrer ao Estado e receber ajuda enquanto for necessário. Cabe ao Estado providenciar meios, como financiamento e formação técnica, para que ocorra uma inclusão produtiva, ou seja, a pobreza seja superada com educação e trabalho.

Terceiro, recuperação dos fundamentos macro e microeconômicos em um ciclo estrutural e não puramente eleitoral. Aqui, a sociedade e os governos locais podem fazer algo, mas é responsabilidade do governo federal recuperar a credibilidade do país e o ambiente para o investimento produtivo.

Mas o mais urgente, o sinal mais claro de um enfrentamento direto da crise é o combate à corrupção, que hoje está espalhada em todos os níveis da economia e da política. É preciso manter uma opinião pública exigente e capaz de apoiar a autonomia dos órgãos de investigação, justiça, fiscalização e controle. A liberdade de imprensa é condição essencial e deve ser defendida sem hesitação.

Não podemos ser tolerantes com “acordos de leniência” que livrem corruptos ou corruptores de suas responsabilidades a pretexto de proteger as empresas. O Estado deve apenas dar condições legais para que os setores da economia afetados pela corrupção se reestruturem. Empresas podem fechar ou se reinventarem, as leis é que não podem ser mudadas para salvar a pele de quem quer que seja. Num mercado aberto, não se exige apenas “menor preço” para contratar uma obra, mas também a concorrência leal, com regras para proteger o interesse público, o meio ambiente e a população, com mecanismos de controle e total transparência.

Na área ambiental, o Ministério Público tem estabelecido, em diversas ocasiões, os Termos de Ajustamento de Conduta, que estabelecem prazos e metas, procedimentos e regras, começando pela imediata interrupção das práticas danosas. Esse é o enfoque correto para manter as obras e serviços, mas limpando a sujeira e desarmando os esquemas de corrupção.



Quem pode levar adiante acordos e pactos em torno dessas diretrizes? Creio que cada um tem uma parcela de poder e governabilidade. Tenho visto, em todo o Brasil, exemplos emocionantes de iniciativas de pessoas, comunidades, movimentos sociais, organizações civis, prefeituras e governos estaduais e também em alguns órgãos do governo federal. Não existe só corrupção e maldade no mundo, temos que manter a esperança.

Enfim, tenho muitas dúvidas e algumas propostas. Não me iludo, sei que estamos ainda no início dos problemas e o mais provável é que a situação do país se agrave nos próximos meses. Mas insisto que devemos ter uma agenda que possa gerar novos compromissos, uma posição – sem alinhamento automático com governos ou oposições – a favor do Brasil. Política é serviço e devemos contribuir para que tudo melhore.

A melhor energia para essa melhora é e sempre será a manifestação da sociedade, pacífica mas indignada, contra tudo que ameaça a honra de seu passado, a dignidade de seu presente e a esperança de seu futuro. Das ruas vem sempre o alerta: acima dos interesses dos partidos e grupos que almejam o poder estão os interesses do país e os que querem sinceramente servi-lo não devem desperdiçar a oportunidade de mudar, antes de serem por elas mudados.

## **Luta de classes não explica déficits de liderança e coordenação política**

### **MARCO AURÉLIO NOGUEIRA**

14 Março 2015 | <http://politica.estadao.com.br/blogs/marco-aurelio-noqueira/luta-de-classes-nao-explica-deficits-de-lideranca-e-coordenacao-politica/>

Convidado de honra nos atos que ontem e anteontem encheram as ruas para defender a Petrobras, o governo Dilma e a reforma política, João Pedro Stedile, principal liderança do MST, esteve com a língua afiadíssima. Mais atacou os adversários do governo do que defendeu Dilma. Contra a Presidente, aliás, foi particularmente duro.

Ontem, no Rio, foi de rara agressividade: “Dona Dilma, se tem coragem, saia do Palácio e vem aqui prá rua para ouvir o que o povo quer de mudança”. Ele acredita que a Presidente deve suspender a política econômica de ajuste porque ela fere direitos trabalhistas e beneficia os bancos. Além do mais, acha que o ministro Joaquim Levy é um “infiltrado” do mercado no governo petista e não deveria continuar. E mandou um recado arrogante e provocador: “Estamos dizendo para a burguesia: não se atrevam a falar em golpe”, pois o MST irá “engraxar as botas para voltar a ocupar as ruas do Brasil”.

Atos em praça pública são momentos de agitação, não de análise ou reflexão. Muitos descontos devem ser dados a Stedile por causa disso. Seus tropeços teóricos e seu entusiasmo político talvez sejam corrigidos em ambientes mais serenos e reflexivos. Mas não deixam de chamar atenção, como exemplo de uma analítica que parece crescer, hoje, nos ambientes governistas e petistas, a complicar um pouco mais o quadro e a dificultar o encaminhamento de soluções democráticas para a crise que está aí.

Na sexta-feira, em Porto Alegre, Stedile foi veemente: “o que temos hoje é só o começo do jogo da luta de classes, porque democracia se faz nas ruas”.

Os governistas estão convencidos de que os problemas do governo Dilma derivam de um aguçamento da luta de classes: são o resultado do reaparecimento da direita na política brasileira, uma espécie de vingança dos ricos e da burguesia contra um governo reformador e popular. Dilma estaria cercada por inimigos do reformismo social, gente que se moveria por ódio e ressentimento, instigada por uma mídia categoricamente golpista. Nada escapa deste quadro: qualquer crítica ou manifestação, qualquer atitude ou palavra que não se submeta ao manual de procedimentos do governo teriam de ser sumariamente desconsideradas e combatidas como materialização de um “terceiro turno” antidemocrático.

Como marxista que é, Stedile deveria saber que o “jogo da luta de classes” não tem começo e fim: é parte da estrutura da vida e da história. Pode ter picos de aquecimento e outros de arrefecimento, mas está sempre ativado. Os bons partidos e os bons políticos trabalham para traduzir a luta de classes — os conflitos sociais, as contradições, as tensões — em matéria-prima e combustível para transformações substantivas na vida, no Estado, na política, na economia. Não podem ser indiferentes a este jogo, mas também não devem ser arrastados por ele nem muito menos atuar para produzir rupturas dramáticas, ao menos enquanto não houver a devida correlação favorável de forças.

Sabem, também, que a democracia se faz nas ruas, mas não somente nelas. A participação das massas é vital e deve ser buscada de forma permanente. As pessoas que foram às ruas para aplaudir o governo ontem valem tanto quanto as que saírem de casa para criticá-lo amanhã. Se fizerem isso de modo pacífico e com senso cívico elevado, todos ganharão.

Mas o que ocorre fora das ruas pesa tanto quanto e em muitos aspectos chega mesmo a ser mais importante. Qualquer reducionismo, aqui, empobrece de tal modo a democracia que termina por convertê-la em seu contrário.

O foco principal da construção democrática — da defesa e do fortalecimento da democracia — está no debate público, no circuito cultural, na educação, nas escolas, nas instituições políticas. Somente cidadãos esclarecidos podem valorizar a democracia e se dispor a protegê-la, estejam eles organizados em partidos ou não. Posicionamentos democráticos são maiores do que a defesa de interesses localizados, implicam incorporação de valores, respeito a procedimentos e disposição dialógica, o que nem sempre surge espontaneamente das ruas. Precisam de locais e instâncias onde possam ser processados e organizados numa agenda acordada minimamente entre os diferentes protagonistas. Se não for assim, as ruas podem produzir guerra e violência, não soluções democráticas

Além disso, as ruas nem sempre ajudam: se estiverem mal direcionadas, por exemplo, podem atacar a democracia ou ficarem expostas à ação sibilina de gente que nada tem de democrática, ou ainda se converterem em manifestações que acobertam atos governamentais condenáveis, terminando por defender o que vai contra a democracia. Atos de massa precederam a queda de muitos governos progressistas no mundo ou forneceram alimentos para a ação de golpistas antidemocráticos.

Tudo isso é sabido, mas nem sempre é considerado pelo essencialismo de esquerda que converte a luta de classes em um princípio de agitação e justificativa, não num critério de análise política.

A crise atual, como qualquer outra crise, tem a ver seguramente com luta de classes: condensa as contradições que atravessam hoje a sociedade brasileira. Tal reconhecimento ajuda decisivamente a que se componha o quadro para além da superficialidade. Deveríamos partir daí para compreender a crise e tentar resolvê-la. Isto, porém, não significa que o governo Dilma seja uma vítima das contradições sociais, até mesmo porque é parte ativa do jogo: colhe o que plantou nos últimos 12 anos. Se a sociedade está hoje dividida entre os que são contra e os que são a favor do governo é porque o governo petista, no correr das últimas décadas, também trabalhou para isso e não soube, digamos assim, organizar a luta de classes para ajudá-lo a governar e a mudar o País. Ele e os demais protagonistas da luta política que se trava no Brasil, os outros partidos. É importante que se diga isso: ninguém mostrou virtude suficiente para impulsionar a sociedade no rumo da autonomia e do ativismo político democrático.

Falhas de planejamento, falta de clareza projetual, decisões equivocadas e déficits de liderança política não podem ser atribuídos aos desejos ocultos ou manifestos da “burguesia” contra os trabalhadores. Serão sempre, hoje ou amanhã, limites subjetivos.

## **CNBB pede diálogo: 'Estado de Direito foi conquistado com luta'**

'Qualquer resposta que atenda ao mercado e aos interesses partidários antes que às necessidade do povo, especialmente dos mais pobres, nega a ética e desvia-se do caminho da justiça", diz a entidade

por Redação RBA publicado 13/03/2015 14:53, última modificação 13/03/2015 15:03

<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2015/03/cnbb-pede-dialogo-estado-de-direito-foi-conquistado-com-luta-4275.html>



São Paulo – A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao mesmo tempo em que defendeu as manifestações, fez um apelo para que sociedade e instituições busquem o diálogo, "que supera os radicalismos e impede o ódio e a divisão". Em nota, a entidade identifica uma situação crítica no país, "que, negada ou mal administrada, poderá enfraquecer o Estado Democrático de Direito, conquistado com muita luta e sofrimento".

É uma situação que requer medidas urgentes, mas voltada para os setores mais vulneráveis da população. E as cobranças devem ser feitas dentro da normalidade, acrescenta a CNBB. "Qualquer resposta, no entanto, que atenda ao mercado e aos interesses partidários antes que às necessidades do povo, especialmente dos mais pobres, nega a ética e desvia-se do caminho da justiça. Cobrar essa resposta é direito da população, desde que se preserve a ordem democrática e se respeitem as instituições da comunidade política."

A CNBB pede "rigorosa apuração dos fatos e responsabilização", referindo-se às denúncias de corrupção na gestão do patrimônio público. "Enquanto a moralidade pública for olhada com desprezo ou considerada empecilho à busca do poder e do dinheiro, estaremos longe de uma solução para a crise vivida no Brasil", afirma. "A solução passa também pelo fim do fisiologismo político que alimenta a cobiça insaciável de agentes públicos, comprometidos sobretudo com interesses privados", acrescenta, pedindo uma reforma política "que renove em suas entranhas o sistema em vigor e reorienta a política para sua missão originária de serviço ao bem comum".

A entidade observa que manifestações são "comuns em épocas de crise" e um direito democrático que deve ser garantido pelo Estado. "O que se espera é que sejam pacíficas", acrescenta. "Nesta hora delicada e exigente, a CNBB conclama as instituições e a sociedade brasileira ao diálogo que supera os radicalismos e impede o ódio e a divisão. Na livre manifestação do pensamento, no respeito ao pluralismo e às legítimas diferenças, orientado pela verdade e pela justiça, este momento poderá contribuir para a paz social e o fortalecimento das instituições democráticas."

A nota é assinada pelo presidente da CNBB, dom Raymundo Damasceno Assis (arcebispo de Aparecida, SP), o vice, dom José Belisário da Silva (arcebispo de São Luís), e o secretário-geral, dom Leonardo Ulrich Steiner (bispo auxiliar de Brasília).

## **Qual é a crise política brasileira hoje?**

William Nozaki\* março 18, 2015 / 395 views

### **Instabilidade e crise**

Na última semana dois grandes conjuntos de manifestações ocuparam as ruas e as redes em diversas cidades do país. De um lado, vozes de apoio crítico ao governo Dilma, de outro lado, brados de oposição e repulsa contra a presidenta e o PT. Não resta dúvidas de que o Executivo precisa se movimentar rapidamente para refazer suas relações com os outros dois poderes da República e para retomar um diálogo mais estreito com a sociedade, apresentando uma agenda que dê conta de interagir com as novas demandas, expectativas e desejos expressos pelos diversos atores sociais. No entanto, dificuldades de duas ordens – conjunturais e estruturais – tem obstruído esse caminho.

Do ponto de vista conjuntural, esse primeiro trimestre tem sido marcado por sucessivos deslizes na construção da identidade do governo e pela dificuldade da presidenta Dilma em disputar e publicizar uma narrativa para o seu projeto de país. A composição ministerial ao absorver figuras como Joaquim Levy, Kátia Abreu e Gilberto Kassab deixou margem para impressões de construção de

um governo contraditório; a morosidade na decisão sobre a substituição de Graça Foster na Petrobrás, somada aos vazamentos seletivos da Operação Lava Jato, impactaram negativamente o balanço da empresa e a imagem do poder decisório do Planalto; o anúncio do ajuste fiscal recessivo sem envolver uma pactuação mais ampla com empresariado e trabalhadores instaurou o clima de insegurança e austericídio; a derrota para Eduardo Cunha na disputa da presidência da Câmara, combinada às negociações malfadadas com o PMDB, trouxeram para dentro da base aliada a turbulência geral; tudo isso combinado ao lançamento de um lema de governo bastante vago, “Pátria Educadora”, e ao silêncio de dois meses da presidenta que evitou o diálogo com a imprensa.

Não podemos admitir, no entanto, a explicação fácil de que esse planetário de problemas é culpa simplesmente da inabilidade política da figura individual da presidenta, o quadro é bem mais complexo e parece explicitar os limites do próprio sistema político-econômico e de representação.

(i) A distribuição de ministérios na Esplanada está fatalmente sujeita às negociações em nome da governabilidade sem a qual, concordemos ou não, não se governa nos marcos da democracia representativa existente hoje, tal constatação só reforça a necessidade de realização de uma ampla reforma política;

(ii) De modo análogo, diante do cenário de crise internacional e de desequilíbrio das contas públicas, a necessidade de um ajuste fiscal se impôs de maneira inequívoca, é bem verdade que o grau de contracionismo das medidas assim como sua maior incidência sobre os trabalhadores do que sobre os mais abastados precisam ser contestados, mas, uma vez mais, isso só reforça a necessidade de implementação de uma reforma tributária mais ampla;

(iii) Por fim, os desvios de recursos da Petrobrás revelam um problema crônico do Brasil: a corrupção sistêmica como parte constitutiva do patrimonialismo que permeia o Estado, por meio de licitações contestáveis empresários corruptores açambarcam recursos públicos a fim de repassar verbas para o financiamento privado de políticos corruptos, tamanho descaramento precisa ser enfrentado com um enérgico pacote de combate à corrupção.

Há que se notar uma perversidade ainda maior, existe uma espécie de ciclo vicioso atando os três problemas levantados acima: o avanço do crescimento econômico com inclusão exige uma reforma

tributária e a taxaço do andar de cima da pirâmide social, mas como taxar os recursos de uma camada composta por banqueiros, empreiteiros e acumuladores em geral que são justamente os responsáveis pelo financiamento das campanhas eleitorais? Ou, por outra, a recuperaço do desgaste das instituições de poder exige uma reforma política que renove a relaço entre o Estado e a sociedade, mas como rever a representaço e ampliar a participaço se os responsáveis por aprovar tais medidas são, muitas vezes, justamente os que ascenderam ao poder por meio de relaço problemáticas com o capital?

Os conservadores pragmáticos se resignam diante dos problemas impostos pela governabilidade e dessa forma acabam justificando a perpetuaço do fisiologismo; os esquerdistas idílicos repetem o mantra da ruptura radical e tem muito compromisso teórico, mas nenhum compromisso prático, com as conquistas realizadas pela sociedade brasileira nas últimas décadas. Nos dois casos o que se revela é um preocupante desapego com o aperfeiçoamento e a republicanizaço da nossa democracia.

### **Representaço e governabilidade**

Nesse sentido, é importante reconhecer, o governo tentou ainda que de forma fracassada realizar uma disputa no parlamento pela presidência da Câmara, mas se viu enredado em uma situaço complexa, dessas em que se tem que escolher entre o pior e o ruim. O pior seria apoiar Eduardo Cunha e aderir, sem resistências, ao padrão de patrimonialismo e conservadorismo que ele representa. O ruim seria ensaiar um esboço de resistência com um candidato próprio, ainda que com chances mínimas de vitória.

Entre a acusaço de conservador passivo e derrotado ativo o governo optou pela segunda. Vale registrar, essa decisào – pouco maquiavélica, mas republicana – explicitou o conflito no interior da base aliada entre PT e PMDB. Entendidas as coisas nesses termos, os impasses de Dilma são os impasses do sistema político brasileiro, mais ainda: parte dos insucessos do governo são exatamente porque, ainda que de forma desastrada, ele tentou enfrentar o tradicionalismo pemedebista, como, aliás, tem desejado parte da populaço. E se enfrentou optando não pela via da ruptura com o PMDB, mas sim pela disputa institucional da Câmara, é porque, premido pelas contradieço da governabilidade, uma vez mais fez a opço pela disputa nos marcos da institucionalidade democrática.

A não compreensão sobre esse caminho joga água no preocupante avanço do conservadorismo e do autoritarismo. Na história do Brasil, não são raros os episódios em que os setores regressistas responderam às derrotas nas urnas com seus três instrumentos clássicos: o judiciário, as polícias e a grande imprensa.

### **Conservadorismo e autoritarismo**

Como é sabido desde 2014, o parlamento eleito no Brasil é composto pelo maior número de legisladores milionários da nossa história republicana, no processo eleitoral que foi o mais custoso de nossa série democrática, resultando na eleição do maior número de empresários, bispos e pastores, militares e policiais, o resultado disso é o travamento das agendas progressistas, de defesa da igualdade e promoção das liberdades, e a ampliação de uma pauta regressista, em menos de 60 dias a bancada da família cristã, defensora dos bons modos e costumes, desengavetou e colocou em tramitação projetos de lei como o dia do orgulho hétero; a punição contra a heterofobia; o veto à adoção de crianças por casais homoafetivos; o impedimento do aborto mesmo nos casos já previstos por lei; a bolsa estupro. Ao que tudo indica os representantes do patriarcado elegeram as mulheres e o público LGBT como seus primeiros inimigos.

O poder judiciário também não parece desfrutar da lisura e da pompa manifesta pelos rituais da toga, haja vista a proposital morosidade de Gilmar Mendes em avaliar o projeto que propõe o fim do financiamento privado-empresarial de campanha, para não mencionar os inúmeros casos que diariamente surgem de juízes desferindo suas “carteiradas” históricas ou ostentando pequenos poderes como no caso do magistrado que, além de desviar recursos dos cofres públicos, achou por bem desfilas com um dos carros do seu réu Eike Batista.

Do mesmo modo, as forças policiais conclamadas sob o pretexto da segurança pública instauram o medo promovendo o encarceramento seletivo e a violência sistemática, sobretudo, contra jovens, negros moradores das periferias das grandes cidades do país, não são poucos os casos de criminalização arbitrária, abordagem excessiva e chacinas bárbaras.

Por fim, o caso do partidarismo e da parcialidade da grande imprensa é latente: capas de revistas semanais e manchetes de jornais de circulação nacional fazem mais panfletagens



atemorizantes do que coberturas jornalísticas que de fato informem. Uma passada de olhos pelo noticiário evidencia o imenso descompasso entre o número exponencialmente grande de matérias que atacam o governo quando comparado àquelas em muito menor quantidade que informam agendas possivelmente positivas. O silêncio na cobertura do escândalo internacional conhecido como SwissLeaks revela o corporativismo da nossa grande imprensa, fosse ela realmente comprometida com o combate à corrupção teria noticiado amplamente as crimes de desvio de recursos, sonegação fiscal e evasão de divisas cometidos pelos abastados brasileiros com polpudas contas em bancos suíços. É possível acreditar que alguma dessas instituições tem um compromisso sério com a democracia?

### **Democracia como Mais-Democracia**

Os desafios para o próximo período não são miúdos, não há tempo para análises simplistas e respostas fáceis, o caminho para o futuro precisa ser construído pelo conjunto da sociedade brasileira em um grande pacto e com um amplo diálogo, o que só pode ser feito nos marcos de defesa e ampliação da democracia, sendo assim qualquer ameaça de impeachment ou pedido de volta à ditadura precisa ser recusado com veemência. Nesse quadro complexo, crivado por contradições, o próprio governo instituído é que se tem apresentado como o maior fiador da nossa democracia, por isso ele pode ser criticado, mas ele deve ser defendido. Os problemas da democracia só se resolvem com mais democracia.

**\* – *William Nozaki é professor de economia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).***

### **Brasil: sonhos e pesadelos em 2015**

Publicado em 25/03/2015 | <http://blogdaboitempo.com.br/2015/03/25/brasil-sonhos-e-pesadelos-em-2015/>

**Flavio Aguiar**



## JIANGO CANDIDATO: DESAFIO AO POVO CARIOCA

**Mensagem de amigos**

A Tribuna Imprensa que cresceu e se desenvolveu graças à vossa colaboração, e sempre a vós dirigiu, como nos seus dias de maior prosperidade, a Tribuna da Imprensa, se encontra agora em situação de profunda crise e necessita da vossa colaboração para sobreviver. É por isso que vos pedimos a vossa colaboração para que possamos continuar a publicar a Tribuna da Imprensa, e assim manter a vossa colaboração e a vossa voz em defesa da liberdade de expressão e da democracia.

**Cartão**

15 de Novembro de 1954

**EDIÇÃO FINAL**

# SOMOS UM POVO HONRADO GOVERNADO POR LADRÕES

Milhares de pessoas em Nova República e outras manifestações em favor da Aliança Popular Democrática contra o golpe e a corrupção. — Carlos Lacerda pede participação dos brasileiros na eleição da Assembleia Nacional — Campanha democrática espalha no Estado de São Paulo a esperança de renovação — Trufo denuncia a situação do Brasil.



### doêlo de Lacerda a Vargas:

**RENUNCIE À PRESIDÊNCIA PARA SALVAR A REPÚBLICA**



**CUMPRINDO SUA PROMESSA: 'SÓ MORTO S...**  
**GETULIO VARGAS**  
**SÓ MORTO SAIREI DO CAETE!**  
**LIO**  
**IAS**



[Manchetes da Tribuna]

[da imprensa em 1954, pouco antes do suicídio de Getúlio Vargas]

Por Flávio Aguiar.

Caras leitoras, caros leitores

Após incursão ao Brasil, diante das circunstâncias, faço breve pausa em minhas crônicas sobre o mundo da cozinha e, embora falando ainda de panelas, introduzo esta variação:

\* \* \*

Ora – direis – ouvir panelas! Certo  
 Ficaste louco. E eu vos direi, no entanto,  
 Que muitas vezes paro, boquiaberto,  
 Para escutá-las páldo de espanto!  
 Direis agora: – Mas meu louco amigo,  
 Que poderão dizer umas panelas?  
 O que é que dizem quando estão contigo  
 E que sentido têm as frases delas?  
 E direi mais: – Isso quanto ao sentido,  
 Só quem tem fome pode ter ouvido  
 Capaz de ouvir e entender panelaas.  
 Aparício Torelly, Barão de Itararé, 1926.

Em visita ao Brasil neste março, pude observar de perto, a partir de São Paulo, as manifestações dos dias 13 e 15, além dos panelaços, buzinaços, palavrões e outras demonstrações similares.

Tenho lido muitas interpretações a respeito, algumas aproximando a situação atual à de março de 1964. Uma das fontes de tal aproximação é a quase coincidência de datas entre a manifestação conservadora de 15 de março deste ano e a Marcha com Deus pela Família e pela Liberdade, em 19 de março de 1964. Também pude ler comentários apocalípticos sobre o fim do governo Dilma (alguns desesperados, outros céticos e ainda outros esperançosos), as possibilidades de um golpe militar, o fim do ciclo petista no Brasil e até sobre o fim do ciclo das esquerdas na América Latina, tanto em observações reservadas quanto abertas na mídia nacional e na internacional.

Entretanto uma coincidência feliz me despertou para a possibilidade de outra comparação histórica relevante, da qual se pode retirar alguma lição para o presente e talvez o futuro. Durante a estada li o terceiro volume da excelente biografia de Vargas escrita por Lira Neto (*Getúlio, 1945 – 1954: da volta pela consagração popular ao suicídio*. São Paulo: Cia das Letras, 2014). Esta leitura, somada a outras do passado, mais recordações pessoais daquele momento, me convenceu da pertinência de comparar 2014/2015 com 1950/1954.

### **Uma eleição difícil.**

A aparente facilidade com que Getúlio venceu seu principal oponente em 1950, o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, por uma diferença de mais de um milhão e meio de votos (então significativa), não deve ocultar as dificuldades da vitória, que rimam, de certo modo, com a apertada decisão de 2015, com uma diferença de apenas 3,5 milhões de votos num universo total de mais de 120 milhões de eleitores.

O caminho de Getúlio até a candidatura foi tortuoso, cheio de negações, desconversas e só resolvida no final com o concurso do governador de S. Paulo, Ademar de Barros, e seu PSP, o que levou a uma coligação informal (as eleições de presidente e vice eram separadas), ainda que efetiva, com o obtuso Café Filho, suspeito de esquerdismo, mas na verdade já um político conservador.

Getúlio obteve quase 3,85 milhões de votos, contra 2,34 do Brigadeiro, quase 1,7 de Cristiano Machado, o candidato do PSD e oficial do governo Dutra e 9.500 votos do socialista João Mangabeira. Houve ainda 211,5 mil votos em branco e 145,5 mil nulos. Feitas as contas, isto significava que Vargas não obtivera a maioria absoluta, o que provocou uma reação imediata da oposição, liderada pela UDN, pedindo a anulação do pleito, apesar de não haver exigência constitucional a respeito. O pedido foi negado na justiça, mas sinalizou a força da famosa declaração de Carlos Lacerda a respeito de Getúlio: este não deveria ser candidato, se candidato, não deveria se eleger, se eleito, não deveria ser empossado e se empossado, não deveria governar, sendo, no limite, derrubado por alguma “revolução”, termo que no Brasil de então e ainda no de hoje designa simplesmente um levante armado.

As oposições de hoje, as das ruas, das panelas e buzinas, as midiáticas (também ativas em 1950) e a parlamentar, demonstraram ter belicosidade semelhante em relação à presidenta Dilma Rousseff, consubstanciada logo de saída pelo pedido de recontagem dos votos e auditoria da eleição, baseado na pequena diferença no segundo turno. Do mesmo modo como em 50, o pedido não progrediu na justiça, mas ficou a marca da disposição intolerante e antidemocrática, não aceitando o resultado das urnas.

### **O Congresso, o governo e outras circunstâncias.**

Como em 2015, ao tomar posse em 1951, Getúlio se viu às voltas com um Congresso hostil, em que seu partido, o PTB, ainda relativamente pequeno e desorganizado, era minoritário, dependendo o governo de alianças e conchavos para poder governar. Se Dilma Rousseff chamou para o governo políticos e economistas considerados conservadores, Getúlio se viu na contingência de chamar para seu ministério figuras da oposição, até da UDN. Inicialmente entregou o Ministério do Trabalho a um empresário seguramente hostil às leis trabalhistas que foram promulgadas anteriormente. Só depois é que o entregaria a João Goulart, o que provocou enorme reação por parte da direita.

Tais composições de governo desagradaram a gregos e troianos – em termos da época, petebistas e comunistas (nesta altura os anarquistas já eram história) – no movimento sindical. Depois da nomeação de João Goulart, as bases trabalhistas se acalmaram, mas as comunistas continuaram hostis ao governo, transformando manifestações a seu alcance em protestos hostis a Vargas.

A economia patinava, a inflação subia, em 1953 eclodiu uma das maiores greves da história brasileira, a dos 300 mil em São Paulo. Para completar este quadro assustador, os investimentos escasseavam. No plano interno, a burguesia brasileira olhava com desconfiança o que considerava ser a “esquerdização” pessoal do presidente (em que pese a nomeação de seus ministérios conservadores), retraindo investimentos. No externo, inicialmente Vargas conseguiu contornar a preferência dos

EUA pelos investimentos na Europa, no Plano Marshall, em época de Guerra Fria, acertando-se com o presidente Truman. Entretanto a eleição do republicano Eisenhower levou ao não cumprimento dos acordos feitos por seu antecessor, secando as fontes externas de investimento. Por seu lado, a Europa ainda estava prostrada pela ressaca da Segunda Guerra. Em suma, o aperto era semelhante ao enfrentado pelo governo brasileiro hoje: bloqueio interno, recessão e arrocho externos, ainda que as razões possam ser outras, tudo isso aliado a uma economia lenta e a uma relativa alta da inflação, ainda que nem de longe ela se compare a séries históricas anteriores.

### **Os insultos, as acusações e os agravos**

O comportamento da mídia dominante então não diferia em nada daquele da velha mídia de hoje. Na campanha de desestabilização do governo apresentavam-se a corrupção e o mandonismo – em qualquer de suas manifestações – como tendo origem exclusivamente no governo e na família Vargas. O quadro é semelhante ao de hoje, onde a esta mídia martela a impressão de que a corrupção foi fundada pelo PT, ou pelo menos, a de que este partido a levou a níveis nunca antes navegados na história brasileira.

Os insultos hoje ouvidos nas manifestações conservadoras – atestados mais de machismo e de falta de educação de quem os têm lançado – pelo menos desde o episódio do Itaquerao, tinham na década de 50 seu equivalente no calão político difundido na mídia conservadora, de “ladrão” para baixo. Também houve vaias de corpo presente. A certa altura, depois de prolongada ausência de aparições em público devido a fraturas decorrentes de uma queda no Palácio, Getúlio decidiu fazer sua *rentrée* no Grande Prêmio Brasil, no Jockey Clube do Rio de Janeiro. A “*élite*” presente, do alto de seus casacos e estolas de pele, além de casacas em pleno calor carioca, o recebeu com sonora vaia, além de insultos, como hoje, pois já hostilizava seus acenos de aumento no salário mínimo, concretizado este em 1954, com um reajuste de 100%.

Esta política de valorização do salário mínimo foi um dos estopins do famoso ou famigerado Manifesto dos Coronéis. Dizia este, iracundo, entre outras coisas, que com estes aumentos do mínimo logo “um operário estaria ganhando tanto quanto um graduado”. Explique-se algo a este respeito. Diz-se de Vargas que ele “trouxo” a classe operária urbana para o cenário político brasileiro. Mas deve-se creditar a suas políticas a partir de 1930 também a emergência de uma classe média – mais ou menos organizada e desorganizada – no país, coisa que não havia até então, embora houvesse “setores médios” que não eram nem abastados, nem pobres ou miseráveis, como grande parte dos então chamados profissionais liberais, como médicos, advogados, engenheiros e parte do funcionalismo público.

Dentre a classe média emergente, o estamento militar despontava, por sua coesão, seu espírito corporativo e também por sua relevância política num clima polarizado de pós-Segunda Guerra e Guerra Fria. Deste modo não surpreendia que o Manifesto dos Coronéis desse voz ao que hoje também transparece nos reclamos de uma “meritocracia” por parte dos que se julgam prejudicados em poder aquisitivo, acesso a serviços baratos e status, pela política de transferência de renda operada pelos governos petistas.

Entre as semelhanças, algumas diferenças, e entre as diferenças, algumas semelhanças.

Além dos fatores ideológicos, a ojeriza da mídia conservadora por Vargas teve duas poderosas razões. A primeira foi, ainda durante o Estado Novo, a extensão dos direitos trabalhistas aos jornalistas. A segunda foi a ajuda à criação da Última Hora, de Samuel Wayner, um jornal que modernizou a imprensa no Brasil e mostrou cabalmente o provincianismo e anacronismo das práticas dos barões assinalados de nossa mídia de então. Aqui há uma diferença gritante entre a situação de Vargas e a dos governos petistas de hoje. Aquele desde sempre compreendeu o valor da mídia, valendo-se do rádio e depois da criação de um jornal favorável ao governo. Já os governos petistas patinaram e ainda patinam neste aspecto. Mostram-se mais prisioneiros do cerco midiático do que Getúlio.

Há ainda outras diferenças importantes: por exemplo, até o momento, pelo menos, a situação e a disposição das Forças Armadas. Não se veem, seja qual for o horizonte para onde se olhem, disposições golpistas nelas de qualquer espécie. Algum golpe, se vier, virá através dos setores do Parlamento ou do Judiciário. Mas nesta diferença, esconde-se uma semelhança. Nos últimos tempos, o “sangramento” (as oposições gostam deste termo, como verbalizou, numa tirada deselegante, o senador Aloysio Nunes, assim como vários líderes da oposição de 50 o usaram em relação a Vargas) do governo teve origem no conluio da ação do juiz Sérgio Moro, no Paraná, de fragmentos selecionados da Operação Lava Jato, e de seus vazamentos também seletivos para a mídia conservadora. Esta “operação conjunta” lembra, *mutatis mutandis*, a também famigerada “República do Galeão”, o inquérito promovido de forma “independente” por oficiais da Aeronáutica em sua base naquele aeroporto, depois do atentado contra Carlos Lacerda e a morte do major Rubens Vaz, num episódio até

hoje não de todo esclarecido. Naquele inquérito também houve um amálgama de procedimentos escusos, que envolveram, segundo denúncias dos acusados, até a prática de tortura, além de negociações que lembram as “delações premiadas” de hoje. Houve então até mesmo uma aplicação ainda que tosca mas igualmente imprópria da “teoria do domínio do fato”: não importando provas, conhecendo ou não as conspirações, a culpa pelo atentado era do presidente. Carlos Lacerda chegou a imprimir um exemplar *fake* de seu jornal, a Tribuna da Imprensa, para ser lido por Gregório Fortunato, então preso incomunicável, “noticiando” que Benjamin Vargas, o irmão caçula de Getúlio, muito ligado àquele, tinha fugido para o Uruguai.

Outra diferença: o clima internacional de Guerra Fria era favorável à deposição de Vargas. Hoje a situação é outra. Pode-se até dizer que ao consenso ortodoxo da União Europeia ou a WallStreet agradasse mais a vitória de Aécio Neves (não a de Marina Silva). Mas daí a dizer que haja preferência por mergulhar o Brasil na incerteza de uma virada golpista, mesmo que através dos devidos mecanismos legais e judiciais, e na conturbação que seguiria, vai uma certa distância.

Outro paralelo interessante está nas intenções governistas, embora os estilos sejam muito diferentes. Apesar dos vaivéns ministeriais, Getúlio criou uma espécie de “Círculo Próximo”, que o alimentava com propostas e ideias sobre a reforma ou criação da infraestrutura brasileira. O efeito mais retumbante desta condição foi a criação da Petrobrás (que, aliás, assim como nos anos 50, está em questão hoje). Porém, além disto, criou-se o BNDES e lançaram-se as bases da Eletrobrás; além disto, “tramou-se” a extensão dos direitos trabalhistas urbanos à zona rural. De forma semelhante, a presidenta Dilma Rousseff, com seu estilo muitas vezes injustamente criticado de “gerentona” (este é o termo desgracioso usado), tem o projeto de atualização da infraestrutura brasileira, dependendo vitalmente de investimentos externos e internos nesta área. Se ela vai conseguir, vejamos. Mas dele depende o relançamento da economia brasileira.

### **Conclusões provisórias**

O intertítulo é paradoxal. Mas corresponde à situação real: é cedo demais para conclusões, mas se não tivermos algumas, poderá ser tarde demais.

A primeira, nem tão provisória, é a de que o governo precisa aprender com a disposição comunicativa de Vargas, em todos os seus aspectos e em suas consequências. Deve ter mais arrojo em favorecer a diversificação da mídia brasileira, seguindo, aliás, recomendação da UNESCO a respeito.

Além disto, pode-se ver, ou ler, na situação, que se a do governo é precária, a das oposições também é. A começar por um fator nada desprezível, que é o de sua composição. Samuel Wayner cunhou o famoso apelido de Lacerda, o Corvo. Mas corvos – pelo menos desde La Fontaine e Poe – têm alguma estatura intelectual. Lacerda era um orador brilhante, um político de formação sólida. As hostes oposicionistas contavam com gente do calibre de Afonso Arinos e Gustavo Corção. O brigadeiro Eduardo Gomes podia não ter brilho, mas era elegante, derrubava corações e provocava suspiros apaixonados. Já hoje... sequer vemos uma geração de corvos na mídia conservadora ou mesmo nas oposições parlamentares e próximas. No máximo lembram micuins, aquela praga de ácaros que prolifera nos arbustos rasteiros e provocam uma coceira infernal. Nos anos 50, a oposição tinha um objetivo unitário: derrubar Getúlio. Hoje a situação é diversa. Há os saudosos do regime ditatorial, os adeptos do impeachment (que também foi tentado, sem sucesso, contra Getúlio), os defensores do já mencionado “sangramento”, os descrentes na política, estamentos de classe média e da burguesia que sonham em vão com a ideia de que “tudo voltará a ser como antes”, isto é, que os aeroportos se esvaziarão como num passe de mágica, que emergentes do povão não terão mais acesso ao ensino superior, que as empregadas domésticas venderão seu trabalho em troca de migalhas e voltarão a usar apenas as entradas de serviço, etc. Em suma, sonham com o pesadelo do impossível retorno. O desenho social do país mudou, e isto sim, ao contrário do regime de 64, é “irreversível”.

Outro fator: nos anos 50, Peron acenava com uma “união aduaneira”, ou “frente comum”, entre Argentina, Brasil e Chile. A proposta, que pode ser considerada um embrião do Mercosul, provocava arrepios nos nossos americanófilos de plantão e também nos militares, convencidos da inevitabilidade da futura guerra entre Brasil e Argentina pela supremacia regional. Hoje a música é outra, embora haja saudosistas que detestem as vinculações sul-sul desenvolvidas pelos últimos governos e que sonhem com nossa reintegração subalterna à ordem da falimentar Europa e às incertezas da política norte-americana. Apesar de seus problemas, o Mercosul é uma realidade, bem como o protagonismo internacional do Brasil, e não há como voltar atrás nisto.

Por fim, uma última observação. Certo dia, no metrô de S. Paulo, ouvi a seguinte observação, de um executivo para outro:

“ – O problema, meu caro, é que não há provas contra *ela*. E *ela* também não vai renunciar”.

“É verdade”, pensei. Também pensei: “mas não havia provas contra Getúlio em 54, e ele se recusou a renunciar”. Mas a seguir considerei que, talvez para desespero daqueles executivos, a presidenta Dilma não parece nem um pouco disposta a qualquer tipo de suicídio, nem mesmo algum simbólico, do ponto de vista político.

\*\*\*

**Flávio Aguiar** nasceu em Porto Alegre (RS), em 1947, e reside atualmente na Alemanha, onde atua como correspondente para publicações brasileiras. Pesquisador e professor de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, tem mais de trinta livros de crítica literária, ficção e poesia publicados. Ganhou por três vezes o prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro, sendo um deles com o romance *Anita* (1999), publicado pela Boitempo Editorial. Também pela Boitempo, publicou a coletânea de textos que tematizam a escola e o aprendizado, *A escola e a letra* (2009), finalista do Prêmio Jabuti, *Crônicas do mundo ao revés* (2011) e o mais novo *A Bíblia segundo Beliel*. Colabora com o **Blog da Boitempo** quinzenalmente, às quintas-feiras.

## Com pior aprovação desde 1999, Dilma busca apoio do Nordeste

Nova pesquisa confirma cenário de pessimismo no Brasil: 64,8% reprovam o Governo

**Ayres Britto: “Os pressupostos do impeachment de Dilma não estão presentes”**

MARINA NOVAES São Paulo 23 MAR 2015 - 17:20 BRT

[HTTP://BRASIL.ELPAIS.COM/BRASIL/2015/03/23/POLITICA/1427139722\\_295724.HTML](http://BRASIL.ELPAIS.COM/BRASIL/2015/03/23/POLITICA/1427139722_295724.HTML)



Dilma em evento em Brasília no dia 18. / EVARISTO SA (AFP)

Pesquisa divulgada nesta segunda-feira pela [Confederação Nacional do Transporte](#) (CNT), realizada pelo Instituto MDA, confirmou [pessimismo dos brasileiros em relação ao Governo](#) e o [crítico momento](#) que a presidenta Dilma Rousseff enfrenta. A exemplo do que o Datafolha já havia antecipado na semana passada, o levantamento do CNT apontou que 64,8% dos entrevistados reprovam o Governo – o cenário é ainda pior quando considerado o desempenho pessoal de Rousseff: 77,7% a desaprovam. A pesquisa traz ainda outra má notícia para o Planalto: para 68,9% dos entrevistados, Dilma é culpada pelo esquema de [corrupção na Petrobras](#) e 59,7% aprovam o [impeachment da mandatária](#) do Brasil.

Em meio à pior crise de popularidade enfrentada pela presidenta, Dilma confirmou uma reunião, para a próxima quarta-feira em Brasília, com os nove governadores do Nordeste. No encontro, que vem sendo



articulado pelo governador da Paraíba, Ricardo Coutinho (PSB), ela deve ouvir uma série de reivindicações dos Estados, que querem principalmente a liberação de mais recursos de Brasília para obras, sobretudo de combate à seca no semiárido. Na prática, porém, a reunião é vista como uma tentativa do Governo de estancar *osangramento* de Rousseff na região, [tradicional reduto petista](#) e que teve peso decisivo para a eleição da petista em 2010 e 2014, mas onde a presidenta também tem visto sua popularidade despencar nas últimas semanas.

68,9% consideram Dilma culpada pela corrupção na Petrobras

“Os governadores do Nordeste pediram uma audiência para ajudar o Brasil a enfrentar o desafio. O Nordeste é uma região que cresce mais do que o país, então é fundamental a presidente ter nesse diálogo a disposição para iniciar um processo de reestruturação, tanto da economia quanto da política”, disse o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), à imprensa regional na semana passada, quando foi confirmado o encontro. Os eleitores nordestinos foram decisivos para a vitória da petista. Nos nove Estados da região, Dilma obteve 12 milhões de votos a mais que o então adversário do PSDB, Aécio Neves.

## Pessimismo

Realizada logo após as manifestações dos [dias 13 \(pró-Governo\)](#) e [15 \(contra o Governo\)](#), a sondagem revela um pessimismo do brasileiro como um todo: da situação econômica à conjuntura política e à expectativa em relação aos serviços públicos (saúde, educação, segurança, etc.). A avaliação positiva do Executivo federal é a pior desde 1999 (8%): apenas 10,8% avaliam o Governo como *positivo*, contra 64,8% de *negativo* e 23,6% de *regular*. Já a avaliação do desempenho pessoal de Dilma é a pior já registrada desde o início da série histórica da CNT neste quesito: 18,9% aprovam a presidenta e 77,7% a desaprovam pessoalmente. Neste cenário, 66,9% se dizem descrentes em relação às medidas anunciadas [para conter a crise](#).

### MAIS INFORMAÇÕES

- [Dilma: "Não estamos vivendo uma crise das dimensões que dizem"](#)
- [Dilma tem menos influência que Lula na pauta do Congresso](#)
- ["A corrupção está no Governo, não está no Parlamento", diz Cunha](#)
- [Com aprovação mais baixa desde 1992, Dilma lança pacote anticorrupção](#)
- [Uma multidão protesta contra o Governo](#)
- [Perfil de manifestante, mais rico e anti-PT, é má notícia para Dilma](#)

Outro dado que chama a atenção é a preocupação do brasileiro em relação à situação econômica: 92,8% disseram estar preocupados com a economia. Metade dos ouvidos acha que o Brasil está *parado* em relação à economia, enquanto 38% consideram que está em *retrocesso* e 7,2% acham que está *em desenvolvimento*.

Para 63,9% dos ouvidos, a inflação está alta. E 91,2% disseram que já sentiram os reflexos da inflação no dia a dia.

## Corrupção

Ao todo, 85% dos entrevistados acompanham ou já ouviram falar das denúncias de corrupção na Petrobras e, dentro deste nicho, 68,9% consideram Dilma culpada pelo escândalo que está sendo investigado na estatal – enquanto 67,9% creem que o ex-presidente Lula é culpado.

Ainda neste tema, 75,7% tomaram conhecimento da [lista de políticos investigados pela Operação Lava Jato](#) e, deste total, 90,1% acreditam que os nomes citados estão realmente envolvidos no esquema.



Ao todo, foram ouvidas 2.002 pessoas de 137 municípios de 25 unidades federativas, entre os dias 16 e 19 de março. A margem de erro é 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos, com 95% de nível de confiança.

## Movimento Brasil Livre e o 15 de março: tudo sobre o ato que reivindica o impeachment de Dilma Rousseff

Por [Lucas Berlanza](#) em 05/03/2015

<http://www.institutoliberal.org.br/blog/movimento-brasil-livre-e-o-15-de-marco-tudo-sobre-o-ato-que-reivindica-o-impeachment-de-dilma-rousseff/>



Uma palavra de fazer tremerem os políticos ocupa as rodas de discussão no Brasil como não se via desde 1992: impeachment. A possibilidade de destituir Dilma Rousseff do cargo de presidente da República insuflou os ânimos de muitos brasileiros nos últimos dias. Em boa parte isso se deve ao esforço de um grupo, iniciado sobretudo por jovens, que estará em todo o país, já com adeptos e núcleos em vários estados, no dia 15 de março de 2015, reivindicando que essa possibilidade se converta em realidade. O Movimento Brasil Livre, ou MBL, é um movimento social que sustenta pautas de cunho liberal, e ganhou tal destaque recentemente, que foi mencionado em diversas matérias de periódicos nacionais e internacionais – como a *The Economist*, que faz menção ao grupo “fundado no último ano para promover as respostas do livre mercado para os problemas do país”. Pouco tempo, e o MBL já é notícia, e protagonista de um evento e uma sucessão de manifestações que podem fazer história. Reservamos este espaço no Instituto Liberal para apresentar, nas palavras de representantes do movimento, Renan Haas, Kim Kataguiri e Pedro Mercante Souto, em entrevista concedida esta semana, esclarecimentos sobre os propósitos do MBL e do ato do dia 15 de março, certamente de interesse de nossos leitores.

**Começamos pela origem do MBL. Qual foi o início, de quem foi a ideia original? Como tudo começou?**

Começamos a trabalhar juntos no segundo turno das eleições, não como MBL, apenas como colegas. Decidimos fazer algo para impulsionar a campanha do Aécio. Produzimos um vídeo com o Danilo Gentili mostrando um cenário futurístico em que a Dilma havia ganhado as eleições há quatro anos. O vídeo conseguiu mais de 31 milhões de visualizações, mas mesmo assim a Dilma venceu. Então marcamos a primeira manifestação no dia 1º de novembro, que ocorreu apenas em São Paulo, no MASP. Fomos rotulados de militaristas por causa de uma meia dúzia de pessoas que levantaram bandeiras pedindo intervenção militar, mas, apesar de apanhar bastante da mídia, sempre deixamos bem claro que somos um movimento liberal contra qualquer tipo de ditadura. Para a segunda manifestação decidimos criar um movimento, porque sentimos que o povo estava decidido a ir para a rua e várias pessoas ao redor do país se interessaram pelo que fizemos em São Paulo no dia primeiro. Então, no dia 15, fizemos em mais de 14 cidades pelo país e conseguimos juntar cerca de 10 mil pessoas só no protesto de São Paulo. Daí, o movimento definitivamente tomou forma, estabelecemos coordenadores estaduais pelo país, fizemos mais um protesto e um ato no dia 1º (de janeiro) com aviões por praias de todo o Brasil com os dizeres: “Petrolão: ela sabia”. Depois disso, aproveitando a onda do Movimento Passe Livre, que estava fazendo diversos protestos e havia organizado uma aula pública defendendo o passe livre, organizamos nossa própria aula pública defendendo a desregulamentação do transporte.

**Qual o perfil dos organizadores do movimento no Brasil? Quem são as pessoas que aderiram e como foram se formando os núcleos iniciais fora de São Paulo? Esses primeiros membros foram, em sua maioria, vinculados a algum grupo ou organização?**

Os primeiros membros não eram vinculados a nenhum grupo. Inicialmente organizamos os outros estados com amigos liberais nossos que simpatizaram com a ideia do movimento. Depois, diversas pessoas se interessaram pelo MBL e coordenamos a criação de filiais mantendo contato pela Internet com elas; mas ainda em 2015 pretendemos passar por diversos estados para conhecer todos os coordenadores pessoalmente.

**Em que estados o movimento está mais adiantado? Temos núcleos por todo o Brasil articulando essas movimentações? Ainda há estados em que vocês gostariam de fazer um convite especial para que mais pessoas se juntassem, onde o processo ainda esteja muito no início?**

Os grupos de São Paulo, Rio Grande do Sul, Alagoas, Rio de Janeiro, Brasília, Santa Catarina e Goiás são os mais desenvolvidos. Ainda temos dificuldade em articular o movimento em estados mais “dilmistas” do norte e do nordeste.

**Qual a agenda ideológica básica do MBL? Qual o projeto? Com que Brasil os membros sonham, a que aspiram? A que o MBL quer chegar?**

Não somos simplesmente um movimento anti-PT, como a mídia faz parecer. Temos propostas para um Estado menor, mais liberal. Queremos menos impostos, menos burocracia, privatizações, desregulamentações, queremos que o brasileiro possa trabalhar sem ser escravo do Estado.

**É óbvio que o MBL não tem uma conotação partidária desde que surgiu. É sua intenção permanecer definitivamente assim: um movimento com pautas gerais, para mobilizar o povo brasileiro na luta por um Brasil mais liberal?**

Nunca vamos nos tornar braço de algum partido, mas podemos apoiar parlamentares que sigam a cartilha liberal, independentemente de seu partido.

**Como vocês se sentem diante do que conseguiram até agora? Surpresos com o alcance? A que acham que se deve? Talvez vocês tenham tocado em algo precioso, que o movimento em defesa dos princípios da liberdade começa a arranhar: a possibilidade de chegar até o povo brasileiro desvinculado dessas discussões e fazer disso um debate popular.**

Esperávamos sucesso, mas não tanto. Acreditamos que ele se deve à nossa linguagem, pois, diferentemente de outros movimentos liberais, não nos focamos em debates teóricos, e sim nos meios mais eficientes de passar uma mensagem liberal simples que é aceita por todos os membros. Passamos nossa mensagem de uma maneira muito mais leve, menos professoral e mais popular.

**De que forma o MBL se sustenta e financia? Os financiamentos e recursos obtidos até agora são suficientes para as atividades do movimento? De que maneira as pessoas podem colaborar?**

O MBL se sustenta através de doações. Os recursos arrecadados nunca são suficientes, por isso os próprios organizadores tiram do bolso para financiar as ações. As pessoas podem colaborar doando através do Paypal. Nossa conta está disponível no site: [movimentobrasilivre.org](http://movimentobrasilivre.org).

**No dia 24 de fevereiro, aconteceu uma manifestação organizada pelo PT no prédio da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio, e um grupo de manifestantes convocados pelo MBL local esteve lá. Os veículos de imprensa noticiaram agressões. O que realmente aconteceu?**

A mobilização começou no horário em que tinha sido marcada; de um lado, havia o nosso grupo, o grupo de quem estava contra aquele ato, e do outro o grupo que reunia gente do MST e afins que estavam lá a favor do PT. Logo no início do protesto, abrimos várias faixas e cartazes contra o PT e um grupo de militantes petistas veio arrancá-los das nossas mãos. Assim começou a discussão. O pessoal da militância do PT estava em número muito maior; gerou-se um conflito, houve agressão, o negócio começou a se inflamar por parte do pessoal do PT e o pessoal do MBL saiu.

**Agora, a questão de interesse imediato: 15 de março de 2015. O que é? O que deseja, o que pleiteia, e por quê? Onde vai acontecer? Além do MBL, que outros movimentos e organizações, se os há, estão por trás da articulação?**

Dia 15 é um protesto pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, que está sendo organizado pelo MBL. Outros movimentos participarão como convidados, mas não estão na organização. Vai acontecer em muitas cidades pelo país. A lista oficial está na nossa página no Facebook. **(a lista oficial está também transcrita ao final desta entrevista)**

**Há figuras políticas ou artísticas conhecidas que tenham confirmado presença e manifestado apoio à bandeira do impeachment?**

Marcelo Madureira, Marcel Van Hattem, Paulo Martins, os Bolsonaro; por enquanto, acho que são os confirmados.

**Existe alguma ação publicitária preparada para divulgar o evento? Para aqueles interessados em participar, gostaríamos de algumas informações sobre a organização. Como será a segurança?**

**Alguma instrução especial a fornecer a quem participará?**

Esse foi o único evento com o qual não tivemos de nos preocupar com divulgação. O povo aderiu de uma maneira impressionante. A segurança será garantida pela Polícia Militar. Já acertamos a operação tanto com a PM quanto com a CET e a subprefeitura. Não há nenhuma instrução especial, basta comparecer e exigir o impeachment.

**Em todos os estados, esse acerto está garantido?**

Sim, sem dúvidas.

**Para encerrar, um “desafio”: em poucas palavras, por que Dilma Rousseff deve cair?**

Porque, se destruir um país não é motivo para impeachment, o instrumento do impeachment em si nem deveria existir.

**Cidades onde acontecerão protestos em 15 de março:**

Apucarana – PR – Catedral – 15h

Arapiraca – AL – Praça Marques – 9h30

Belém – PA – Praça da República – 9h30

Belo Horizonte – MG – Praça da Liberdade – 15h

Blumenau – SC – Prefeitura Municipal – 16h

Brasília – DF – Congresso Nacional – 9h30

Campinas – SP – Largo do Rosário – 16h

Caxias do Sul – Praça Dante – 15h

Florianópolis – SC – Ticen – 16h

Fortaleza – CE – Praça Portugal – 10h

Goiânia – GO – Praça Cívica – 14h

Imperatriz – MA – Praça de Fátima – 9h30

João Pessoa – PB – Praça da Independência – 16h

Joinville – Santa Catarina – Praça da Bandeira – 16h

Juiz de Fora – MG – Parque Halfeld – 9h30

Londrina – PR – Concha Acústica – 15h

Maceió – AL – Corredor Vera Arruda – 8h30

Manaus – AM – Av. Eduardo Ribeiro – 9h30

Marabá – PA – Praça Duque de Caxias – 16h

Natal – RN – Midway Mall – 15h

Palmas – TO – Praça dos Girassois – 16h

Porto Alegre – RS – Parque Moinho dos Ventos – 15h

Recife – PE – Praia de Boa Viagem – 9h

Rio de Janeiro – RJ – Copacabana, posto 5 – 9h30

São Lourenço do Sul – RS – Prefeitura Municipal – 14h

São Luís – MA – Av. Litorânea – 9h

São Paulo – SP – MASP – 14H

Sorocaba – SP – Praça do Canhão – 16h

Teresina – PI – Av. Marechal Castelo Branco, Alepi – 16h

Tubarão – SC – Prefeitura Municipal – 16h

Vinhedo – SP – Portal – 15h

Vitória – ES – Praça do Papa – 16h

Sidney – Austrália – Martin Place – 16h

Coluna

**Rodrigo Constantino**

Análises de um liberal sem medo da polêmica

[Assine o Feed RSS](#) | [Saiba o que é](#)

BUSCAR NO BLOG



## Demétrio Magnoli

29/03/2015

### O impeachment silencioso e o PT atropelado

<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/tags/demetrio-magnoli/>



Ninguém pode prever o futuro de forma acurada, pois ele é imprevisível. Mas uma crença começa a ganhar cada vez mais força: a de que dificilmente o Brasil aguenta quase quatro anos nessa situação, com uma presidente sem legitimidade e sem nenhuma capacidade de governar. O estilo de Dilma não combina com as necessidades de mudança à frente, e o estelionato eleitoral não ajuda nada: a presidente não tem moral para propor as mudanças que considerava desnecessárias e ameaçadoras antes.

Sua arrogância faz com que até as críticas óbvias do ministro Joaquim Levy, sobre suas medidas “nem sempre” efetivas, precisem ser suavizadas e justificadas em seguida. Trata-se de uma “líder” artificial, alçada ao poder pelas mãos de seu criador, que se cercou de subalternos medíocres para poder mandar sem contestação. Não está acostumada a ouvir, a admitir erros, a mudar. E conseguiu colocar o PMDB, maior partido de sua base

aliada, como um opositor de fato. Como disse Eduardo Cunha, eles, os peemedebistas, fingem que estão lá no governo.

Diante desse quadro preocupante, em que a economia começa a afundar em maior velocidade e a política expõe a fragilidade da presidente, tudo isso agravado pela quantidade enorme de gente nas ruas protestando, a expectativa de que “algo” irá acontecer só aumenta. Imaginar que essa situação perdure até 2018 fica cada vez mais difícil.

Como [escreveu](#) Demétrio Magnoli na Folha este sábado, a presidente já sofreu uma espécie de “impeachment silencioso”. Dilma é refém do PMDB por um lado, de Joaquim Levy do outro, e ainda precisa acalmar o próprio PT, dividido e em crise cada vez mais aguda pelos escândalos de corrupção. “Já aconteceu um impeachment tácito, informal”, afirma Demétrio. O governo Dilma “chegou ao fim” antes mesmo de começar. O sociólogo conclui:

*No presidencialismo, o chefe de Estado não pode tudo –mas tem o poder de determinar os rumos estratégicos do governo. A legitimidade emanada do voto popular é o ativo intangível que proporciona ao presidente o poder de contrariar interesses entranhados no sistema político. FHC confrontou o conjunto da elite política ao estabelecer a Lei de Responsabilidade Fiscal. No seu primeiro mandato, Lula confrontou o PT ao conservar o tripé da estabilidade macroeconômica herdado de seu antecessor. Capturada na teia da mentira, Dilma perdeu a legitimidade concedida pelos eleitores. Sem o rito da denúncia, processo e julgamento, a presidente sofreu um impeachment silencioso.*

*Assombrado pela figura errante da presidente destituída, o Planalto está entregue ao triângulo de beneficiários do impeachment silencioso, que agem em direções diferentes, sob motivações distintas. O desgoverno não pode perdurar por quatro anos.*

Não pode mesmo. Mas ninguém sabe o que exatamente vai impedir esse destino trágico. Fernando Gabeira, em sua [coluna](#) de hoje no GLOBO, também tratou do assunto, chegando a uma conclusão semelhante:

*A variável mais importante é pouco discutida em Brasília. Dois milhões de pessoas foram às ruas, sem nenhum incidente. A sociedade brasileira ganhou maturidade nas demonstrações e mantém-se vigilante porque sua sorte está em jogo. O agravamento da crise, a dureza do ajuste econômico e a mobilização social podem nos levar a um novo momento. Não ousa descrevê-lo. Sinto apenas que o dilema brasileiro poderá ser esse: fazer um omelete sem quebrar os ovos. Essa tarefa que parece impossível para os estrangeiros não é tão distante assim das soluções históricas no Brasil. Se os culpados pela corrupção na Petrobras forem punidos e chegarmos a um consenso mínimo sobre o ajuste econômico, abre-se a possibilidade de um governo de unidade nacional. O PMDB tem ocupado o lugar do PT. Mas está encalacrado na Operação Lava-Jato. Teria, em caso de sobrevida, a possibilidade de um aceno nacional. O PT, que sempre dividiu o país entre pobres e ricos, brancos e negros, reacionários e progressistas, não tem chance de tentar esse caminho.*

*O momento é verde-amarelo. Sem nenhum juízo de valor sobre símbolos históricos, quem o confundiu com o vermelho cometeu um erro decisivo. O Estado não é um partido, uma política externa não pode refletir a cabeça da minoria, os direitos humanos não englobam apenas os escolhidos. Quando desenharam uma estrela no jardim do Palácio e tiveram que removê-la, deveriam ter compreendido que é insuportável viver num país que tem dono, seja ele um partido ou um demagogo.*

*Não se conhecem os protagonistas do futuro. Mas já se sabe quem será atropelado por ele.*

Aqui há um bom resumo da coisa: “algo” terá de acontecer, mas o consenso aponta para um alvo certo dessa mudança, que é o PT. O partido precisa ser duramente atingido para que o Brasil tenha alguma chance de sucesso. Se a saída será o impeachment (ainda pouco provável), uma renúncia da presidente (menos provável ainda), isso ninguém sabe. Mas não dá para ficar quatro anos remando contra a correnteza desse jeito, com uma liderança tão incapaz e desmoralizada no leme.

Essa é a opinião do poeta Ferreira Gullar também, que dá um peso grande às manifestações das ruas. Para ele, o impeachment não é a solução. Mas não fica claro qual seria esta então. Pois Gullar também acha que a situação de Dilma é insustentável:

*Desconhecer o que ocorreu no dia 15 é querer tapar o sol com a peneira. Só na Avenida Paulista, havia 1 milhão de manifestantes, segundo a PM. Em Brasília, no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, multidões enchiam praças e avenidas, pedindo o fim da política populista e da corrupção. Enquanto isso, no Congresso, a base de apoio ao governo começa a rachar, com visíveis discordâncias de seu principal aliado, o PMDB. A situação é tão grave que a presidente Dilma chegou a admitir que errou, mas apenas na dose, porque o remédio –sua política econômica desastrosa– estava certo.*

*Mas, como se não bastasse, ao falar ao país naquela semana, deu a entender que as manifestações contra ela só ocorreram graças a ela, Dilma. Sabem por quê? Porque tendo participado da luta contra a ditadura militar, foi ela quem devolveu ao país o regime democrático e, assim, tornou possível tais manifestações. Pode?*

*Pode ser, porém, que esteja perturbada com os resultados da pesquisa Datafolha que a deve ter deixado perplexa ao revelar que 62% do povo brasileiro considera seu governo ruim ou péssimo e só 20% a aprova. Ainda mais significativa foi a revelação de que o nível de desaprovação das classes A e B (a “elite branca”) é menor do que o da classe pobre, que era até aqui seu principal apoio.*

*E ainda faltam três anos e nove meses de governo. Mas impeachment não é a solução.*



Talvez não. Resta, então, saber: qual é? Pois duas coisas já sabemos: Dilma sofreu um “impeachment silencioso” e o PT foi atropelado pelo Brasil, cansado de sua incompetência, de seu discurso do ódio e de sua corrupção. O que virá em seu lugar?

Rodrigo Constantino

## *José Arthur Giannotti: ‘Dilma vai à ponta do abismo e não salta’*

**Para o filósofo, tendência é de “acordão” entre governo e PMDB para afastar impeachment e limitar alcance da Lava Jato**

*O filósofo José Arthur Giannotti, da Universidade de São Paulo (USP), diz não acreditar que a nova onda de manifestações possa definir mudanças de impacto na política e nem que o atual Congresso coloque em votação um eventual impeachment da presidente Dilma Rousseff. ...*

*“A tendência é por um acordão. Se botar todo mundo na cadeia, o legislativo para de legislar, as empreiteiras param de funcionar e o salto pra frente de desenvolvimento, com obras de infraestrutura, não acontece”, disse o filósofo em entrevista ao iG. Ele diagnostica que as instituições padecem de uma “anemia geral” e prevê uma saída sem rupturas da crise, bem ao jeitinho brasileiro.*

*“A Dilma, teimosa, vai à ponta do abismo, mas não salta. E ela está fazendo o que? Se reaproximando do Lula \_ com quem estava rompida \_ e juntando-se ao PMDB. Provavelmente teremos um novo governo Sarney (José Sarney/1985-1990). Estamos fadados a mais quatro anos de pasmaceira”, prevê.*

*O cenário de um impeachment, segundo Giannotti, seria o pior dos mundos para a oposição: o vice-presidente, Michel Temer, não teria condições de “segurar” a crise, o governo passaria para as mãos do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que em três meses seria obrigado a marcar uma nova eleição.*

*“O Lula seria o grande beneficiário do impeachment e poderia vencer a eleição, ele ou alguém da esquerda”, afirma. O filósofo frisa que o ex-presidente ainda tem força e ficou praticamente à margem das críticas que partiram da megamanifestação de 15*

de março em São Paulo. "Você viu Fora Dilma, Fora PT, mas não Fora Lula", observou.

Segundo o filósofo, há mais uma questão importante envolvida no grande acordo político em curso, o acordão, que ele chamou de "trama lamacenta": a restrição da Operação Lava Jato a seus efeitos judiciais e não mais como uma espécie de cruzada de depuração na política cujo alcance não deverá ir além dos grupos políticos conhecidos e nem produzirá abalo no sistema.

Leia também: 5 razões pelas quais impeachment de Dilma é improvável, segundo brasilianistas

"A Lava Jato é fundamental, tende a avançar, mas na hora em que começar a julgar e as denúncias forem para a CPI, o acordão vai pegá-la, vai absorvê-la. Não creio que possamos ter no Brasil uma operação como foi a Mão Limpas, na Itália", disse. Cético quanto a possibilidade de abalos no sistema político atual, diz que não vê motivos para rupturas.

"Eu não creio em impeachment. É um processo que pede base jurídica e política. Base jurídica dificilmente vai haver e mesmo havendo, a menos que tenhamos uma corrosão social, esse Congresso não vai votar impeachment", diz, taxativo.

Giannotti disse que ficou assustado com a análise apressada de acadêmicos que, sem dados mínimos, pintaram a manifestação de 15 de março, na Avenida Paulista, como uma nova Marcha da Família e de características fascistas ou revolucionárias. Para ele, as manifestações têm motivações simples: quem protestou na sexta 13 (CUT, MST e UNE) pediu "não mexam nos nossos benefícios" e os que foram no domingo (universitários, na maioria) querem reforma política para serem representados. Os protestos, segundo ele, deveriam "empurrar pra frente" o sistema político, mas este, desgastado, só consegue reagir de forma aleatória e vagarosa, levando com a barriga.

"Estamos entrando numa espécie de era lamacenta. As universidades estão acéfalas, o judiciário aparece em grande estilo, mas a bandidagem continua por aí. As leis parecem ser seguidas, mas não têm grandes efeitos e grandes instituições, inclusive o Supremo, estão entrando numa espécie de broadcast hollywoodiano, em que a eficácia para resolver as questões é muito pequena", cutuca.

Para completar o cenário de caos e de desolação, o filósofo diz que o PSDB, que tem como referência de lucidez seu amigo Fernando Henrique Cardoso, mas nunca foi um partido \_ e sim

*"uma aliança das oligarquias" com um projeto de social democracia \_ não se organizou para enfrentar a crise.*

*Ele acha que a esquerda, única força capaz de pressionar o sistema capitalista, precisa se renovar. "Não vejo um partido forte e capaz de resolver a situação atual. A esquerda está anestesiada e foi inteiramente corrompida". Confira a entrevista:*

*IG: Qual é a saída para a crise política?*

*José Arthur Giannotti: A tendência vai ser um acordão, claro, porque se você botar todo mundo na cadeia, de um lado o Legislativo para de legislar e, de outro, as empreiteiras param de funcionar. Isso significa que não haverá salto pra frente de desenvolvimento porque as obra de infraestrutura não serão feitas, a não ser que entregue para empresas internacionais \_ o que certamente seria uma alienação da nossa capacidade produtiva. Então a tendência, a meu ver, hoje, é um acordão.*

*Que avaliação o senhor faz de um eventual impeachment?*

*Eu não creio em impeachment. É um processo que, primeiro, tem de ter uma base jurídica, e depois política. Base jurídica dificilmente vai haver e mesmo havendo, com esse Congresso não há impeachment. A menos que tenhamos uma corrosão social, esse Congresso não vai votar impeachment.*

*O impeachment é, então, uma hipótese completamente descartável?*

*Se tiver impeachment, não creio que o Temer segure. Então teremos Cunha e três meses depois eleição, com Lula ganhando ou alguém da esquerda. A população foi alijada do poder e, nessas condições, o impeachment, em vez de resolver, vai aprofundar a crise. Não vejo um partido forte e capaz de resolver a situação atual. Meu desespero é o que acho que vai acontecer: a Dilma, teimosa, vai à ponta do abismo, mas não salta. E ela está fazendo o que? Se reaproximando do Lula e juntando-se com o PMDB. Provavelmente teremos aí um governo Sarney, a pasmaceira.*

*O que esperar nesse cenário que o senhor traça?*

*O que espero é que as instituições, ao levar ao limite suas inaptidões, sejam capazes de se reinventar. Essa esquerda que*

*está aí foi anestesiada e inteiramente corrompida. Ela precisa ser renovada, sem o que, num governo de centro, de esquerda ou direita, não teremos um país moderno.*

*A oposição pode aglutinar as insatisfações?*

*O PSDB nunca foi um partido. O PSDB sempre foi uma aliança entre oligarquias, com um projeto visando uma social democracia, isto é, visando uma produção capitalista com um estado forte, mas não teve massa para exigir uma política realmente inovadora. O PSDB tem uma proposta (para a crise), se organizou? Não. O Aécio (senador Aécio Neves, que desistiu de participar da megamanifestação de 15 de março) recuou.*

*Que mudanças o senhor acha que deve acontecer?*

*Não vai ter grandes mexidas. A relação de Dilma com o Congresso está se alterando. Já botaram o Mercadante (ministro Aloizio Mercadante, da Casa Civil) pra escanteio e o Temer foi chamado ao núcleo do governo. PMDB e DEM já estão falando numa lei que venha a reduzir a 20 os ministérios. Então já se começa a ver reformas, mas que não são reformas que possam satisfazer as massas e vai corroendo o que está aí.*

*Alguma luz no fim do túnel?*

*Dessa pasmaceira pode ser que venha um "reajuste reajustado" e aí a gente não vai para um lado nem para o outro. Estamos fadados a quatro anos de pasmaceira. Mas desse pântano pode surgir uma sementeira que ajude a reconstruir as instituições, como as universidades, que foram criadas desvairadamente e poucas delas são realmente formadoras de bons intelectuais e de tecnologia.*

*As manifestações e as investigações sobre a Petrobras podem influenciar a política?*

*A megamanifestação empurra o sistema político, mas como o sistema político está inteiramente desgastado, reage de maneira muito aleatória, vagarosamente, satisfazendo alguma manda da população. O resto o sistema vai empurrando com a barriga. Acho que vivemos uma situação muito dramática, temos tarefas enormes para serem realizadas, e entrando numa espécie de*

*era lamacenta. Isso não acontece só com a política, mas com muitas das instituições.*

*A Lava Jato não sugere mudanças?*

*A Lava Jato é fundamental, tende a avançar, mas na hora que começar a julgar, a ir (as denúncias) para a CPI, o acordão vai pegá-la. Não creio que possamos ter no Brasil uma operação que chegue perto do que foi a Mãos Limpas, na Itália.*

*Quem foi às ruas protestar?*

*A maioria dos que foram nas duas manifestações, entre sexta e domingo, era de universitários, uma diferença de 6% entre um e outro ato, o que significa uma pequena parcela que, mesmo com uma enorme massa, não representa a maioria da população. É uma minoria que passou pela universidade e tem uma aspiração de ascensão social. Por isso, peço calma: a manifestação não vai definir a política brasileira.*

*Qual é a motivação desses grupos?*

*Dizer que é fascismo é besteira porque três ou quatro gatos pingados pedindo a volta do regime militar não significa nada; que é democrático, não sabemos, porque democracia é representação e esse pessoal não está sendo representado por nada. O que é preciso ver é como as manifestações afetam o sistema político e serão representadas. Quem foi domingo pede reforma política, ou seja, 'eu quero ser representado, quero ser ouvido'. A da sexta-feira anterior era simplesmente 'não mexam nos nossos benefícios'.*

*O grito dos manifestantes encontrou algum eco?*

*A ressonância são os pequenos ecos no rearranjo político, como a reaproximação de Dilma e Lula, Temer entrando no governo, conversa do Palácio com Renan Calheiros e Eduardo Cunha (presidentes do Senado e da Câmara), essa trama lamacenta que, a meu ver, garante a continuidade do governo. Lula e Dilma estavam rompidos e se reaproximaram com a crise.*

*As manifestações podem se ampliadas?*

*Em geral, a tendência das grandes manifestações espontâneas é que elas apareçam como clarões e depois vão diminuindo, a não ser que tenhamos um fenômeno explosivo. A inflação está aí, mas não sei até que ponto pode criar um fenômeno de massa importante. O painel foi interessante: as pessoas não querem ouvir mais uma determinada voz. A tendência abstrata é que as manifestações possam refluir.*

*Então as ruas não produzirão efeito?*

*Qualquer proposta que fique apenas na mídia ou perdida lá no Congresso não vai funcionar porque o acordo é mais importante por seu caráter político-institucional e envolver os três poderes. O acordo é muito mais forte.*

*O que chamou sua atenção na repercussão do protesto?*

*A reação da academia me assustou. 24 horas depois do 15 de março, um monte de gente falando sem ter os mínimos dados, uns dizendo que era igual a marcha da família, outros que era igual ao fascismo, ou revolução, sem que olhasse nem os dados que o Datafolha estava concluindo.*

*Quais são as razões da inércia?*

*O que há é uma anemia geral das instituições, que vai da universidade a política, pegando todos, inclusive o judiciário. Não me digam que gestão política seja não resolver ou não ter previsto a questão da água e de energia e achar que resolve modernização de uma cidade pintando faixas de ônibus e de ciclovias!*

*O modelo de distribuição de renda baseado nos programas sociais esgotou?*

*É preciso produzir para distribuir. A década dourada de Fernando Henrique e Lula já se foi, os produtos estão faltando e os 40 milhões de brasileiros incorporados ao mercado (de consumo) podem sair rápido desse mercado. A população está seriamente assustada. E a esquerda não está sabendo produzir riquezas. O que a esquerda (de hoje) tem que pensar? Enfrentar essa dualidade, que é a produção capitalista e democracia, mas não pode ser um capitalismo com capital estatal porque o capitalismo mudou violentamente e hoje está baseado no*

*progresso tecnológico. A população quer o produto que o capitalismo de Estado não produz porque não é globalizado. A democracia entra pelos poros da tecnologia.*

*Nesse cenário, qual o futuro da economia?*

*Depois do boom internacional, Lula pensou em desenvolver uma espécie de "capitalismo a brasileiro", com os grandes heróis produtivos e foi buscar Eike Batista e a Friboi, ou seja, empreendedores que não estavam na tecnologia de ponta. Como não temos tecnologia equivalente ou política que ajudasse a indústria como um todo, mas apenas os grandes heróis do "lulopetismo", o resultado foi que a indústria nossa está no brejo.*

*José Arthur Giannotti é filósofo da USP*

*Fonte: Por Vasconcelo Quadros, iG São Paulo. Foto:arquivo,USP/Divulgação - 30/03/2015 - - 08:14:24*

[Assine o Estadão](#)

### **É urgente formar uma frente contra o retrocesso**

Dilma conseguiu um feito de difícil construção: diante de um ataque da direita, consegue ser repudiada pela esquerda; nenhuma voz de peso vem a público defender o kit ultraortodoxo que apresenta

*por Gilberto Maringoni — publicado 31/03/2015 03:40*

<http://www.cartacapital.com.br/politica/e-urgente-formar-uma-frente-contra-o-retrocesso-8945.html>

José Cruz/ Agência Brasil





Leia também

[Pessoas pobres têm mais filhos para receber o Bolsa Família?](#)

[Distorções no combate à corrupção](#)

[Operação Zelotes envolve bancos, grandes empresas e afiliada da Globo](#)

[Qual é a contribuição da mídia para o debate da redução da maioria penal?](#)

[Empresa alemã diz ter pago 1 milhão de euros em propina na Copa](#)

Em debates públicos realizados nos últimos dias em São Paulo, surgiu a ideia de constituir uma frente política para se contrapor à maré reacionária que se espalha pelo País.

Os sinais mais evidentes dessa vertente foram as impressionantes marchas do dia [15 de março](#), em diversas cidades brasileiras, com destaque para a capital paulista. Colhendo um descontentamento crescente com a política econômica adotada pela gestão Dilma Rousseff, as agitações sequer tocam nesse tema. Seus focos são a [corrupção](#) e a perspectiva de se iniciar um processo de impeachment.

Parêntesis. As descobertas da [operação Zelotes](#), um rombo equivalente ou superior ao da Petrobrás, estão sendo devidamente enviadas para o subterrâneo do noticiário. Roubar o Estado sem que os ladrões sejam petistas

ou aliados rapidamente vira não notícia, em mais um caso de udenismo seletivo. Fecha-se parêntesis.

A pregação conservadora recebe ampla cobertura midiática e tem ecos no Congresso Nacional, onde os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, operam uma verdadeira motoniveladora parlamentar visando emparedar o Poder Executivo. Com sucesso, diga-se de passagem.

Além de desfraldarem a bandeira de uma reforma política pró-mercantilismo eleitoral, o duo coloca em pauta a supressão de vários direitos trabalhistas – via MP 4330, que legaliza as terceirizações na contratação de mão de obra -, monta a CPI da Petrobrás, decide convocar semanalmente cada um dos 39 ministros para depor em plenário, ameaça a nomeação de juízes para o STF, clama por mais ministérios (pregando a necessidade de reduzir o número dos mesmos), ameaçam votar a redução da maioria penal, bloqueiam o avanço de temas como a criminalização da homofobia e a legalização do aborto e por aí vai.

Diante de um governo que voluntariamente se entregou a uma espécie de haraquiri político para ganhar a confiança do “mercado”, a dupla dinâmica parlamentar pinta, borda e ainda costura para fora. Ou seja, de membros da chamada base aliada, flertam e articulam cotidianamente com a oposição de direita, PSDB, DEM e PPS à frente.

Como pano de fundo, há uma espetacular recessão em construção, autorizada pela presidente e por seu partido. A obra é tocada pelo ministro da Fazenda Joaquim Levy. Contração do PIB, desemprego, queda da renda, cortes orçamentários, juros nas alturas e o conhecido rosário ultraliberal são apresentados como a maravilha curativa para os males nacionais.

Em tempos de fundamentalismo religioso, nada melhor que a promessa de sacrifícios dolorosos para uma redenção na forma de bonança econômica mais adiante.

O curioso é que não há plano algum. Brande-se o abismo de onde nascerá a luz. Prega-se a contração como saída para a expansão. Até agora, a única resultante efetiva, a desvalorização cambial que pode aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior, não necessitaria de tamanho solavanco para ser implementada.

Rodeando a cena, há um gigantesco escândalo de financiamento a partidos políticos, cujo centro é 13% do PIB, codinome da Petrobrás.

### **Ataque da direita, repúdio da esquerda**

Dilma conseguiu um feito de difícil construção: diante de um ataque da direita, consegue ser repudiada pela esquerda. Nenhuma voz de peso – nem mesmo seu antecessor ou membros de seu partido – consegue vir a público defender o kit ultraortodoxo que apresenta. O arrocho é repudiado até mesmo pela [manifestação convocada pela CUT, MST e UNE](#), que reuniu 40 mil pessoas debaixo de chuva na tarde paulistana do último dia 13. É parcela microscópica do impressionante eleitorado de 54 milhões de brasileiros que acreditou em sua pregação desenvolvimentista de campanha.

Gramsci cunhou a expressão “empate catastrófico” para situações de dualidade de poderes. Em 2015, evoluímos para o enrosco catastrófico.

A presidenta comprou o peixe de que a situação estaria calamitosa no final do ano e deu corda para que um representante de um dos maiores bancos privados do mundo ditasse as regras da economia. E o incrível: defende o auxiliar de forma enfática.

Para isso, ensaia voltar atrás em legislação sancionada em 2014, que cria novo indexador para o pagamento das dívidas de estados e municípios. Compra briga com os prefeitos de São Paulo, Rio e de centenas de municípios e de alguns governadores.

Com a erosão de sua base original – os trabalhadores urbanos e os pobres – a mandatária apegar-se assim à única marca de sua gestão com possibilidade de sustentá-la, o ajuste fiscal.

É fantástico. Ela vê como salvação o que seus eleitores majoritariamente veem como perdição.

A insatisfação popular com Dilma, seu governo e seu partido ainda não atingiu o pico. Com a deterioração da situação econômica, o desalento e a insatisfação podem se transformar em raiva.

O novelo está tão embaraçado que se torna quase impossível saber onde está a ponta - ou as pontas – a puxar para desatar as dezenas de nós na linha. Nesse imbróglio, uma pergunta: como formar a frente contra o retrocesso, a direita e o fundamentalismo golpista? Quem participa? Propostas surgem. Este pode entrar, aquele também, o outro ali não, fulano é bem vindo, sicrano nem pensar...

Não é um bom começo começar as tratativas tendo comportamento de bedel para ver quem pode ou não passar pela catraca dessa necessária aliança. Melhor é verificar os pontos que podem unificar um grande e variegado contingente de forças políticas, entidades, partidos, personalidades etc. Para começar, o que vai ser defendido? O que vai ser combatido?

O retrocesso seria o PMDB, o PSDB, o DEM, os monopólios de comunicação, o mercado financeiro e outros quetais? O avanço seria o governo Dilma? É possível para a esquerda aceitar o ajuste levyano em nome da conquista de direitos sociais? De fato, o enrosco é grande. Nessas horas, vale a pena verificar quem já lidou com situações tão ou mais dramáticas quanto.

### **O maldito Mao**

Vamos a um autor maldito e demonizado nas últimas décadas. Ele está longe de ser unanimidade, mas teve inegável êxito no que fez. Vamos ao velho Mao Tsétung.

Em agosto de 1937, no verbor de seus 44 anos, o dirigente chinês pronunciou uma conferência na Academia Militar e Política Anti-Japonesa de len-na. Embora não fosse colônia, seu país vivia sob o espectro da dominação nipônica, doze anos antes da revolução socialista. O conteúdo da intervenção foi transformado num livreto que se tornou um clássico da tática política, chamado *Sobre a Contradição*.

A certa altura, o camarada Mao comenta:

“No complexo processo de desenvolvimento de um fenômeno existe toda uma série de contradições. Uma delas é necessariamente a contradição principal, cuja existência e desenvolvimento determinam a existência e o desenvolvimento das demais contradições ou agem sobre elas”.

Mais adiante, ele emenda:

“Não se devem tratar as contradições de um processo como se fossem todas iguais. É necessário distinguir a contradição principal das contradições secundárias, e mostrar-se particularmente atento na descoberta da contradição principal”.

A conclusão do líder comunista é meio lisa, mas aqui vai:

“Uma vez dominada a contradição principal, todos os problemas se resolvem facilmente”.

Pode ser que os problemas de se fazer expulsar um exército invasor, realizar uma revolução em um imenso país atrasado, construir um novo Estado e acabar com a fome endêmica de centenas de milhões de pessoas fosse algo mais tranquilo do que lidar com o “mercado” e com Eduardo Cunha. Há controvérsias sobre esse ponto.

**Nada é fácil no País de Dilma**

Nada é fácil no Brasil de Dilma Rousseff, a começar pelo gênio que contam ter a mandatária.

É preciso verificar, em meio ao cipoal de problemas e – vá lá – contradições, o que pode unificar uma base social progressista.

Certamente não é o “Fora Dilma”. O “Fora PMDB” nada resolve neste momento.

A presidenta está fragilizada. Mas ela precisa reunir mercadoria em falta no Planalto – coragem – para dar um salto.

A direita quer o ajuste fiscal, mas não quer Dilma.

A presidenta não ganhou a simpatia do capital financeiro com seu ajuste destinado a conquistar sua confiança. A indústria está apreensiva com os rumos do aperto geral. Prefeitos e governadores aos poucos sentem nas contas públicas as maravilhas do arrocho. E o povo começa a ver em Dilma a encarnação do estelionato eleitoral por causa do ajuste.

Onde estaria a tal “contradição principal” nessa geleia toda? A contradição principal não está no Congresso. A contradição principal não está no ministério de direita. A contradição principal não está no escândalo da Petrobrás. A contradição principal é o ajuste.

É ele que fragiliza o governo, confunde seus apoiadores, deteriora a situação social, traz desalento à população e abre espaço para a direita ganhar as ruas.

O ponto programático a ser definido para se compor uma frente contra o retrocesso é a oposição radical ao ajuste ultraliberal, com seu pacote de redução de direitos, recessão e alta dos juros. Trata-se de unificar forças para riscá-lo da agenda nacional.

A presidenta terá coragem para mudar de rota e demitir seu auxiliar nomeado pelo Bradesco? Não se sabe. Mas somente o fim do ajuste pode desanuviar o ambiente, entusiasmar os setores populares e dar curso à resolução de outros problemas. O resto pode vir mais ou menos facilmente, como lembrava o velho autor maldito.

*\* Gilberto Maringoni é professor de Relações Internacionais da UFABC e ex-candidato a governador de São Paulo pelo PSOL, em 2014*

registrado em: [Dilma Rousseff](#) [PT](#) [PMDB](#) [Manifestações](#) [Ajuste Fiscal](#)

## O IMPEACHMENT SILENCIOSO - <http://zip.net/bqq2nq>

. Dilma Rousseff "está numa armadilha", diagnosticou FHC à **Folha** (26/3). "Ela não tem o que fazer. O que tinha, já fez: nomeou o Levy. E isso só aumenta a armadilha, porque agora ela não pode demitir. É refém dele." O diagnóstico está certo, mas ilumina só um terço do cenário. A presidente é refém, igualmente, do PMDB (de fato, do trio Renan Calheiros/Eduardo Cunha/Michel Temer) e do lulopetismo (de fato, de Lula e dos movimentos sociais que operam ao redor dele). Numa entrevista ao "Estadão", Eduardo Graeff explicou que o governo Dilma "chegou ao fim". É verdade: imobilizada na armadilha triangular, sem "credibilidade" nem "capacidade de ação política" (FHC), Dilma reduziu-se a "uma assombração política" (Graeff). Já aconteceu um impeachment tácito, informal.

. Levy é proprietário da credibilidade econômica. O ministro funciona como uma delgada película que separa a economia de um catastrófico rebaixamento pelas agências de rating. Dilma não pode demiti-lo pois, sem a promessa do ajuste fiscal que ele personifica, o país seria tragado no vórtice da fuga de capitais. Mas, como registrou FHC, "a racionalidade econômica pura esmaga tudo" –ainda mais, acrescente-se, quando essa "racionalidade" está contaminada pelo dogma ideológico do equilíbrio fiscal a qualquer custo. O ajuste sem reformas estruturais de Levy, complemento simétrico da farra fiscal de Mantega, não serve ao país, mas conserva no Planalto a "assombração" de uma presidente sem poder.

. O trio peemedebista é proprietário da maioria no Congresso, que hoje se forma pela oscilação do PMDB entre o governo e a oposição. Dilma não pode confrontá-los, pois eles empunham o sabre do impeachment formal e o fazem girar, sadicamente, em torno do pescoço da presidente. O jogo da chantagem, uma norma do nosso doentio "presidencialismo de coalizão", atinge níveis agônicos. Os chefões do PMDB utilizam esse poder extraordinário em nome dos seus próprios interesses, desenhando a reforma política que lhes convêm e articulando com o governo os acordos de leniência destinados a resgatar as empreiteiras do "petrolão".



. Lula, com seu cortejo de movimentos sociais (CUT, a UNE, o MST), é proprietário da sustentação partidária de Dilma. O candidato declarado às eleições de 2018 pode cortar, num momento conveniente, o tubo do regulador que ainda fornece ar comprimido ao fantasma do Planalto. Os andrajos da autonomia da presidente, que atendem pelos nomes de Aloizio Mercadante, Miguel Rossetto e Pepe Vargas, já foram descartados no cesto de roupa suja. Nas ruas, dia 31, repetindo o dia 13, o "exército" de Lula, força mercenária em declínio, não oferecerá um contraponto às manifestações anti-Dilma, mas cobrará novos gestos de submissão da "companheira". Eles exigem iniciativas simbólicas (e verbas publicitárias sonantes), destinadas a compensar a militância pelas dores do apoio ao ajuste fiscal.

. No presidencialismo, o chefe de Estado não pode tudo - mas tem o poder de determinar os rumos estratégicos do governo. A legitimidade emanada do voto popular é o ativo intangível que proporciona ao presidente o poder de contrariar interesses entranhados no sistema político. FHC confrontou o conjunto da elite política ao estabelecer a Lei de Responsabilidade Fiscal. No seu primeiro mandato, Lula confrontou o PT ao conservar o tripé da estabilidade macroeconômica herdado de seu antecessor. Capturada na teia da mentira, Dilma perdeu a legitimidade concedida pelos eleitores. Sem o rito da denúncia, processo e julgamento, a presidente sofreu um impeachment silencioso.

. Assombrado pela figura errante da presidente destituída, o Planalto está entregue ao triângulo de beneficiários do impeachment silencioso, que agem em direções diferentes, sob motivações distintas. O desgoverno não pode perdurar por quatro anos.

## Demétrio Magnoli

Cristovam Buarque

O golpe de 02 de Fevereiro

Diversas manifestações estão convocadas para barrar o risco de golpe contra a Presidente Dilma. Os líderes e militantes destas marchas não perceberam que o golpe já foi dado, no dia 02 de Fevereiro. A eleição de Renan Calheiros para presidente do Senado, graças aos votos dos senadores do PT, pressionados pela própria presidente Dilma e o Lula, permitiu a formação de uma trióica juntamente com Eduardo Cunha e Michel Temer que hoje controlam o governo e a presidente. No lugar de um general, um brigadeiro e um almirante, contando com as forças armadas, temos um vice presidente da república e os presidentes do congresso contando com a tropa do PMDB e de outros partidos auxiliares. Esquecem os manifestantes pro governo que ao se manifestarem contra descontentes com o governo, estão na verdade fechando os olhos e até apoiando o Golpe do 02 de Fevereiro. No outro lado, os manifestantes contra o governo, ao pedirem o impeachment da presidente também estão apoiando a trióica golpista do 02 de Fevereiro e até propondo sua formalização pelo cumprimento constitucional da linha sucessória. As manifestações do PT, convocadas pelo Lula, vão aumentar as manifestações convocadas contra Dilma e as duas juntas fazendo o jogo dos golpistas do 02 de fevereiro. Cada grupo jogando contra o outro e auxiliando os golpistas do 02 de Fevereiro.

E no Congresso, nós impotentes, incompetentes ou omissos, sem reagir, no máximo torcendo e provavelmente, qualquer que seja a posição de cada um diante das manifestações, agindo a favor dos golpistas.

Como disse alguém, agimos como os personagens das tragédias gregas, todos querendo evitar o final e fazendo exatamente o necessário para cumprir o desenlace que está escrito.

E ainda há esperança. Se os descontentes forem ouvidos pelo governo, Dilma e PT, se entenderem e reconhecerem seus erros, identificarem quais são os verdadeiros golpistas e buscarem um entendimento democrático por um governo ético e responsável, será possível encontrar um caminho que atenda aos anseios da população descontente.

sábado, 4 de abril de 2015

## **Miguel Reale Júnior - Caminhos estreitos**

- *O Estado de S. Paulo*

Vive-se imensa perplexidade. Estamos atônitos diante do País à deriva. A sociedade veio às ruas, não só os eleitores de Aécio, mas uma grande massa aplaudida por muitos e muitos que ficaram em casa tomados, também, pela mesma indignação. Desnudou-se a bandalheira e o País esbraveja.

Em julho de 2005 criou-se o movimento "Da Indignação à Ação", reunindo entidades da sociedade civil. Seu manifesto acentuava: "Punições firmes e proporcionais às faltas praticadas são o único desfecho que os cidadãos brasileiros aceitam para as investigações em curso". Aderiram ao movimento entidades como OAB, OAB-SP, ABI, CNBB, PNBE, Fiesp, Instituto Ethos, Força Sindical, Transparência Brasil, Associação dos Advogados, Instituto dos Advogados de São Paulo, a rede Conectas de Direitos Humanos, o Movimento Democrático do Ministério Público e a Associação do Ministério Público de São Paulo.

Diante do mensalão, aquele movimento expressava terem sido as instituições políticas duramente atingidas, sendo imprescindível, além de investigação séria, com punições firmes e proporcionais às faltas praticadas, mudanças profundas no sistema político e eleitoral. Foram realizadas reuniões, com 500 a 600 participantes, em apoio ao relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, e ao caseiro Francenildo Santos Costa, cuja conta bancária fora violada.

Como se vê, o movimento teve apoio de entidades significativas, mas pouca adesão dos partidos políticos de oposição, que se omitiram, arregimentando-se público diminuto perto da importância das

reivindicações. As punições do mensalão vieram anos depois, mas o PT, que inaugurou o aparelhamento do Estado em grande escala e a obtenção de maiorias no Congresso pela sistemática compra de votos com dinheiro público desviado, firmou-se no poder. Nem bem se denunciou o mensalão, o PT e outros partidos da base aliada ao governo criaram o petrolão e ganharam eleições com "financiamento público" graças aos milhões surrupitados da Petrobrás.

Agora o quadro é outro. Antes não havia rua, havia entidades apoiando, mas não povo, como hoje. De 2005 para cá houve a condenação dos mensaleiros e veio vindo à tona, com o petrolão, sem as desculpas do "golpe da mídia" ou da traição política, a farsa do partido que se dizia ético, mas fez da roubalheira sistemática o modo de governar. A diferença essencial, contudo, está no fenômeno da imensa força de arregimentação da indignação via redes sociais, que apenas começavam a ganhar corpo em 2005, com o Orkut.

Como levar à frente este movimento de milhões de brasileiros? Eis a questão.

Se as redes sociais podem destituir déspotas, como Mubarak, todavia não constituem, por si sós, governos - a se ver o Egito -, pois, deposto o ditador, ganhou as eleições o movimento antidemocrático dos fundamentalistas, afastados depois pelos militares.

Assim, aos movimentos cheios de vitalidade convocadores da ida às ruas, dentre os quais se destaca o Vem Pra Rua, devem agregar-se as organizações institucionalizadas, bem como algumas lideranças políticas a serem partícipes na posição de coadjuvantes. Além do grito contra a corrupção e do "Fora PT, leva Dilma com você!", é preciso clamar pelo reconhecimento dos erros, pelo firme propósito de redução da máquina governamental, a eliminação de metade dos cargos em comissão, a adoção do voto distrital já para vereador em 2016, bem como um esforço em favor da capacitação dos dependentes do Bolsa Família para libertá-los do assistencialismo.

Mas como realizar tais mudanças e criar confiança neste estado terminal do governo? Não há muitas alternativas. O governo é frágil e não se recupera perante a Nação com festival de lugares comuns em entrevista televisiva, nem com golpes baixos de criação de novo partido para enfraquecer o PMDB. Dilma coleciona inimigos a cada passo e, hoje, os investigados presidentes das duas Casas legislativas ditam as regras, enquanto o Executivo patina todo o tempo em terreno movediço.

Restam dois caminhos. O primeiro seria o procurador-geral da República determinar investigação de eventual prevaricação da parte da presidente, pois se sabia ela de irregularidades (como dizem o ex-diretor Paulo Roberto Costa e o doleiro Youssef) nos idos de 2009, ao assumir a Presidência nada teria feito para conter a corrupção, deixando de zelar pela moralidade administrativa ao manter nos cargos os diretores corruptos. Em conclusão, se constatado em investigação que Dilma sabia dos malfeitos e permitiu a continuidade do esquema corrupto, pode-se configurar eventual crime de prevaricação.

O crime comum, ao contrário do crime de responsabilidade, pode derivar de ação ou omissão ocorridas no mandato anterior. O artigo 86, § 4.º, da Constituição diz que o presidente não poderá, no exercício do seu mandato, ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício das suas funções. Ora, se se omite o dever de zelar pela moralidade, tal omissão é própria das funções de presidente, e não estranhas a elas, razão pela qual, se verificada a prevaricação por deixar de conter as irregularidades sabidas na Petrobrás, podem prosperar a investigação e eventual processo criminal contra a presidente.

O segundo caminho, difícil, mas não impossível, é o da renúncia, sendo vital o protesto das ruas e o apoio de entidades representativas. A primeira via, já lembrada e mais desgastante, está na apresentação de ação criminal que, ao ser recebida, afaste a presidente. Em ambas

as hipóteses, todavia, impõe-se construir em torno do vice-presidente um governo de união nacional, com pauta mínima desejada pelos movimentos aglutinadores da população.

Dessa maneira, no dia 12 de abril é fundamental voltar às ruas em todo o País, juntamente com representantes de entidades significativas que se somem à massa dos indignados.

-----  
\*Advogado, professor titular senior da Faculdade de Direito da USP, membro da Academia Paulista de Letras, foi Ministro da Justiça

### **Fernando Henrique Cardoso - Oposição e reconstrução**

*• Deste governo pouco há a esperar, Tanto quanto popularidade, falta-lhe credibilidade*

*- O Estado de S. Paulo*

Nas últimas semanas tenho dado entrevistas aos jornais e às TVs, talvez mais do que devesse ou a prudência indicasse. Por quê? A mídia anda à busca de quem diga o que pensa sobre o "caos" (a qualificação é ofensiva, vem da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) em que estaríamos mergulhados e é necessário que vozes da oposição sejam ouvidas.

A crise atual marca o fim de um período, embora ainda não haja percepção clara sobre o que virá. Em crises anteriores as forças opostas ao governo estavam organizadas, tinham objetivos definidos. Foi assim com a queda de Getúlio em 1945, quando a vitória dos Aliados impunha a democracia; idem na segunda queda de Getúlio, quando seus opositores temiam a instauração da "República sindicalista"; o parlamentarismo, igualmente, serviu de esparadrapo para que Jango pudesse tomar posse; em 1964 as "marchas das famílias pela liberdade" aglutinaram as forças políticas aos militares contra o populismo presidencial e, posteriormente, entregaram-se a práticas autoritárias; deu-se o mesmo, por fim, quando a frente de

oposição, liderada pelo PMDB, em aliança com dissidentes da antiga Arena, pôs fim ao regime criado em 1964.

Em todos esses casos, previamente ao desenlace houve o enfraquecimento da capacidade de governar e os opositores tinham uma visão política alternativa com implicações econômicas e sociais, embora se tratasse fundamentalmente de crises políticas. Mesmo no impeachment de Collor, a crise era política e a solução, idem. Naturalmente, ajustes econômicos foram feitos em seguimento às soluções políticas, basta lembrar a dupla Campos-Bulhões nos anos 1960. Ou, ainda, os Planos Cruzado e Real, que se seguiram à Constituinte e à derrocada de Collor.

No que se distingue o "caos" atual? Em que ele é mais diretamente a expressão do esgotamento de um modelo de crescimento da economia (como também em 1964 e nas Diretas-Já), embora ainda não se veja de onde virá o novo impulso econômico. Mais do que uma crise passageira, o "caos" atual revela um esgotamento econômico e a exaustão das formas político-institucionais vigentes. Será necessário, portanto, agir e ter propostas em vários níveis. Embora haja alguma similitude com a situação enfrentada na crise de Jango Goulart, nem por isso a "saída" desejada é golpista e muito menos militar. Não há pressões institucionais para derrubar o governo e todos queremos manter a democracia.

Explico-me: a pretensão hegemônica do lulopetismo assentou-se até a crise mundial de 2008 na coincidência entre a enorme expansão do comércio mundial e a alta do preço das commodities, com a continuidade das boas práticas econômicas e sociais dos governos Itamar Franco-Fernando Henrique Cardoso. Essas práticas foram expandidas no primeiro mandato de Lula, ao que se somou a reação positiva à crise financeira mundial. [Ao longo do seu segundo mandato, o lulopetismo assumiu ares hegemônicos e obteve, ao mesmo tempo, a aceitação do povo \(emprego elevado, Bolsa Família, salário mínimo real aumentado\) e o consentimento das camadas econômicas dominantes \(bolsa BNDES para os empresários, Tesouro em](#)

comunicação indireta com o financiamento das empresas, Caixa Econômica ajudando quem precisasse).

Só que o boom externo acabou, os cofres do governo secaram e a galinha de ovos de ouro da "nova matriz econômica" - crédito amplo e barato e consumo elevado - perdeu condições de sustentabilidade. Isso no exato momento em que o governo Dilma pôs o pé no acelerador, em vez de navegar com prudência. Daí que o discurso de campanha tenha sido um e a prática atual de governo, outra. Some-se a isso a crise moral, na qual o petrolão não é caso único.

As oposições devem começar a desenhar outro percurso na economia e na política. Como a crise, além de econômica e social, é de confiabilidade (o governo perdeu popularidade e credibilidade), começam a surgir vozes por "um diálogo" entre oposições e governo. Problema: qual o limite entre diálogo político e "conchavo", ou seja, a busca de uma tábua de salvação para o governo e para os que são acusados de corrupção? A reconstrução de uma vida democrática saudável e uma saída econômica viável requerem "passar a limpo" o País: que prossigam as investigações e que a Justiça se cumpra. Ao mesmo tempo há que construir novos modos de funcionamento das instituições políticas e das práticas econômicas.

As oposições devem iniciar no Congresso o diálogo sobre a reforma política. Em artigo luminoso do senador José Serra, publicado no Estadão de 26 passado, estão alinhadas medidas positivas tanto para a reforma eleitoral como para práticas de governo. Iniciar a proposta de voto distrital misto nas eleições para vereador em municípios com mais de 200 mil eleitores é algo inovador (o senador Aloysio Nunes fez proposta semelhante). Há sugestões de igual mérito na área administrativa, como a criação da Nota Fiscal Brasileira, e ainda a corajosa e correta crítica ao regime de partilha que levou a Petrobrás a se superendividar. De igual modo o senador Tasso Jereissati apresentou emenda moralizadora sobre o financiamento das eleições, impondo tetos de doação de até R\$ 800 mil para os conglomerados empresariais e restrições de acesso ao financiamento público para as



empresas doadoras. Partidos que até agora apoiam o governo, como o PMDB, também têm propostas a ser consideradas.

Sei que não basta reformar os partidos e o Código Eleitoral. Mas é um bom começo para a oposição, que, além de ir às ruas para apoiar os movimentos populares moralizadores e reformistas, deve assumir sua parte de responsabilidade na condução do País para dias melhores. Deste governo há pouco a esperar, mesmo quando, movido pelas circunstâncias, tenta corrigir os rumos. Tanto quanto popularidade, falta-lhe credibilidade.

---

\*Fernando Henrique Cardoso é sociólogo e foi presidente da República

## **Impeachment, golpe de Estado e ditadura de 'mercado'**

7/4/2015, Samuel Pinheiro Guimarães, *Carta Maior*

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Impeachment-golpe-de-Estado-e-ditadura-de-u21Cmercado-u21D%0a/4/33218>

**“Os paladinos da educação defendem a educação primária geral, a atenção especial à primeira infância, a inclusão de todas as crianças e jovens (e os adultos?) no sistema. Não se fala muito na preparação de professores nem no horário integral nem nos efeitos, negativos, da televisão e da internet sobre o sistema de ensino em seu cerne, que é o tempo dedicado aos estudos pelos jovens. Pode-se perguntar quando estes brasileiros, hoje infantes e jovens, entrariam no mercado de trabalho para tornar a mão de obra mais produtiva e o Brasil mais competitivo: daqui a 10 anos? Daqui a 15? E até lá?”**

---

O impeachment é a tentativa de anular, por via legislativa, pelo voto de 513 deputados e 81 senadores, os resultados das eleições de novembro de 2014 que refletiram a vontade da maioria do povo brasileiro ao reeleger a Presidenta Dilma Rousseff, por 53 milhões de votos.

Desde 2003, as televisões, em especial a TV Globo; os maiores jornais, como o *Estado de S.Paulo*, a *Folha de S.Paulo* e *O Globo*; e

as principais revistas, quais sejam a *Veja*, *Isto É* e *Época*, se empenham em uma campanha sistemática para desmoralizar o Partido dos Trabalhadores e os partidos progressistas e para tentar “provar” a ineficiência, o descalabro e a corrupção dos governos do PT, inclusive de seus programas sociais – que retiraram da miséria e da pobreza 40 milhões de brasileiros.

Agora, com a ajuda de membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal, os meios de comunicação, tendo seu candidato perdido as eleições, tentam criar um clima político e de opinião que venha a derrubar ou imobilizar a Presidenta e, assim, anular a vontade da maioria do povo brasileiro.

Fazem isto divulgando dia a dia as declarações de delatores, criminosos confessos, e de procuradores, policiais e juízes que as “vazam”, seletivamente, para os meios de comunicação, cometendo notória ilegalidade, e publicando notícias sobre o extraordinário descalabro e corrupção em que viveria o país.

Diante da instabilidade política gerada por esta campanha, a Presidenta Dilma, com o objetivo de conter as manobras golpistas (recontagem de votos, acusações de fraude, ameaças diversas, etc.) e de apaziguar o “mercado”, anunciou um programa de austeridade, de equilíbrio orçamentário, de contração de gastos do Estado, de redução de investimentos, na esperança de conquistar a “confiança dos investidores”, seu principal objetivo, e de “acalmar” seus opositores políticos.

É preciso notar que o “mercado” não é uma entidade da sociedade civil, mas sim, na realidade, um ínfimo grupo de multimilionários, investidores, especuladores e rentistas, e seus “funcionários”, quais sejam os chamados economistas-chefe de bancos e fundos, os jornalistas e articulistas de economia, e seus associados no exterior.

Há economistas e jornalistas que são notável exceção a esta afirmação, mas são eles pequena minoria.

Quando foi apresentado o programa de ajuste, declarou-se, com

ênfase, que ele não iria afetar as conquistas dos trabalhadores (a legislação sobre horário de trabalho, férias, aposentadoria, seguro desemprego etc.), nem os programas sociais, mas que iria ele equilibrar o orçamento através do contingenciamento, da contenção de despesas e do aumento de impostos, com o objetivo de fazer um superávit primário que permitisse pagar os juros da dívida pública e conquistar a “confiança do mercado, a confiança dos investidores”.

Conquistar a “confiança dos investidores” significa fazer com que tomem a decisão de realizar investimentos (para obter lucros) e assim ampliar a capacidade instalada, gerar empregos, condição para a retomada do desenvolvimento.

A “confiança dos investidores”, todavia, tem a ver com a expansão da demanda, pois só com essa expansão (sustentada) podem surgir oportunidades de investimentos lucrativos.

A construção de “confiança” e a realização de investimentos são improváveis em uma conjuntura em que se elevam os juros dos títulos públicos e das aplicações financeiras para torná-los os mais altos do mundo, o que atrai os capitais para o setor financeiro, especulativo ou rentista, e os afasta do setor produtivo e, portanto, dos investimentos.

Outros fatores que afetam negativamente a “confiança” dos investidores são a competição predatória e destrutiva das importações; taxas cambiais inadequadas; a redução dos investimentos públicos em infraestrutura; o aumento das taxas de juros dos financiamentos de longo prazo do BNDES; a redução da demanda e o aumento do desemprego (que alguns esperam poderia criar as condições políticas para um clima favorável ao impeachment) devido à redução da atividade econômica.

Há um mantra, repetido sem cessar, sobre competitividade e produtividade, entoado por muitas autoridades públicas, acadêmicos, jornalistas “especializados”, economistas-chefe de consultoras, de empresas, de bancos, que são, na realidade, empregados do “mercado”.

Segundo esses “especialistas”, a solução dos problemas internos, isto é a retomada do crescimento, e o afastamento para longe da crise externa latente e cada vez mais ameaçadora, dependeriam não somente da “confiança dos investidores” nas também do aumento da produtividade (isto é, da produção por trabalhador) e do aumento da competitividade das empresas brasileiras diante das chinesas, americanas e europeias, e da redução do “Custo Brasil”.

No caso da produtividade, alguns afirmam que seu aumento resultaria de um grande investimento sustentado em educação, como teriam, segundo argumentam, feito os países desenvolvidos, tais como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Coreia e que teria sido, segundo eles, uma razão importante, e talvez a principal, para explicar o seu desenvolvimento.

Os paladinos da educação defendem a educação primária geral, a atenção especial à primeira infância, a inclusão de todas as crianças e jovens (e os adultos?) no sistema. Não se fala muito na preparação de professores nem no horário integral nem nos efeitos, negativos, da televisão e da internet sobre o sistema de ensino em seu cerne, que é o tempo dedicado aos estudos pelos jovens. Pode-se perguntar quando estes brasileiros, hoje infantes e jovens, entrariam no mercado de trabalho para tornar a mão de obra mais produtiva e o Brasil mais competitivo: daqui a 10 anos? Daqui a 15? E até lá?

Outros argumentam que os “custos do trabalho” (parte do “Custo Brasil”) seriam muito elevados (em comparação com os “custos” em que países? Na China? Nos Estados Unidos? Na Alemanha?) e que, portanto, seria necessário reduzir esses “custos”, impedindo aumentos “artificiais” do salário mínimo (já que não haveria escassez de mão de obra), reduzindo os benefícios da legislação trabalhista, estimulando a rotatividade da mão de obra, etc.

Quanto ao “Custo Brasil”, argumentam com os altos custos de transporte e de energia, com a carga tributária elevada, com a multiplicidade de impostos, com a burocracia “infernai”.

Reclamam, também, da intervenção “excessiva” do Estado (empresas estatais e regulamentação) e pedem, ainda que até agora apenas insinuem, a privatização dessas empresas e a “desburocratização”, isto é, menos lei e mais liberdade para o capital.

Segundo os defensores do programa de austeridade, em decorrência do aumento da produtividade interna, a competitividade internacional seria alcançada, com todas as suas vantagens, tais como um superávit comercial estável, a diversificação dos mercados e o aumento das exportações de manufaturados.

Assim, a crise atual seria superada. Todavia, a verdade é outra.

A crise atual, em parte verdadeira e em parte fabricada, decorre da revolta conservadora devido ao fato de a Presidenta Dilma ter cometido dois “pecados mortais” à luz dos interesses do “mercado”, isto é, daqueles indivíduos beneficiários da concentração de riqueza, de renda e de poder político no Brasil, que são os grandes multimilionários, os latifundiários rurais e urbanos, os rentistas, os banqueiros, e seus representantes na mídia, no Congresso, no Judiciário.

O primeiro “pecado” foi a política de redução, ainda que temporária, das taxas de juros; o segundo “pecado” foi o apoio, ainda que tímido, à democratização dos meios de comunicação.

O sistema financeiro e bancário é o principal instrumento de concentração de riqueza no Brasil. Ao reduzir as taxas de juros dos bancos públicos e ao forçar a redução dos juros dos bancos privados (que foi logo compensada pelo aumento das “taxas” de administração) a Presidenta diminuiu a transferência de riqueza da sociedade e do Estado para os bancos privados, seus acionistas e os detentores de títulos públicos. A Presidenta atingiu o cerne do mecanismo de concentração do sistema econômico e provocou a ira dos setores conservadores que hoje pedem a privatização dos bancos públicos.

O sistema de comunicações no Brasil é o instrumento das classes dominantes para construir o imaginário do povo, para manipular as informações e para justificar o sistema econômico e social vigente e desmoralizar aqueles que lutam por mais igualdade, mais liberdade, mais fraternidade e pelos direitos das minorias, em um contexto de desenvolvimento.

A concentração do poder midiático “condena” os que ele acusa ao difundir e repetir incansavelmente “informações” antes de julgamentos e transformou o mensalão em julgamento prévio contra o qual não soube resistir o STF ao aceitar a conduta imprópria de seu Presidente da época e a campanha de imprensa.

O mesmo ocorre com a operação Lava Jato. Não há nenhuma iniciativa do Poder Judiciário para impedir a formação de uma opinião pública contra os acusados, gerada pelas denúncias, sem provas, feitas por criminosos confessos que denunciam a torto e a direito quando, no caso dos procedimentos de delação premiada, as investigações deveriam ser feitas sob o maior sigilo, já que se trata de denúncias feitas por criminosos em busca de vantagens pessoais. A mídia transformou o pedido da Procuradoria Geral da República de investigar determinados indivíduos em prova de sua culpa. Aqueles indivíduos, políticos ou não, que vierem a ser investigados e julgados culpados devem ser punidos com rigor, mas a imprensa não pode substituir o Poder Judiciário nem constrangê-lo, por motivos puramente políticos.

Ao ameaçar aqueles dois fundamentos da ordem conservadora, o sistema financeiro e a mídia, a Presidenta Dilma se tornou “culpada” e a oposição insiste, ainda veladamente, em que deve ser punida pela destituição do cargo por um processo de impeachment.

Seria importante que o Governo compreendesse que o que está de fato ocorrendo é uma manobra política cujos objetivos são pela ordem:

- fazer o Governo adotar o programa econômico e social do “mercado”, isto é, da minoria multimilionária e de seus “associados” externos;
- ocupar os cargos da administração pública (Ministérios, Secretarias executivas, agências reguladoras) com representantes do “mercado”;
- enfraquecer política e economicamente o Governo;
- enfraquecer o PT e os partidos progressistas com vistas a 2018;
- aprovar leis de interesse do “mercado”;
- e, se nada disso ocorrer, fazer o Governo “sangrar” e aí, então, se necessário e possível, exigir o impeachment da Presidenta.

Contra esta enorme e múltipla ofensiva econômica, midiática e política do “mercado”, de seus “funcionários” e representantes somente há uma estratégia possível: a ação política intensa junto aos movimentos populares, junto às organizações da sociedade civil, junto ao Congresso, junto à Administração Pública e aos Governadores, enfim, a mobilização da sociedade pelo seu esclarecimento para a defesa da democracia em toda sua integridade.

É indispensável que, na distribuição de suas verbas de publicidade, o Governo leve em consideração a existência de televisões comunitárias, universitárias, educativas, de rádios comunitárias, de blogs e sites, e dos pequenos e médios jornais e emissoras regionais e deixe de concentrar a distribuição de verbas e anúncios apenas na grande mídia, o que fortalece os oligopólios que atuam de forma ostensivamente partidária e contra a maioria do povo, estimulando antagonismos violentos e radicalizando a sociedade.

As manifestações populares contra o Governo e contra a Presidenta Dilma têm reunido cidadãos que, em sua maioria, votaram contra a reeleição da Presidenta em 2014.

Hoje, insuflados pela mídia e por organizações de identificação e



origem nebulosa, através das redes sociais, inconformados com a derrota e a pretexto da denúncia de corrupção, iniciam o processo político de “Fora Dilma”, que é, de fato, uma campanha pró-impeachment.

O impeachment é o golpe de Estado do “mercado”. Aqueles que defendem hoje o impeachment e criam o clima de instabilidade e de radicalização são os mesmos golpistas históricos de 1954 e de 1964: as classes privilegiadas que temem o progresso e os resultados da democracia e não os aceitam, apesar de ter o Brasil uma concentração de renda que se encontra entre as dez piores do mundo, enquanto seu PIB é um dos dez maiores do mundo, e de ser urgente deter o processo de concentração de renda (que a crise acentua) para que seja possível construir uma sociedade mais justa, mais democrática, mais próspera, mais estável.

Para que este objetivo possa ser alcançado, é preciso que a sociedade brasileira não se submeta à ditadura do “mercado”, cujos integrantes têm sido os grandes beneficiários da crise, que se iniciou em 2008 e não apresenta sinais sólidos de fim. \*\*\*\*\*

---

Enviado por: Vila Vudu <[vila.vudu@gmail.com](mailto:vila.vudu@gmail.com)>

Está tendo dificuldades em ver este email? [Veja em seu navegador](#). Não está interessado mais em receber? [Cancele sua inscrição](#).

## O golpe branco do parlamentarismo de fato

*Postado em Capa, Roberto Amaral na Carta Capital*

Os presidentes da Câmara e do Senado se autoproclamaram primeiros-ministros,

## contra a vontade das urnas



Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Renan Calheiros (PMDB-AL), presidentes da Câmara e do Senado: eles se auto-outorgaram o posto de primeiro-ministro

Antes da crise que está nos jornais, há a Crise da Política (assim com P maiúsculo para significar a grande política, a política maior, a política geral), pano de fundo de tudo o mais – das crises econômicas, até -, mãe das crises institucionais, que levam à ingovernabilidade. Num determinado momento, navegando por mares que se autocomunicam, as crises também se autocontaminam de tal sorte que passam a constituir um só fenômeno. Penso que entre o céu e a terra há algo além do reajuste-não reajuste fiscal e as sondagens de opinião.

Sob a crise geral da política, sob a crise da democracia representativa, sob a crise de valores que contamina as instituições, vivemos a fadiga do 'presidencialismo de coalizão', que já nos deu o que tinha de dar e, convenhamos, nos deu muito pouco de bom. Ele próprio é fruto (mas também agente) da degeneração dos partidos, transformados em verdadeiros valhacoutos nos quais impera o desamor à causa pública, respeitadas as ressalvas que o protocolo recomenda, mas que o eleitorado, todavia, parece sequer notar, de tão sutis. A uniões, e fazendo de cada um espécie de um mesmo gênero, a ausência de projeto programático, esmagado pela sobrecarga de interesses pessoais que não conhece limites. É a busca do poder pelo poder, sem qualquer compromisso público, vício que se agrava eleição após eleição, porque se há partidos que disputam eleições, há aqueles que só cuidam de formar maiorias parlamentares, catados seus integrantes segundo as regras de um verdadeiro mercado persa, e finalmente unificada em face do poder de chantagem adquirido, chantagem, tanto mais forte quanto o presidente mais carece de apoio no Congresso. Em muitos casos é essa maioria que impõe o caráter do governo, obrigado, assim, a governar em desacordo com a vontade eleitoral.

Tal sistema oferece ao presidente apenas duas alternativas – compor ou cair–, pois é impossível governar sem maioria. Essa é a lição de todos os governos desde o regime de 1946, cujos exemplos mais paradigmáticos são oferecidos pelas tragédias políticas de Jânio Quadros e Fernando Collor.

Esse presidencialismo caboclo tem origem em uma das muitas distorções de nosso regime político, o descompasso entre a vontade que elege o chefe do Executivo e aquela outra que compõe as casas legislativas, pondo muitas vezes governadores e presidentes da República na contingência de, por meio de coalizões partidárias sem argamassa política ou mesmo ética, compor maiorias artificiais e caras para poder governar. Isso, ou renunciar à governança, embora mantendo-se à frente do governo, com a caneta impotente.

Esse é o jogo, grave para a economia, pernicioso para a política e perigoso para a democracia, vivido presentemente pelo País. Ouso afirmar que não se trata, mais, tão-só, de desencontro fisiológico e político de partidos na base governista, frágil politicamente (conquanto cara) e tão numerosa quanto infiel. Não se trata mesmo de distonia entre Congresso e Executivo, mas, clara como a luz do sol, assistimos à disputa por um poder que não prevê co-propriedade. Corrompendo as fontes do presidencialismo constitucional, o Congresso intenta também fazer-se governante, articula a pauta político-administrativa do Executivo e interfere na organização do Estado. Mas é co-governante com o escopo de dificultar a ação do poder central legítimo, enquanto, desleixado de suas funções constitucionais precípuas, enseja ao STF a permanência em sua faina de legislador ordinário, rompendo assim com os limites de sua competência e transformando em mera mixórdia a separação e independência dos poderes.

Essas considerações dizem-me que vivemos em um 'parlamentarismo de fato', como aliás, relembro, era o parlamentarismo consensual do Império, sem previsão constitucional.

Há entre ambos, porém, uma distância qualitativa. A legitimar o primeiro havia o consenso das forças políticas e os dois Bragança e a aprovação do que era nossa sociedade de então.

No caso presente, a consolidação desse 'parlamentarismo' de fancaria é o resultado de um 'golpe de Estado branco' no qual os presidentes das duas casas legislativas se auto-outorgaram o posto e as funções de primeiro-ministro, que exercem em condomínio, contra o recentíssimo pronunciamento da soberania popular que por maioria absoluta reelegeu a presidente Dilma, segundo as regras do presidencialismo. Dessa distorção, aliás, aproveitam-se as forças atrasadas do Congresso para impor ao governo e à sociedade a agenda conservadora derrotada nas eleições de 2014, hegemônica pelo fundamentalismo evangélico mais retrógrado (consabidamente na contra-mão da alma nacional): redução da maioria penal, aumento do limite das penas, criminalização do aborto, discriminação homofóbica. O principal partido da coalizão parlamentar, que ocupa ministérios e preside as duas casas do Congresso e no entanto atua em aliança com a oposição, anuncia suas 'teses de governo': a cretinice da independência formal do Banco Central, combatida na campanha eleitoral pela presidente eleita; revisão das regras do pré-sal que presentemente protegem a Petrobras e o interesse da indústria nacional; revisão do Mercosul, deslocamento para o Norte da vitoriosa política Sul-Sul com a renúncia de nosso papel hoje proeminente no Hemisfério; admissibilidade da Alca, esvaziamento dos Brics; aprovação de aumento de despesas que anulam os efeitos dos cortes do governo; interferência na escolha dos ministros do STF (prioridade constitucional do Presidente da República com referendo do Senado); imposição de prazo para a presidente negociar as dívidas dos Estados etc.

A tal distorção chamo de parlamentarização de fato (na qual apostam cabeças coroadas do PMDB). Pode ser uma alternativa institucional à crise submeter a presidente, mas pode ser, também, a mudança de qualidade, para pior, da crise política, contaminando a institucionalidade.

O parlamentarismo no Brasil republicano – derrotado esmagadoramente em dois plebiscitos,

jamais foi um sistema de governo, mas, sempre, uma tentativa de golpe contra a manifestação presidencialista e soberana do eleitorado. Medida tradicionalmente brandida pela velha UDN, toda vez que perdia uma eleição presidencial, e perdia todas. Em 1961, em praticamente uma só noite, um Congresso sem legitimidade, mas acuado pelas Forças Armadas, transformou o presidencialismo em parlamentarismo. Era a consagração do golpe mediado por Tancredo Neves e San Tiago Dantas com os chefes militares insubordinados, para assegurar a posse de João Goulart. Um plebiscito, anos mais tarde, faria a República voltar para o leito natural do presidencialismo. Aliás, a tradição golpista do Congresso vem de antes. Na madrugada de 11 de novembro de 1955, para assegurar a posse de Juscelino Kubitschek, de novo estimulado em seus bríos pelas baionetas das forças armadas (agora legalistas) sem a mínima base constitucional, declarou incapazes de exercer a presidência, seguidamente, o presidente Café Filho e o vice, Carlos Luz, para dar posse ao presidente do Senado Federal, o sr. Nereu Ramos.

Na velha tradição golpista do velho udenismo, o presidente do PPS, dizem os jornais, já articula uma emenda constitucional visando à implantação do parlamentarismo, passado o atual quadriênio. Jejuno em direito constitucional, ele se esquece de que o plebiscito de 1993 transformou o presidencialismo em causa pétrea, sob a atual Constituição.

Se conseguimos, com tanto sacrifício passado, o que se pode chamar de consolidação da democracia brasileira, devemos ter cuidado e caminhar devagar com o andor, que o santo pode ser de barro.

Esta crise, deste governo, pode repetir-se com força igual ou ainda maior em futuras administrações, e não será desatada com uma simples reforma eleitoral, cuja necessidade não está em discussão. Quando tratarmos de uma reforma política, que importa em reforma constitucional, é imperioso considerar como necessária antiga proposta de Leonel Brizola de as eleições presidenciais se realizarem no mesmo ano, como agora, e como tem sido desde sempre, mas doravante observando intervalo de um mês entre uma (a eleição do presidente) e outra (a eleição dos deputados e senadores), de sorte que o eleitorado seja chamado a escolher o Congresso já conhecendo o novo presidente da República e suas propostas.

**Roberto Amaral**

Leia mais em: [www.ramaral.org](http://www.ramaral.org)

# Gritam Impeachment e querem a renúncia

Por Mário Maestri - Correio da Cidadania – 11 abril 2015

A grande burguesia e o imperialismo querem agora tudo e muito mais do prometido por Aécio Neves e o PSDB. Sonham, sobretudo, com reformatação institucional, política e ideológica do país, no estilo de 1964, sem cederem o poder aos oficiais superiores. Sabem que eles, como os políticos tradicionais, após agarrarem a teta, esperneiam para largá-la. Em verdade, a reorganização institucional do país já se iniciou através de projetos de lei sobre a maioria penal; sobre a lei antiterrorismo; com a proposta de autonomia do Banco Central; com a discussão de reforma eleitoral etc.

As passadas eleições registraram duas grandes tendências. Primeiro, o apoio em bloco do capital a Aécio Neves, pondo fim à opção pelo PT como gerente do Estado dos 12 últimos anos. Segundo, a forte reorientação conservadora da sociedade brasileira, registrada no perfil do novo congresso - Bancada Evangélica, Bancada da Bala, Bancada Ruralista etc. Destacam-se entre as razões da guinada política do grande capital: o esgotamento do surplus produzido pelas exportações de commodities e a crise econômica mundial, que exigem maior escorcho social para relançar as margens de lucro; o esgotamento petista da capacidade de controle social; a nova força do conservadorismo, com arraigadas raízes na população.

Apesar da milionária distribuição pré-eleitoral de recursos, no segundo turno, o PT foi obrigado, mesmo a contragosto, a mobilizar (eleitoralmente) a população. Obtida contra a diuturna militância oposicionista da grande mídia, a vitória petista registrou a difusa consciência plebéia e anticapitalista de multidão de trabalhadores, populares e assalariados brasileiros. Entretanto,

Dilma Rousseff e o PT não pensaram por um segundo em governar com a população que lhes elegera. Ao contrário, tentaram sem detença, servis, reconquistar a perdida confiança dos grandes patrões. Na manhã seguinte à vitória, sem qualquer pudor, mudaram de discurso e de cara, expropriando o programa de Aécio e do PSDB.

Mais e melhor

Para mostrar que podiam ferrar as classes populares mais duro e mais rapidamente do que os partidos conservadores tradicionais, nomearam, no ato, ministério com o filo-banqueiro Joaquim Levy e alguns dos mais desprezíveis políticos direitistas. Num *vapt-vupt*, confiscaram direitos trabalhistas e previdenciários; aumentaram o preço da gasolina, que despencava através do mundo; concederam maxi-aumento da eletricidade e anunciaram uma outra dentada para muito logo. Desvalorizaram o real, relançando a inflação, sem compensação para a população mais desprotegida. Prosseguindo a ladainha de maldades, liquidaram qualquer aumento real de salário mínimo miserável durante os próximos anos e tratamento ainda pior para os aposentados.

Iniciaram violento corte nos gastos sociais, comprometendo direitos adquiridos pela população. Asseguraram a centralização federal de recursos, acirrando a pauperização geral de estados e municípios. Prometeram seguir as privatização e vender parcialmente a Caixa Econômica Federal, há século e meio propriedade da população brasileira. Em alguns meses, a população trabalhadora e assalariada vai devolver, com juros de bancários, o pouco que conquistou na última década.

As medidas e as promessas iníquas fizeram um estrago geral e imediato entre as classes médias, assalariadas e trabalhadoras que votaram em Dilma Rousseff e com as quais podia contar para sua defesa, caso compreendessem que a agressão a ela era, nos fatos, ataque à própria população. É terrível o ódio que nasce da

consciência de ter sido traído sem contemplação. A avaliação positiva do governo despencou ladeira abaixo (ótimo e bom), de 40% em dezembro de 2014 para para 12% em fins de março do corrente ano. O saco dilmista de ruindades infindáveis era carta de boas intenções enviada ao grande capital nacional e internacional, com arautos, fanfarra e aviso de recepção.

Ele, entretanto, negou-se peremptoriamente a recebê-la, pois já sonhava em obter muito mais. Sem reconquistar o apoio dos grandes proprietários, esvaindo-se pelo ralo o apoio da população que não cessam de ferir, Dilma Rousseff e o PT veem-se dependurados apenas no pincel institucional, mais ou menos como pintor que, nas alturas, vê o andaime desaparecer sobre seus pés. E seguem como desvairados na perseguição das boas graças dos grandes proprietários, distribuindo desgraças para a população brasileira.

Lula, por que não te calas?!

A desarticulação total do governo e do PT os tornou quase cartas fora do baralho político. Dilma Rousseff defende o programa do capital, mas não é mais a delegada do capital. Agride sem vacilar os segmentos populares e seus representantes, única força que pode garantir a presidência. Os petistas no governo já não representam o partido e o partido já não expressa, mesmo em viés social-liberal, qualquer facção significativa dos assalariados, dos trabalhadores, das classes médias. Uma outra fantasmagoria do passado, Lula da Silva sai à luta e não cala a boca, como um papagaio rouco. Diz que apoia Dilma Rousseff e não pára de criticá-la. Alfineta sem cessar Aloizio Mercadante, que sonha com o futuro trono presidencial que Lula da Silva crê seu.

Em iluminação singular, o ex-presidente exige que a presidenta e o PT se aproximem das bases e da população... Para defender *otarifação* e o ajuste conservador. Simplesmente pede que convença os condenados a colocarem a corda no pescoço, sem

espernear! Propaga a necessidade de retorno ao espírito do PT dos anos 1980, esquecendo, porém, que ele e seus acólitos procederam, de corpo presente, a liquidação do petismo de então, classista, anticapitalista e pró-socialista.

Vendo realizados seus mais ambiciosos devaneios, através de seus braços políticos tradicionais e provisórios, o grande capital levantou-se propondo o afastamento imediato de Dilma Rousseff. Defende, agora, um programa muito mais amplo e ambicioso do que no passado pleito, já que não se realiza a traumática troca de um presidente com programa conservador, no início de mandato, por outro alguns dedos mais conservador.

As manifestações de 15 de março expressaram a adesão maciça ao defenestramento imediato de Dilma Rousseff pelas classes proprietárias, sobretudo altas e menos altas. Estiveram presentes importantes segmentos médios e, residualmente, trabalhadores e assalariados, em geral ainda não conquistados para a derrubada da presidenta. A pífia manifestação petista do dia 13 registrou o monumental desequilíbrio de forças e uma indiscutível verdade: a imensa maioria das classes populares não pôs *ainda* o pé na rua.

### Um Brasil para o *Tea Party*

A grande burguesia e o imperialismo querem agora tudo e muito mais do prometido por Aécio Neves e o PSDB. Sonham, sobretudo, com *reformatação* institucional, política e ideológica do país, no estilo de 1964, sem cederem o poder aos oficiais superiores. Sabem que eles, como os políticos tradicionais, após agarrarem a teta, esperneiam para largá-la. Em verdade, a reorganização institucional do país já se iniciou através de projetos de lei sobre a maioria penal; sobre a lei antiterrorismo; com a proposta de autonomia do Banco Central; com a discussão de reforma eleitoral etc.



Os parlamentares trabalham, agora, aprovando leis como jamais o fizeram! Tudo pensado pelos representantes diretos da burguesia liberal e sob o bafo do moralismo piegas, do nacionalismo fascistizante, do fundamentalismo religioso. O principal chefe de orquestra parlamentar é Eduardo Cunha, presidente da Câmara de Deputados, evangélico, homofóbico, misógino, investigado no passado e no presente por corrupção. Imagem cintilante da grandeza republicana das forças do neoconservadorismo brasileiro triunfante.

Apoiado no movimento de indignação da população causado pelo escândalo da Petrobrás, pelo anojamento para com o impudico estelionato eleitoral petista e pelas medidas antipopulares impostas e em imposição, o grande capital tem a intenção de enviar o PT para as calendas da história. Facções direitistas da Justiça em atividade sectária ininterrupta lançam a idéia de caçar o registro eleitoral de partidos - desnecessário dizer qual - com militantes e dirigentes envolvidos na corrupção. Ao igual do imposto aos partidos comunistas pelo imperialismo em países do Leste Europeu, sob outras justificativas, após a restauração capitalista. O ataque busca resultados mais amplos do que a liquidação, como grande partido nacional, da fantasma-goria petista, que será certamente realizada nas próximas eleições.

Através do PT, ambicionam esculhambar política e ideologicamente a esquerda que, no frigidar dos ovos, a imensa maioria da população ainda identifica com o PT, praticamente desconhecendo PSTU, PSOL, PCB. Ao chafurdar na lama da corrupção e do colaboracionismo com o capital, o petismo prestou um último e valioso serviço aos seus antigos patrões, que hoje o demitem afirmando justa-causa. Enlameou princípios, idéias, memórias, lutas que há muito traíra pelas trinta moedas da adesão ao capital.

Gritam o *impeachment*, mas querem a renúncia

As condições gerais para a deposição da presidenta são as mais propícias, ainda que nada possa ser dado por certo, ao igual que na guerra e no amor. Os partidos conservadores unificaram-se em torno da proposta, com a ruptura de fato do PMDB com o governo e sua convergência com o PSDB, pondo as bases para a nova aliança governamental. A defecção do núcleo duro do PMDB permitiu imobilizar o governo, impossibilitando-o de cumprir a promessa de rápida imposição do ajuste conservador.

Para fazê-lo, terá que cortar no osso seu orçamento! Financiada pelo capital internacional e usando métodos aprimorados desde a *Revolução de Veludo*, na Europa do Leste, em 1989, a direita desce multitudinariamente às ruas para exigir a acusação constitucional de Dilma Rousseff, sem se referir à entrega do governo ao plastificado Michel Temer, já em plena campanha presidencial. Os gritos pelo *impeachment* apenas disfarçam a mobilização de fato pela renúncia da presidenta.

São quatro as razões que impedem que o *impeachment* seja a política prioritária da direita unificada. Primeiro, não há justificativa legal para a acusação já que, constitucionalmente, para tal, vale apenas o presente mandato. Pouco importante o que ela fez - se é que fez - no anterior. Uma tal proposta dificilmente seria referendada pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo, não é certo que o golpismo constitucional consiga os votos suficientes no Congresso. Terceiro, com a deposição, Michel Temer e o novo governo seriam tratados como apestados por parcela considerável da opinião pública e das instituições políticas mundiais. O ato de violência poderia facilitar a articulação de reação do movimento social, mesmo posterior. A última e grande razão é que as burguesias nacional e internacional não sabem qual a eventual resposta popular ao iniciar a contagem final com Dilma Rousseff de costas para o paredão. E se a população entender que é ela - e não as tristes figuras da presidenta e do PT - a visada pelo bote conservador? Lembrem-se certamente de Getúlio que, ao cair, desferiu um tiro no peito, acertando igualmente a reação.

## A solução de todos os males

A solução para todos esses males é a renúncia. Com ela, sem gritos e sem ranger de dentes, Michel Temer assumiria a presidência, formaria governo de salvação nacional com o PSDB, iniciaria um reino político de longos anos, garantido por nova lei eleitoral e nova institucionalidade. Para tal, é necessário criar as condições que obriguem a presidenta à renúncia, através, sobretudo, da desmoralização, da humilhação, do achincalhamento e do esculacho de Dilma Rousseff e de seu governo.

Os principais instrumentos dessa operação são as manifestações multitudinárias e o confisco do poder pelo Congresso Nacional, transformando o governo de Dilma em mentirinha. Um processo já em marcha acelerada. A convergência entre Eduardo Cunha e Renan Calheiros permitiu o embretamento parlamentar do governo, submetido incessantemente a derrotas graves e humilhantes. O novo passo é o confisco de poderes presidenciais, proposto ou já em curso - delimitação do número de ministros; nomeação dos juizes para os tribunais superiores; orçamento impositivo; Banco Central autônomo etc.

As iniciativas parlamentares assentam golpes duríssimos, sobretudo, porque, em sedução desbragada ao grande capital, Dilma Rousseff aceita sem responder todas as agressões e provocações, procurando acalmar a fome leonina dos agressores com concessões incessantes e desmedidas. A população assistiu perplexa a literal deposição pelo Congresso, praticamente em direta, de Cid Gomes, ministro da Educação. O todo poderoso ministro da Fazenda, Joaquim Levy, gozando de autonomia quase plena, desejada por Dilma Rousseff, para manter diferenciação com o governo que integra, trata com desrespeitoso desaire a chefe do executivo.

O núcleo conservador da Justiça faz o que quer – há pouco, faltou um dedo para extraditar, na calada da ilegalidade e da noite, Cesare Battisti para a França. Consolida-se a imagem de presidenta acuada e acovardada, verdadeiro carneirinho da reação. Algo difícil de carregar, para quem reivindica o “coração valente” que possuiu no passado já distante. Tudo, mas tudo mesmo, para não romper com o capital e governar para e com o apoio da população brasileira. Nem que fosse um pouquinho!

Agora ou nunca

Para a concretização do quadro conspirativo, falta apenas que aos, sobretudo brancos e chiques das mobilizações conservadoras, se associem grande número de pardos, negros, pobres e trabalhadores galvanizados pela grande mídia e estressados pelos crescentes desemprego, inflação, *tarifaços* que a senhora Dilma Rousseff distribui insensível, com o apoio de Lula da Silva e sem qualquer oposição visível e real de nenhum setor petista. A manifestação do dia 12 de abril é, portanto, de certo modo, decisiva na orientação da direita política. Também a contrarrevolução tem seu *timing*. Cremos que, por razões fortes, a derrubada de Dilma Rousseff e expurgo do PT do governo deva se dar, necessariamente, em forma rápida, nos próximos meses.

Tudo que não avança, retrocede. A mobilização nas ruas pode crescer, com o aprofundar-se da crise, mas refluirá, certamente, se não obtiver, muito logo, suas conquistas. O capital exige ajuste rápido e radical, não podendo manter-se por longo prazo o bloqueio às iniciativas liberal-conservadoras do governo. A exacerbação da situação de crise e de insegurança geral pela grande mídia, no estilo o “Brasil está acabando”, não pode ser mantida por tempo indefinido, pois também prejudica os negócios.

Finalmente, Eduardo Cunha, Renan Calheiros e os deputados, senadores, governadores *et cetera* indiciados, e por serem indiciados nas investigações judiciais, necessitam um novo

governo para restringir exclusivamente aos petistas e assemelhados o braço da justiça e o furor da população. Temem estar com tudo, agora, e terminarem, amanhã, no camburão da Polícia Federal, se não agirem rápido.

O que está em jogo?

Não assistimos um segundo turno eleitoral, onde Dilma Rousseff seria derrotada e substituída pelo cavaleiro da esperança de turno da burguesia, Aécio Neves, como a grande mídia deixa a enorme parte da população crer. Não se trata, sobretudo, de uma luta entre PT e o PSDB, entre a *esquerda* e a *direita* parlamentares. Dilma Rousseff se esforça para aplicar praticamente todo o programa de Aécio Neves. O petismo já é carta fora do baralho, destinado no melhor dos casos a seguir como partido residual, incapaz de disputar a presidência da República, por longos e longos anos. Todas as tendências apontam para uma vitória conservadora estrondosa em 2018.

Atualmente, almeja-se a instalação de um novo polo de poder que refunde as instituições fundamentais do país no grau mais conservador que for possível. Não se trata, sequer, do privatismo exacerbado dos tempos dos dois Fernandos. Logicamente, no projeto liberal encontra-se a privatização total das jóias da Coroa, com destaque para a Petrobrás, Caixa Econômica Federal, BNDES. E um enorme recuo do Estado em favor do privado, com ênfase na educação superior, secundária e primária, e na saúde. A irrigação com as verbas públicas das empresas confessionais garantirá amplo apoio ao novo poder pelo fundamentalismo religioso de todos os pelos. Será liquidada a laicidade do Estado, já ferida por Lula da Silva e Dilma Rousseff por oportunismo eleitoral. A desregulamentação do trabalho assalariado será estendida até onde a corda aguentar.

Deseja-se reforma eleitoral, na medida das necessidades do conservadorismo, com teto mínimo nacional de sufrágios, para a

representação parlamentar e o financiamento estatal e, talvez, até mesmo, para manter-se o registro eleitoral. Uma tal reforma fará as legendas de aluguel se acomodarem nos grandes partidos conservadores e as de esquerda que se reivindicam do marxismo desaparecerem. O que é praticado na França há décadas, sob falsas aparências democráticas. A criminalização do MST e de outras organizações dos pobres da cidade e do campo será facilitada com endurecimento do código criminal, que conta com enorme apoio entre a população. O conservadorismo extremado deseja tudo isso e muito mais. É difícil saber até onde chegará, e em que ritmo, caso abiscoite o governo, agora, ou, no próximo pleito, após, nesse caso, sangrar o governo até sua exaustão final.

### Meu reino por uma Central Sindical

A situação dramática atual é expressão de debilidade política e organizacional estrutural dos trabalhadores e assalariados no Brasil, indiscutivelmente o grande ausente na atual conjuntura. É simplismo extremado responsabilizar exclusivamente o Partido dos Trabalhadores pela passividade e desmobilização política do mundo do trabalho. Em verdade, foi o enorme refluxo do movimento social, sobretudo a partir dos anos 1990, que facilitou a guinada liberal-conservadora do PT que, por sua vez, organizou e alimentou conscientemente a desorganização popular.

No mesmo caso podemos colocar o movimento sindical - com destaque para a burocratização e colaboracionismo da CUT -, fatiado por todas as organizações políticas que puderam, por razões político-eleitorais, por motivos materiais, por princípios sectários e, não raro, por tudo isso embolado. A terrível dispersão sindical brasileira e um sindicalismo de superestrutura produziram sequelas terríveis. A direita não se moveria com tamanha desenvoltura se contássemos com uma poderosa central sindical unitária, mesmo não revolucionária – e já houve, meu deus, central sindical revolucionária?

Da debilidade do mundo do trabalho, fenômeno mundial que alcança verdadeiro paroxismo no Brasil, participam as organizações de esquerda que se reivindicam do marxismo, com maior ou menor convicção. Mesmo as maiorzinhas, são quase minúsculas, para a dimensão do Brasil e para as tarefas com que hoje se deparam. Em graus diversos, igualmente cooptadas e integradas ao Estado, através das prebendas parlamentares, das verbas partidárias, das sinecuras sindicais, não possuem - e algumas delas, paradoxalmente, parecem que jamais se preocuparam em conquistar - uma real inserção social e territorial, por além da representação superestrutural sindical e eleitoral. Dificilmente colocam, todas juntas, cinco mil militantes nas ruas de uma das nossas grandes metrópoles.

O que fazer?

A positiva e desejável unificação das organizações de esquerda não modificaria o cenário atual. É necessário muito mais. E ela dificilmente se dará, para além das palavras, como ocorreu já no passado. Aparatos sobretudo ideológicos, sem organizarem politicamente segmentos trabalhadores significativos que os guiem na luta política, respondem às grandes e pequenas crises, muitas delas, em forma oportunista, dogmática e sectária. Não devemos nos espantar se alguma tentar subir no trenzinho da derrubada de Dilma Rousseff, caso as mobilizações assumam um perfil mais *popular*.

Agora e nos próximos momentos, se frutificar a ofensiva direitista, palavras de ordem e políticas gerais do tipo “Fora Dilma, Fora Aécio” ou “Fora todos!” são literalmente criminais. Pelas simples razão que não está em pauta a derrubada do Aécio ou dos politiquinhos, mas de governo constituído, assaltado pela direita conservadora, com o objetivo de ferir o mundo do trabalho, seu programa e suas organizações. A comparação é forçada, mas na URSS, com a queda do stalinismo nefando, perderam-se conquistas históricas do mundo do trabalho, no mais, drama jamais vivido pela história.

Como jamais, a Esfinge nos diz: “decifra-me ou te devoro”.

A charada é complexa, apesar de sua aparente simplicidade. Como combater o governo liberal-conservador de Dilma Rousseff, sem se juntar ao movimento golpista? Como defender as instituições de ataque conservador, à espera de tempos melhores, sem defender o governo autocida de Dilma Rousseff?

**Mário Maestri é historiador.** E-mail: [maestri\(0\)@via-rs.net](mailto:maestri(0)@via-rs.net)